

SIMPÓSIO

Gênero

PSICOLOGIA SOCIAL

Ana Lúcia Galinkin
e Karine Brito dos Santos (Orgs.)



Diálogos
Interdisciplinares

16 a 19 de novembro de 2010



UnB

Realização:

LADCO


LAPSO



Apoio:

DPP - Decanato de Pesquisa e Pós-graduação
IP - Instituto de Psicologia
PG-PSTO - Programa de Pós-graduação em
Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações




Universidade de Brasília

ISBN 978-85-62313-04-2



9 788562 313042

Anais do
Simpósio Gênero e Psicologia Social – UnB
Brasília, 16 a 19 de novembro de 2010

Resumos completos

Ana Lúcia Galinkin
Karine Brito dos Santos
(orgs.)

ISBN 978-85-62313-04-2

SUMÁRIO

1	O retorno da sociedade à Psicologia Social , Willem Doise, <i>Universidade de Genebra</i> , Conferência de Abertura (resumo)	01
2	Gênero, fronteiras simbólicas e imagens: implicações metodológicas e educacionais , Ana Flávia do Amaral Madureira, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB	17
3	Estudos de Gênero e Psicologia Social , Ana Lúcia Galinkin, Instituto de Psicologia - UnB	31
4	Argumentos em torno da gaveta - sobre políticas afirmativas de gênero e meritocracia no campo científico , Angela Maria Freire de Lima e Souza - NEIM/UFBa, e Silvia Cristina Yannoulas - NEPeM/UnB	37
5	Os limites discursivos do dimorfismo , Berenice Bento, Departamento de Ciências Sociais/UFRN	50
6	O cuidado aos idosos e às idosas: novos desafios para as cuidadoras informais , Berlindes Astrid Küchemann, Departamento de Sociologia – UnB	58
7	Elementos para um debate sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil , Fernanda Bittencourt Vieira e Ana Maria Mesquita, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República	71
8	Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero , Jaqueline Gomes de Jesus, Universidade de Brasília	81
9	Mulheres, eleições e políticas sociais , Lúcia Avelar, Instituto de Ciências Políticas - Universidade de Brasília	91
10	A transversalidade da categoria Gênero nas Ciências Sociais e Humanas , Tânia Mara Campos de Almeida, Departamento de Sociologia – UnB	102
11	Intersexualidade: desafios clínicos e investigativos , Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo, Instituto de Psicologia/UnB	109
	Sobre as autoras e autor	114

1. O retorno da sociedade à psicologia social

Willem Doise
Universidade de Genebra
(tradução: José Geraldo de Almeida)

Conferência de Abertura (resumo)

Recentemente, atualizei minhas tentativas anteriores de definir a Psicologia Social a partir de quatro características principais (Doise, *no prelo*), as quais designei com as seguintes expressões: pluralismo de sistemas, desmistificação ideológica, pluralidade e articulação dos níveis de análises, variações temáticas. Descreverei brevemente, na primeira parte desta conferência, estas quatro características.

Pluralidade sistêmica

Grosso modo, a Psicologia Social pode ser definida como a ciência de ligação entre, de um lado, da organização individual da atividade, do afeto, da cognição e/ou da percepção e, do outro, de diferentes sistemas de relações sociais intervindo nessas organizações individuais. Este aspecto da pluralidade sistêmica diferencia a Psicologia Social da psicologia, estudando aspectos da organização individual; assim como da sociologia, analisando relações entre indivíduos e grupos em uma estrutura social. Obviamente, estas distinções são teóricas e, na prática, nem sempre é possível diferenciar claramente explicações psicológicas, psicossociológicas e sociológicas.

Desmistificação ideológica

Explicações baseadas em dinâmicas individuais e outras invocando as dinâmicas sociais ou da sociedade são, frequentemente, consideradas antagônicas ou incompatíveis na Psicologia Social, e também na sociologia (ver Doise & Lorenzi-Cioldi, 1989). Tais explicações são consideradas reducionistas por estudiosos de várias tradições e são recebidas mais ou menos favoravelmente em diferentes contextos históricos e ideológicos. Os dois tipos de explicações podem ter valor científico, mas também serem

carregadas com uma função ideológica. Nossa sociedade precisa, por um lado, promover a ideia do indivíduo autônomo, senhor de seus próprios atos, capaz de resistir a influências sociais, de modo que ele ou ela possam desempenhar um papel de responsabilidade em vários contextos sociais. O que poderia ser mais óbvio para um observador do que a existência de indivíduos responsáveis por seu próprio comportamento? Igualmente, o que pode ser mais claramente evidente que a existência real de grupos, como nações, culturas, igrejas, famílias, partidos políticos, separados por barreiras que são construídas para impor respeito às diferenças sociais e para proteger os diferentes interesses e, talvez, conflitantes? Ambos os lados desta controvérsia são constante e fortemente afirmados, seja pelo senso comum, seja pelo discurso acadêmico (ver Billig, 1982). Ir além de tais oposições, desmistificá-las, é tarefa dos psicólogos sociais, mostrando como uma explicação exaustiva para em um destes polos faz intervir, necessariamente, explicações situadas no outro polo.

Articulação das explicações

Em diferentes ocasiões tentei organizar a variedade de explicações que são propostos pelos psicólogos sociais, de forma semelhante ao que propus no início da década de oitenta do século passado (Doise, 1982; 1986). Continuo achando que uma forma de organizar essa variedade é distinguir diferentes níveis de explicação.

Paradoxalmente, as explicações que localizei em um **primeiro nível**, não parecem envolver explicações sociais, pois focam o estudo dos processos intraindividuais. Os modelos utilizados focam o modo como os indivíduos organizam sua experiência com o ambiente. Tais explicações são, por exemplo, formuladas em termos de equilíbrio cognitivo, processos de categorização da percepção ou resolução de processos estudados como atividades individuais. Como psicólogo social, vejo que os principais modelos são descritivos, os quais se tornam explicativos quando são relacionados às explicações situadas nos níveis "sociais".

Um **segundo nível** de explicação descreve os processos interindividuais e situacionais. Neste nível de análise, os indivíduos são frequentemente considerados como intercambiáveis, e são seus sistemas de interação que fornecem os princípios explicativos típicos deste nível. Ao nível interindividual, as operações cognitivas são estudadas na medida em que são geradas por coordenações interindividuais ou confrontos de pontos

de vista diferentes. Análises deste tipo foram especialmente realizadas em pesquisas sobre a interação social no desenvolvimento cognitivo (Doise & Mugny, 1984; 1997), que consideraram a tese de Piaget sobre os efeitos da cooperação no desenvolvimento cognitivo.

Um **terceiro nível** de análise leva em conta as diferenças de posição ou *status* social que os atores sociais ocupam no tecido das relações sociais típicas de uma dada sociedade. Assim, no que se refere ao estudo do desempenho cognitivo dos alunos na escola, este nível de análise envolve, entre outras explicações, diferenças de atitudes em relação ao ambiente escolar sustentadas por membros de diferentes grupos sociais. As análises deste nível também intervêm, por exemplo, na explicação das diferenças na atribuição de processos que envolvam pessoas de diferentes *status* sociais.

Um **quarto nível** de análise recorre a sistemas de crenças sociais, representações e normas. Estas são realidades culturais e ideológicas típicas de uma determinada sociedade ou de grupos específicos em uma sociedade. Elas não apenas fornecem um significado aos comportamentos dos indivíduos, mas também criam ou mantêm diferenciações sociais em nome de princípios gerais, tais como aquelas baseadas na meritocracia. As representações sociais da inteligência e suas relações com práticas educativas foram estudadas neste nível, por Gabriel Mugny e Felice Carugati (1985). Não parece possível estudar os processos intraindividuais, interindividual ou de posicionamento, sem analisar variações das crenças e das hierarquias de valor que existem na sociedade.

Distinguir os quatro níveis de análise não serve apenas para fins classificatórios. Tal distinção nos permite, também, articular os diferentes níveis de análise. A articulação entre os modelos explicativos de diferentes níveis permanece muitas vezes implícita, e é contestada por abordagens reducionistas que favorecem a utilização de modelos que envolvem processos mono-nível. A articulação dos níveis de explicação, hipotetizando a intervenção de fatores em outros níveis, leva o pesquisador a melhor descrever um processo conceituado em um dos níveis, ao mesmo tempo em que torna explícito que seu funcionamento pressupõe condições envolvendo outros níveis de análise. Pesquisas recentes exigem visitar os quatro níveis de análise, além de sugerir adicionar um quinto, o nível **intersocietal**. Nesta época de globalização, os seres humanos, de diferentes origens e sociedades, tornam-se conscientes de sua interdependência e nestes

relacionamentos se iniciam representações simbólicas, normas sociais e princípios contratuais.

Variações temáticas

Nos parágrafos acima, muitos campos de pesquisa foram mencionados, que vão desde processos neuro-fisiológicos até relações internacionais, envolvendo o estudo da dinâmica de interação, posições de *status*, ideologias. Esta é outra característica das explicações sociopsicológicas que tratam de diversos aspectos da existência humana.

As áreas de pesquisa em Psicologia Social estão na intersecção de diferentes perspectivas, níveis de análise e abordagens metodológicas. Os construtivistas podem estudar como os indivíduos elaboram sistemas de significados em encontros interindividuais específicos, e outros pesquisadores estão interessados em como o desenvolvimento sócio-histórico muda as características das relações, enquanto outros estudiosos praticam comparações transculturais, buscando compreender a natureza geral dos processos sociais. Experimentalistas investigam processos cognitivos gerais, organizando as experiências individuais no meio social.

Essa diversidade reflete a variedade e a complexidade da vida social, onde situações particulares estão sempre entrelaçadas em uma rede de diversos modelos de relacionamento. Nenhuma teoria geral disponível pode esclarecer tão grande complexidade, apenas uma articulação eclética de diferentes redes de análise poderá servir para a especificação das interações sociais, mesmo que sejam concebidos experimentalmente.

Teoria da Representação Social

Nesta conferência, escolho abordar um desafio que precisa ser enfrentado para preencher as condições e alcançar um maior desenvolvimento da teoria: o desafio do pluralismo disciplinar ou, para usar as palavras de Moscovici, de

criar uma ciência capaz costurar componentes até agora dispersos nas ciências sociais. Tenho em mente a psicologia econômica, a psicologia política, a psicologia das massas, etno-metodologia, assim como o simbolismo interacionista... Não devem ser omitidos certos aspectos da psicologia da linguagem [...] e a psicologia

infantil, ambas intimamente relacionadas à Psicologia Social. (Moscovici, 1989, p. 409).

Esta citação confirma a intenção de Moscovici em promover a ideia de *variações temáticas* na Psicologia Social em geral, e não há dúvida que a tradição de estudos em representação social, que ele iniciou, corresponde a esta expectativa. Os principais temas que foram estudados no âmbito da teoria das representações sociais pelos autores referidos neste estudo foram, em ordem alfabética: alunos, atitudes, ciência, delinquência, direitos coletivos, direitos humanos, doença, economia, emprego, estudantes, identidade social, ideologia, loucura, psicanálise, psicólogos, saúde mental, saúde, senso comum, e *status social*.

De fato, o *corpus* de estudos das representações sociais lida com questões muito diferentes e, naturalmente, uma bibliografia exaustiva em estudos das representações sociais produziria uma lista muito mais longa.

De acordo com Moscovici, a origem da Psicologia Social, como uma disciplina científica, deve ser encontrada nos textos de sociólogos tais como Durkheim, Simmel e Tönnies e, talvez, ainda mais importante

.../ os psicólogos que foram os seus fundadores - como Wundt, Tarde, Freud, McDougall, Baldwin, Mead, Lewin - pensei nisso como uma forma de estabelecer a continuidade com as outras ciências, particularmente a antropologia (Moscovici, 1989, p. 409).

A Psicologia Social, quando rompe tais ligações torna-se apenas um ramo subsidiário da psicologia, afasta-se da interdisciplinaridade e, mais especificamente, das análises societais. Sem defender estas ligações, a Psicologia Social não pode mais ser considerada como uma “ponte em direção a outros ramos do conhecimento” (Moscovici, 1989, p. 409). Daí a necessidade de manter e reinventar ligações com outras ciências sociais. A Psicologia Social, especialmente pesquisas sobre representações sociais, utilizando os seus próprios métodos, deverá, segundo Moscovici, evoluir para uma antropologia da cultura moderna e da sociedade. Em outras palavras, deverá tornar-se mais uma vez uma ciência que articula análises psicológicas com análises mais societais.

Articulando análises de diferentes níveis, a psicologia social mantém a principal característica da sua identidade como uma disciplina científica.

Isto tem importantes consequências metodológicas para os profissionais da Psicologia Social. De acordo com as questões em estudo, eles devem necessariamente pegar emprestado conhecimentos colhidos pelos seus colegas da sociologia, ciências políticas, história, antropologia, economia, e eventualmente ainda de outras disciplinas. Essa é uma condição necessária para construir pontes com outras disciplinas e para produzir conhecimento de maior relevância que deve permitir aos psicólogos sociais pegar emprestado ideias de estudiosos, que são especializados no estudo de outros aspectos de sistemas sociais.

A mais importante construção teórica que Serge Moscovici proveu para estudar as representações sociais, e que também é relevante para o estudo da cognição e do raciocínio em geral, é a distinção entre sistema e metasistema.

Ele escreveu:

!...! vemos dois sistemas cognitivos em ação: um que opera em termos de associações, inclusões, discriminações, ou seja, o sistema cognitivo operacional; outro que controla, verifica e seleciona de acordo com várias regras lógicas e outros tipos de regras, que envolve uma espécie de meta-sistema que retrabalha o material produzido pelo primeiro (Moscovici, 1976, p. 254).

Os princípios de organização do metasistema podem variar em diferentes atividades em que os indivíduos estão envolvidos, podem exigir rigorosas aplicações dos princípios lógicos, de raciocínio abstrato, ou serem direcionados, principalmente, para a seleção de argumentos consistentes com um posicionamento político a ser defendido em um debate. Os mesmos indivíduos podem ser guiados em seu raciocínio por diferentes metassistema em diferentes ocasiões.

Cabe ao psicólogo social estudar as ligações entre normas sociais e funcionamento cognitivo, para responder à pergunta: que regulações sociais implicam, quais funções cognitivas e em quais contextos específicos? A análise das relações entre o metasistema social e o sistema cognitivo constitui o estudo das representações sociais. Tal análise foi realizada quando Moscovici estudou a transformação da teoria psicanalítica na imprensa francesa da década de 1950. Três diferentes metasistemas de relações comunicativas foram estudados: sistemas de *difusão*, de *propagação* e de *propaganda*.

A *difusão* é caracterizada pela falta de diferenciação entre a fonte e os receptores da comunicação. Nos jornais de grande audiência, os jornalistas transmitem informações. Seu objetivo principal é criar o conhecimento comum e adaptar-se aos interesses dos leitores. O sistema de *propagação* de comunicação é estabelecido por membros de um grupo, ou de uma instituição, que contam com uma visão de mundo bem estruturada para propagá-la e para adaptar o conteúdo de outras visões de mundo para o seu próprio sistema estabelecido. *Propaganda* é um sistema de comunicação integrado no conflito das relações sociais. O objetivo da comunicação é diferenciar claramente o conhecimento falso e verdadeiro, para entreter uma visão antagonista, uma incompatibilidade entre a verdadeira visão defendida pela fonte e a visão mistificada atribuída aos defensores da psicanálise.

A organização cognitiva das mensagens nos três sistemas de comunicação é diferente. No sistema de *difusão*, temas não são rigorosamente integrados, e relatórios sobre pontos de vista variam e podem ser por vezes contraditórios. Sem necessariamente procurar por mudanças em atitudes ou opiniões dos leitores, um novo objeto de comunicação é feito de elegância, embora aceitando que as opiniões sobre o mesmo possam diferir.

Uma organização mais complexa do conteúdo da mensagem caracteriza a *propagação*. Os textos católicos na psicanálise defendem moderação e prudência. Prevêem, por exemplo, a sua utilização em contextos educativos, mas dissipam a noção de libido e substituem-na por afeto como um conceito explicativo. Em contraste com o positivismo e behaviorismo, considerados como principais orientações em muitas pesquisas psicológicas, supõe-se que a teoria psicanalítica elabora uma compreensão mais integrada do ser humano, pois proporciona um lugar importante ao simbolismo e pode, portanto, renovar uma visão espiritualista.

Propaganda, ao contrário, recomenda uma recusa total de uma concepção rival. Nos jornais comunistas do período da Guerra Fria, a psicanálise é considerada não mais do que uma pseudociência importada dos EUA para França. Políticas sistemáticas e oposições sociais estão relacionadas com oposições nas teorias psicológicas. A União Soviética é apresentada como o país da paz, desenvolvendo uma psicologia heurística e cientificamente válida, enquanto os americanos propõem uma psicologia burguesa, que

só na aparência é científica, e uma psicanálise que, na realidade, reflete uma ideologia mistificadora.

É claro que as representações sociais atuais da psicanálise mudaram. Os artigos do início dos anos setenta revelam mais *propagação* do que dinâmicas de *propaganda*. O metassistema de relações de comunicação também mudou. Porém, com a guerra do Vietnã e a invasão da Tchecoslováquia pelo exército soviético, a guerra fria se transformou em uma "coexistência pacífica." Em Paris, figuras importantes da intelectualidade, como Jacques Lacan e Louis Althusser transformaram radicalmente as ideias atuais sobre a relação entre marxismo e psicanálise. Mas, a conclusão geral de Moscovici permanece válida quando ele propõe uma teoria integradora para a pesquisa sobre opiniões, atitudes e estereótipos:

Considerando-se, a partir do ângulo da estrutura de mensagens, a elaboração de modelos sociais, a relação entre emissores e receptores, objetivos comportamentais, os três sistemas de comunicação mantêm a sua singularidade. Portanto, é específica a sua particularidade, a qual nos permite vincular termo a termo, a difusão, a propagação e a propaganda, à atitude, à opinião e ao estereótipo. (Moscovici, 1976, p. 497).

Sua nova definição de opiniões, atitudes e estereótipos, infelizmente, não foi retida pela maioria dos psicólogos sociais que trabalham nestas áreas. Isso, certamente, não é uma coincidência, porque poucos pesquisadores trabalham na articulação entre os sistemas de comunicação e sistemas de organização cognitiva. No entanto, é precisamente dentro do estudo dessas relações entre o sistema cognitivo e o metassistema de relações sociais que a *desmistificação ideológica* deveria estar inserida. Somente esses estudos podem mostrar que, em questão das representações sociais, o valor de verdade não deriva de uma realidade objetiva que existiria independentemente das relações sociais, mas que as representações sociais participam ativamente na construção dessas relações e são modificadas de tal maneira que eles reforçam um padrão existente de relacionamentos. Portanto, estudar as representações sociais pode se tornar uma tarefa que nunca termina. As representações estão inseridas nos sistemas de relações sociais que também são incorporados em outros sistemas, promovendo as suas representações sociais e assim por diante.

Um dos principais problemas nos estudos de representações sociais é que a sua matéria-prima é composta por coleções de opiniões individuais, atitudes ou preconceitos a partir dos quais os princípios de organização comum de indivíduos devem se reunir. É justamente para essa tarefa que uma multiplicidade de tipos de técnicas de análise de dados tem de ser usado. Estudar as representações sociais implica sempre a descrição dos sistemas de significados compartilhados, a análise de diferenças de posicionamento individual em relação com este sistema e da explicação das diferenças de posicionamento.

Nem todo estudo a respeito de representações sociais combina três tipos de análises. Em alguns estudos, métodos de análise de dados de prova demonstram conhecimentos de aspecto comum. As representações sociais são vistas como os tipos de mapas mentais dotados de uma existência material e peculiar a uma dada população. Métodos de análise de dados servem principalmente para desenhar os mapas comuns a partir das respostas individuais em que não pareçam tão distintas. A nosso ver, as descrições dessas representações objetivadas são uma contribuição importante da análise estatística, enquanto os pesquisadores permanecem conscientes de que as representações sociais não se limitam a tais objetivações que geralmente não levam em conta as muitas variações que podem caracterizá-las.

É exatamente nesse ponto que reside o paradoxo: as técnicas utilizadas para obter representações comuns são baseadas, atualmente, em um estudo do material que se caracteriza por uma importante quantidade de variações interindividuais. O objetivo único da pesquisa em representação social não é o de mostrar como fragmentos variados e dispersos de opiniões podem ser integrados em um todo coerente. Fontes sistemáticas das variações entre indivíduos têm de ser estudadas com métodos adequados de pesquisa, cujo uso obriga os pesquisadores a retomar o problema das diferenças interindividuais. Mostrar que as representações sociais envolvem também princípios organizadores das diferenças de posicionamento individual é uma importante contribuição para o uso adequado da técnica de análise fatorial.

Vários métodos são explicitamente projetados para detectar ligações preferenciais entre as modalidades de resposta individual e outras características dos respondentes, tais como suas crenças gerais ou valores, suas visões de membros de seu grupo e sobre

outros aspectos da sociedade. Nesse sentido, os processos de ancoragem nos trabalhos em representações sociais são evidenciados.

As representações sociais são mais bem estudadas na medida em que são ancoradas em percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e categorias de seu ambiente social que são de interesse especial para eles. Finalmente, um modo privilegiado para estudar a ancoragem das representações é a busca de relações entre membros de um grupo social e a posição social ocupada, e modulações no posicionamento individual para determinadas representações. A hipótese subjacente é, evidentemente, que as inserções sociais partilhadas levam a interações específicas e experiências que - eventualmente através de intervenções diferenciadas de valores, crenças e percepções sociais - modulam o posicionamento de uma natureza simbólica.

Novos desafios para a Psicologia Social

Em uma última seção do estudo de revisão por Devos e Doise (1999), uma nova via para a pesquisa sociopsicológica sobre a integração europeia foi recomendada. Seria para reanalisar os fundamentos dessa integração: Uma Europa para fazer o quê, coletivamente? Ao tomar tal perspectiva, o papel da Psicologia Social implica necessariamente também tornar-se programática e intervencionista. Uma importante contribuição de uma Psicologia Social mais social poderia ser para elevar a consciência dos laços vinculativos europeus. Deste ponto de vista, o estudo dos direitos humanos, analisados como representações sociais normativas, devem desempenhar um papel importante (Doise, 2002). Uma das características dos cidadãos dos países europeus é o seu compromisso com os direitos humanos. Outra característica é, provavelmente, a crença de que uma ampla abertura para o resto do mundo pode ser perigosa. Para muitos europeus, tal abertura significaria que os direitos fundamentais já não poderiam mais ser garantidos. Este é um problema interessante para se estudar, mas ainda é preciso desenvolver ferramentas adequadas para a realização de tais estudos.

Uma ferramenta que estamos propondo é o conceito de representações sociais normativas. Quando nos comunicamos com os outros, estamos engajados em um contrato de comunicação (Ghiglione 1986; Habermas, 1979). Da mesma forma, quando interagimos com os outros, estamos envolvidos em um contrato de interdependência. A

maioria de nossas ações afetam os outros mais ou menos diretamente. Do mesmo modo, estamos continuamente afetadas pelas ações de indivíduos conhecidos ou desconhecidos.

Nós não representamos claramente as interdependências múltiplas que chamamos de globalização. Definições normativas relacionadas com tais interdependências não existem. Especialmente, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* deve ser concebida como um acordo sobre os direitos que devem ser respeitados durante as interações com os outros. Por razões históricas, econômicas, políticas, militares e religiosas, as sociedades ocidentais têm tentado normalizar as relações sociais, não apenas dentro de cada sociedade, mas também entre membros de diferentes sociedades.

Os direitos humanos são princípios normativos que devem organizar múltiplas interações, independentemente da origem social da outra pessoa que encontramos. Devemos, de acordo com a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, respeitar a sua integridade corporal, seu acesso a recursos suficientes para viver com dignidade, e sua integração em uma ordem social protegendo-a de injustiças. Hoje, o apelo a tais recursos é quase ausente dos discursos políticos e dos escritos de psicólogos sociais, embora seja muitas vezes expresso por indivíduos ao preencher seus de questionários de pesquisa.

Publicações de vários sociólogos chamam nossa atenção para a importância de tais preocupações. Henri Mendras (1997), por exemplo, insiste sobre a diversidade antropológica da Europa, Edgar Morin (1990) defende a transformação de um destino europeu comum em um projeto coletivo europeu, mais importante ainda, ambos se referem explicitamente à tradição europeia dos direitos humanos. Da mesma forma, o livro de Touraine (2000), intitulado *Can We Live Together?* é uma argumentação em defesa dos direitos humanos. Mais precisamente, trata dos direitos do sujeito "lutando contra o triunfo do mercado e das tecnologias, por um lado, e poderes comunitários autoritários, por outro" (Touraine, 2000, p. 89), que "nada mais é que a resistência, a vontade e a felicidade de um indivíduo que está defendendo e afirmando a sua individualidade contra as leis do mercado e as leis da comunidade" (ibidem, p. 77). Seu livro mais recente, *Après la Crise* (2010), desenvolve mais esta ideia.

Uma das ideias fundadoras dos direitos humanos é a necessidade de estabelecer relacionamentos mutuamente satisfatórios dentro da sociedade e entre diferentes sociedades e culturas. Direitos que só dizem respeito às relações entre os indivíduos, não

podem fundar uma ordem internacional. As representações sociais normativas dos direitos humanos não negam a importância das questões religiosas, nacionais, culturais, linguísticas, de gênero, políticas ou outros membros de grupos para com os indivíduos. No entanto, para manter visões dos direitos humanos, urge a construção de um universo de Leis, de direitos e deveres em que tais diferenças não devam ser decisivas: "Toda pessoa tem direito a todos os direitos e às liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer natureza,..." (artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Na minha opinião, já era tempo de, pelo menos alguns psicólogos sociais, prestarem atenção a este tema, reintroduzindo conceitos-chave de suas próprias disciplinas, como a noção de objetivo comum, instituída por Sherif (1966) há mais de quarenta anos atrás, ou a ideia de expectativas recíprocas, usada mais recentemente por Rabbie em seu *Behavioural Interaction Model* (Rabbie, Schot e Visser, 1989).

Referências do texto original

- Amodio, D. M. (2008). The social neuroscience of intergroup relations. *European Review of Social Psychology*, 19, 1-54.
- Billig, M. (1982). *Ideology and Social Psychology*. Oxford: Basil Blackwell.
- Cattaneo, C. (1864). Dell'antitesi come metodo di Psicologia Sociale. *Il Politecnico*, 20, 262–270.
- Chrysochoou, X. (2000a). 'Memberships in superordinate level: Re-thinking European union as a multi-national society', *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 10: 403–20.
- Chrysochoou, X. (2000b). 'The representation(s) of a new superordinate category: Studying the stereotype of the European in the context of European integration', *European Psychologist*, 5: 269–77.
- Cinnirella, M. (1997). Towards a European identity: Interactions between the national and European social identities manifested by university students in Britain and Italy. *British Journal of Social Psychology*, 36: 19–31.

- Deflem, M. and Pampel, F.C. (1996). 'The myth of postnational identity: Popular support for European unification', *Social Forces*, 75: 119–43.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*, Paris: Presses Universitaires de France
- Doise, W. (1986). *Levels of explanation in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 405, 189-195.
- Doise, W. (1997a). Psychologie sociale. *Dictionnaire fondamental de la Psychologie* (pp. 1203-1208). Paris: Larousse.
- Doise, W. (1997b). Psicologia Sociale. *Enciclopedia delle scienze sociali, Volume VII* (pp. 189-198). Torino: Istituto della Enciclopedia Italiana.
- Doise, W. (2001). *Droits de l'homme et force des idées*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Doise, W. (2002) *Human rights as social representations*. London: Routledge.
- Doise, W. (2005). Les représentations sociales. Em N. Dubois (Ed.), *Psychologie sociale de la cognition* (pp. 153-207). Paris: Dunod.
- Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations Sociales et Analyses de Données*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Doise, W. & Devos, T. (1999). Identité et interdépendance: Pour une psychologie sociale de l'Union Européenne. *Psychologie et Société*, 1, 11–27.
- Doise, W. & Lorenzi-Cioldi F. (1989). *Sociologues et psychologie sociale*, Revue Européenne des Sciences Sociales, 27, 147-196.
- Doise, W. & Mugny, G. (1984). *The social development of the intellect*. Oxford: Pergamon Press.
- Doise, W. & Mugny, G. (1997). *Psychologie sociale et développement cognitif*. Paris: Armand Colin.

- Dumont, K. & Louw, J. (2009). A citation analysis of Henri Tajfel's work on intergroup relations. *International Journal of Psychology*, 44 (1), 46-59.
- Elcheroth, G. (2006). Individual-level and community-level effects of war trauma on social representations related to humanitarian law. *European Journal of Social Psychology*, 39, 907-930.
- Ellemers, N. (1993). The influence of socio-structural variables on identity management strategies. *European Review of Social Psychology*, 4, 27–57.
- Ghiglione, R. (1986) *L'homme communiquant*. Paris: Armand Colin.
- Guimond, S. & Tougas, F. (1994). Sentiments d'injustice et actions collectives: La privation relative. In R. Y. Bourhis & J. P. Leyens (Eds.), *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes* (pp. 201-231). Liège: Mardaga.
- Habermas, J. (1979) *Communication and the evolution of society*. Boston: Beacon Press.
- Harris, L. T. & Fiske, S. T. (2009). Social neuroscience evidence for dehumanised perception. *European Review of Social Psychology*, 20, pp. 192-231.
- Hiebsch, H. & Vorweg, M. (1968). *Einführung in die marxistische Sozialpsychologie*. Berlin: VEB Deutscher Verlag der Wissenschaften.
- Hiebsch, H. & Vorweg, M. (1979). *Sozialpsychologie*. Berlin: VEB Deutscher Verlag der Wissenschaften.
- Huici, C., Ros, M., Cano, I., Hopkins, N., Emler, N. & Carmona, M. (1997). Comparative identity and evaluation of socio-political change: Perceptions of the European community as a function of the salience of regional identities. *European Journal of Social Psychology*, 27, 97–113.
- Jost, J. T., Burgess, D. & Mosso, C. (2001). Conflicts of legitimation among self, group, and system: The integrative potential of system justification theory. In J. T. Jost & B. Major (Eds.), *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations* (pp. 363-388). New York: Cambridge University Press,.
- Lalljee, M., Tam, T. Hewstone, M. Laham, S. & Lee, J. (2009). Unconditional respect for persons and the prediction of intergroup action tendencies. *European Journal of Social Psychology*, 39, 666-683.

- Markard, M. (2009). *Einführung in die Kritische Psychologie*. Berlin: Argument.
- McGuire, W. J. (1983). A contextualist theory of knowledge: Its implications for innovation and reform in psychological research. *Advances in Experimental Social Psychology*, 16, 1–47.
- Mendras, H. (1997). *L'Europe des Européens*. Paris: Gallimard.
- Mlicki, P.P. & Ellemers, N. (1996). Being different or being better? National stereotypes and identifications of Polish and Dutch students. *European Journal of Social Psychology*, 26: 97–114.
- Morin, E. (1990). *Penser l'Europe*. Paris : Gallimard.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France, (2 ème édition, 1976).
- Moscovici, S. (1989). Preconditions for explanations in social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 19, 407–430.
- Mugny, G. & Carugati. (1985). *L'intelligence au pluriel*. Cousset: DeVal.
- Rabbie, J. M. & Horwitz, M. (1969). Arousal of *ingroup – outgroup* bias by a chance of win or loss. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 269 – 277.
- Rabbie, J.M., Schot, J.C. & Visser, L. (1989). Social identity theory: a conceptual and empirical critique from the perspective of a behavioural interaction model. *European Journal of Social Psychology*, 19: 171–202.
- Sassoli, M. & Bouvier, A. (2003). *Un droit dans la guerre ?* Genève: ICRC Publications.
- Sherif, M. (1966). *In common predicament*. Boston: Houghton Mill.
- Spini, D., Elcheroth, G. & Fasel, R. (2008). The impact of group norms and generalization of risks across groups on judgments of war behavior. *Political Psychology*, Vol. 29, No 6, 919-941.
- Staerklé, C., Delay, C., Gianettoni, L. & Roux, P. (2007). *Qui a droit à quoi? Représentations et légitimation de l'ordre social*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Tajfel, H. (1959). Quantitative judgement in social perception. *British Journal of Psychology*, 50, 16–29.

- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. Em S. Moscovici (Ed.) *Introduction à la psychologie sociale* (pp. 272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behaviour. *Social Science Information*, 13, 65–93.
- Tajfel, H. (1975). The exit of social mobility and the voice of social change. *Social Science Information*, 14, 101–118.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H., Billig, M., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorisation and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149–178.
- Tajfel, H., Sheikh, A. A., & Gardner, R. C. (1964). Content of stereotypes and the inference of similarity between members of stereotyped groups. *Acta Psychologica*, 22, 191–201.
- Tajfel, H. & Turner, J.C. (1986) The social identity theory of intergroup behaviour. Em S. Worchel & W.G. Austin (eds). *Psychology of intergroup relations*. Chicago: Nelson-Hall.
- Tajfel, H., & Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgment. *British Journal of Psychology*, 54, 101–114.
- Tapia, C. (1997) *Les jeunes face à l'Europe*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Taylor, D. M. & Moghaddam, F. M. (1987). *Theories of intergroup relations: International social psychological perspectives*. New York: Praeger.
- Touraine, A. (2000) *Can we live together? Equality and difference*. Stanford: Stanford University Press.
- Turner, J.C., Hogg, M.A., Oakes, P.J., Reicher, S.D. & Wetherell, M. (1987) *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford: Blackwell.
- van Zomeren, M., Postmes, T. & Spears, R. (2008). Toward an integrative model of collective action: A quantitative research synthesis of three socio-psychological perspectives. *Psychological Bulletin*, 134 (4), 504-535.

2. Gênero, fronteiras simbólicas e imagens: implicações metodológicas e educacionais

Ana Flávia do Amaral Madureira

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Mesa Redonda

Relações de gênero, a política e a história

(...) Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre 'nós' e 'eles'. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. 'Nós' e 'eles' não são, neste caso, simples distinções gramaticais (...) (Silva, 2000, p. 82).

Considerando como ponto de partida a psicologia sociocultural (i.e. Bruner, 1997; Cole, 1992; Valsiner, 2005, 2007a; Rosa, 2007a, 2007b; Vygotsky, 1978/1991), o presente trabalho tem como objetivos: (a) analisar os processos identitários, enquanto fenômenos de fronteira envolvidos na construção das identidades de gênero; (b) discutir o espaço de 'demonização' ocupado pelo feminino na iconografia cristã medieval; (c) apresentar algumas das implicações metodológicas e educacionais do uso de imagens, enquanto artefatos culturais, no contexto das ciências humanas.

Gênero, processos identitários e fronteiras simbólicas

A formulação do conceito de gênero no contexto das ciências humanas ilustra o intercâmbio fecundo entre a produção acadêmica e o movimento feminista, enquanto movimento social comprometido com a transformação das estruturas hierárquicas de gênero (Louro, 1998). O conceito de gênero visa rejeitar as explicações para as desigualdades entre homens e mulheres ancoradas nas diferenças biológicas (Scott, 1995). Nessa direção, os estudos contemporâneos sobre a construção das masculinidades e feminilidades têm colocado em xeque o essencialismo biológico presente no modelo biomédico e frequentemente difundido no cotidiano. Por um lado, o conceito de gênero corresponde a uma ferramenta política útil na luta contra as

desigualdades nas relações entre homens e mulheres, no desafio coletivo de construção de uma sociedade efetivamente democrática. Por outro, o conceito de gênero configura-se como uma ferramenta analítica, eminentemente interdisciplinar, que viabiliza a compreensão de diversos fenômenos investigados pelas ciências humanas.

De forma mais específica, enquanto categoria analítica, o conceito de gênero destaca a dimensão cultural que apresenta um papel estruturante no processo complexo de tornar-se homem ou mulher (Madureira & Branco, 2004). Nesse sentido, cabe destacar que as identidades de gênero são construídas não apenas nas relações entre homens e mulheres, mas também intragênero (Parker, 1991). Além disso, são construídas de forma articulada com as ‘malhas do poder’ que perpassam as diversas instâncias sociais, ou seja, são atravessadas pelas relações de força, opressão e resistência sempre presentes nas práticas informais, institucionais, e na produção de saberes (Foucault, 1996).

Em um sentido mais amplo, as identidades sociais (as identidades de gênero, as identidades sexuais, as identidades étnicas etc.) apresentam, basicamente, duas funções importantes: (a) vinculam o sujeito singular aos grupos sociais, na medida em que os processos identitários estão relacionados à construção de sentimentos de pertencimento a determinados grupos presentes na sociedade; e (b) funcionam como coordenadas culturais que orientam, de diferentes formas, a constituição da subjetividade (Madureira, 2000; Madureira & Branco, 2007). A construção das múltiplas identidades sociais, incluindo as identidades de gênero, está relacionada ao processo de construção, manutenção e transformação de fronteiras simbólicas que delimitam quem pertence ao ‘nosso grupo’ (nós) e quem não pertence (os/as outros/as). Uma questão central que emerge é: como as diferenças são transformadas em desigualdades?

No cotidiano, marcar as diferenças entre indivíduos e grupos sociais é uma tarefa corriqueira. Afinal, as diferenças, ambiguidades e tensões estão no cerne dos processos de significação, no fluxo das experiências vivenciadas pelo indivíduo, através do constante uso de signos – índices, ícones e símbolos (Ferreira, Salgado & Cunha, 2006; Valsiner, 2007a; Woodward, 2000). Se as diferenças são centrais para os processos de construção de significados, as fronteiras marcam as diferenças: “(...) Não existe ‘fora’ (ou ‘dentro’) de um círculo sem um contorno – a fronteira cria a separação-integrada de partes” (Valsiner, 2007b, p. 221).

Nos diversos contextos culturais ao redor do mundo existem fronteiras simbólicas que delimitam, de forma semipermeável, as diferenças entre os indivíduos e grupos sociais. Quando tais fronteiras se tornam rígidas, não-permeáveis, e passam a qualificar alguns grupos a partir da desqualificação, constante e difusa, de outros grupos, percebemos o preconceito em ação (discriminação). Quando estas fronteiras rígidas são alvos de transgressão, percebemos a violência (simbólica e/ou física) e a intolerância, subjacentes às práticas discriminatórias, em relação aos/às supostos/as 'transgressores/as'. Para a manutenção das desigualdades sociais é fundamental que tais fronteiras sejam 'respeitadas', não importando o 'preço pago' em termos de sofrimento psíquico na manutenção de práticas excludentes consideradas, muitas vezes, como 'naturais'. Afinal, sentir-se desqualificado/a e inferiorizado/a por 'defeitos pré-supostos' não são, certamente, experiências agradáveis para aqueles/as que são alvo das práticas discriminatórias (mulheres, homossexuais, pobres, negros/as, pessoas com necessidades especiais etc.).

Inspirada no funcionamento das células, a imagem metafórica das fronteiras como membranas semipermeáveis (Valsiner, 2007b) parece se constituir em um caminho frutífero na investigação dos processos identitários, das relações e tensões entre o 'nós' (dentro) e os 'outros' (fora), bem como dos preconceitos e práticas discriminatórias, enquanto preconceitos postos em ação (Madureira, 2008, 2009). De forma mais precisa, no presente trabalho, os preconceitos são definidos como rígidas fronteiras simbólicas, construídas historicamente, com profundas raízes afetivas e que funcionam como barreiras culturais entre grupos sociais e indivíduos (Madureira, 2007a, 2007b, 2007c, 2007d).

Considerando os processos identitários e os preconceitos enquanto fenômenos de fronteira, a Figura 1 ilustra, de forma didática, a transformação da diferença em desigualdade e da desigualdade em intolerância (ou seja, no desejo de eliminar o outro):

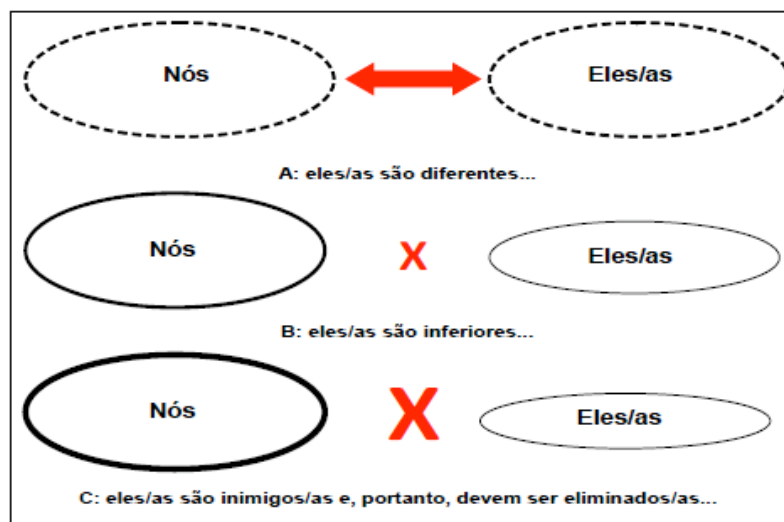


Figura 1 – Os preconceitos enquanto fronteiras simbólicas rígidas: das diferenças às desigualdades, das desigualdades à intolerância

Em um estudo anterior (Madureira, 2007a) sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade em escolas públicas do Distrito Federal, a partir das concepções e crenças dos/as professores/as, foi identificado no discurso dos/as participantes um descompasso entre a promoção da igualdade entre homens e mulheres na esfera profissional (mundo público) e na esfera dos relacionamentos amorosos, no casamento e nas relações familiares (mundo privado). O estudo teve como objetivo analisar as concepções e crenças de professores/as do Ensino Fundamental, de 5^a a 8^a séries (atualmente, 6^o a 9^o anos), da rede pública de ensino do Distrito Federal em relação às questões de gênero e sexualidade, com destaque para a questão da diversidade sexual. A metodologia consistiu em duas etapas: quantitativa (questionários, n=122) e qualitativa (entrevistas individuais semiestruturadas e grupos focais, n=10). A igualdade na esfera profissional é defendida por todos/as os/as professores/as que participaram das entrevistas e grupos focais (2^a etapa da pesquisa). Entretanto, quando saímos da esfera profissional e focalizamos as relações entre homens e mulheres na esfera privada, percebemos a existência de concepções e crenças divergentes. Por exemplo, em uma das entrevistas realizadas, a professora afirmou que:

“Eu acho que muita igualdade, também, não faz bem não, sabe? (...) porque já é tudo, tudo... direitos iguais, tanto no serviço, no trabalho, a procura é essa, né? Aí, você tem uma, assim, uma igualdade, uma liberdade sexual, entendeu? Uma liberdade sexual que eu, assim, às vezes eu acho que não vale à pena, sabe?”
(Categoria analítica: gênero).

Para surpresa da pesquisadora, a professora, que também é mulher, defende que homens e mulheres não devem ter direitos iguais na esfera da sexualidade. Tal igualdade implicaria, na percepção dela, em uma liberdade sexual para as mulheres que não seria desejável, na medida em que ela acredita que: “a mulher tem que se preservar mais, se resguardar”. Liberdade sexual para as mulheres é interpretada, por ela, como sinônimo de promiscuidade. Nesta entrevista, ficou evidente que a expectativa social de que as mulheres sejam mais ‘recatadas’ no exercício da sexualidade – ou seja, mais ‘passivas’ (Parker, 1991) – não pode ser interpretada a partir de explicações genéricas do estilo “é a opressão masculina”. As próprias mulheres ocupam, frequentemente, uma posição estratégica no controle social sobre o corpo e a sexualidade feminina, na medida em ‘vigiam’, ‘avaliam’ e ‘julgam’ o comportamento sexual de outras mulheres. A ‘fofoca’ sobre a vida sexual de outras mulheres não deixa de ser, nesse sentido, um eficiente mecanismo de controle informal sobre o corpo e a sexualidade feminina.

Isso significa que, na análise das desigualdades entre homens e mulheres nas diversas esferas da vida cotidiana, não devemos nos contentar com explicações genéricas e simplistas. É pertinente lembrar que gênero é um conceito eminentemente relacional (Louro, 1998; Scott, 1995) e, como tal, deve orientar o desenvolvimento de análises relacionais. De forma mais específica, devemos estar atentos/as para as concepções, crenças, valores e práticas culturais de homens e mulheres que acabam por sustentar relações de gênero desiguais. Apesar da importância de reconhecermos que, historicamente, as relações de gênero têm beneficiado os homens, em termos de *status*, prestígio, autonomia (Bourdieu, 2005), tais relações não são organizadas e sustentadas apenas por homens, mas também por mulheres. Nesse sentido, é importante buscarmos ‘pistas históricas’ que nos ajudem a compreender os motivos pelos quais o corpo e a sexualidade feminina se constituiu em um lócus de controle social. Para tanto, no próximo tópico, buscaremos algumas ‘pistas históricas’ na iconografia cristã medieval.

O feminino na iconografia cristã medieval: a mulher como ser demoníaco

(...) E sobre a mulher como estímulo de tentações, já falaram suficiente as escrituras. Da mulher, diz o Eclesiastes, que sua conversa é como fogo ardente, e os Provérbios dizem que ela se apodera da alma preciosa do homem e que os mais

fortes foram arruinados por ela. E disse mais o Eclesiastes: descobre que mais amarga que a morte é a mulher (...) E outros disseram que ela é a barca do demônio (...) (Eco, 1983, p. 293).

Na historiografia, a Idade Média é, tradicionalmente, dividida da seguinte forma: inicia-se no século V, com a desintegração do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., e se estende até o século XV, com a queda de Constantinopla, em 1453. É importante lembrarmos que, neste período histórico, a Terra era vista como o centro do universo (geocentrismo) e o universo, como finito e imutável. As sociedades europeias medievais eram teocêntricas (Deus no centro) e, portanto, a filosofia e as artes não passavam de ‘servas’ da teologia.

A misoginia, ou ódio às mulheres, foi um dos pilares do imaginário social nas sociedades teocêntricas medievais. Por um lado, apesar da misoginia não ter sido ‘inventada’ pelo cristianismo na Idade Média, já que correspondeu a uma apropriação de concepções e crenças que já circulavam no mundo antigo, por outro, o pensamento misógino tornou-se um projeto “(...) no sentido de incrustar no imaginário popular a crença na inferioridade da mulher e do feminino. Na história ocidental, o momento em que este procedimento fica mais evidente é durante a Idade Média” (Gomes, 2009, p. 261). Nesse sentido, apresentamos, a seguir, alguns exemplos significativos que ilustram o quanto o imaginário social neste período histórico foi povoado por imagens hostis às mulheres.

Na Bíblia, livro considerado sagrado pelo cristianismo que compreende o Antigo e o Novo Testamento, há pelo menos três elementos doutrinários essenciais para analisarmos as imagens associadas ao feminino: (a) como o homem e a mulher foram criados (Antigo Testamento - Gênesis); (b) a figura de Eva (Antigo Testamento – Gênesis); e (c) a figura de Maria (Novo Testamento) (Gomes, 2009; Prata, 2009).

Em relação à forma como a criação do homem (Adão) e da mulher (Eva) é apresentada no Gênesis, é curioso notar que: “(...) o homem descendeu diretamente de Deus – um ser divino –, enquanto a mulher descendera da costela do homem – um ser carnal e, portanto, mais próximo do que é terreno, sensório e corporal, sendo, portanto, mais suscetível ao pecado.” (Gomes, 2009, p. 262). O segundo elemento doutrinário, presente também no Gênesis, refere-se à figura de Eva e mais precisamente à “(...) incapacidade de Eva de resistir à tentação, a mulher ainda é responsável por induzir Adão

a comer do fruto proibido, do que resultou a expulsão do paraíso e o estabelecimento do pecado original (...)” (Gomes, 2009, p. 262).

No Novo Testamento, o terceiro elemento doutrinário refere-se à figura de Maria, mãe de Jesus Cristo, como a oposição à figura de Eva “(...) enquanto sobre essa [Eva] é proposta uma essência pecaminosa, aquela recebe o Espírito Santo (...) [A virgem Maria] é a única mulher na ideologia cristã que não é essencialmente pecadora e cujo corpo não é veículo do pecado” (Gomes, 2009, p. 263). Entretanto, é importante destacar que a figura de Maria é tida como algo da ordem do extraordinário, que transcende à realidade das mulheres concretas.

Podemos deduzir, portanto, que não haveria ‘salvação’ para as mulheres fora do modelo de castidade e pureza personificado na figura da virgem Maria. Para tanto, as mulheres deveriam “sublimar a sua feminilidade”, essencialmente marcada pelo pecado original, introduzido no paraíso por Eva. Maria e Eva são, portanto, figuras que personificam o forte dualismo moral presente no imaginário cristão sobre as mulheres (Gomes, 2009; Prata, 2009). Tal dualismo está inserido na longa tradição histórica cristã de representações bastante pejorativas sobre o corpo e os prazeres (Vainfas, 1992; Delumeau, 1990).

Nesse sentido, após a realização de uma análise histórica sobre o casamento, o amor e o desejo no ocidente cristão (dos primórdios do cristianismo até o final da Idade Média), Vainfas (1992) destaca que, apesar das diversas manifestações morais sobre o sexo no decorrer de vários séculos de cristianismo, se houve um traço característico de todas essas ‘morais’ foi “(...) a recusa do prazer (...) a problematização cristã da carne se confunde com este ideal de recusa, que supõe o prazer como um mal em si mesmo e também como obstáculo à salvação eterna (...)” (p. 81). Há, portanto, nas entrelinhas da tradição religiosa cristã uma verdadeira ‘antropologia angelical’ (Delumeau, 1990), expressa na valorização da concepção de que os seres humanos devem se aproximar dos anjos que seriam, em última instância, seres celestiais sem corpo e sem sexualidade. Considerando os exemplos apresentados neste tópico, não é difícil concluir que, no que se refere ao ideal de ascetismo cristão, as mulheres – enquanto ‘Evas em potencial’ – já ‘nasciam’ em desvantagem...

Marcadas pelo pecado original introduzido por Eva, as mulheres, em princípio, já estariam mais distantes do ideal cristão de renúncia ao corpo, aos prazeres do ‘mundo

profano' (em oposição ao 'mundo espiritual'). Como verdadeiras 'Evas em potencial', as mulheres deveriam ser alvo de um controle social mais acirrado. Suas ações, seu corpo e sua sexualidade deveriam ser vigiados com rigor.

O *ethos* cristão de recusa do prazer, perpassado por imagens misóginas, encontra no universo das artes visuais um espaço propício em termos doutrinários. Na história da arte ocidental, no período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna na Europa, um lugar de destaque é ocupado pelas catedrais góticas (León, 2006; Schwanitz, 2006; Strickland, 1999). Conforme é destacado por Strickland (1999), as catedrais góticas eram consideradas verdadeiras "Bíblías de pedra", maravilhas arquitetônicas no período em que foram construídas. As catedrais góticas exemplificam como determinada estrutura arquitetônica pode concretizar em suas "pedras" todo um universo simbólico que envolve determinadas crenças, valores, práticas culturais, narrativas que 'povoaram', de forma significativa, o imaginário social medieval. Em um mundo social em que o analfabetismo correspondia à realidade da grande maioria da população, é interessante observar como as esculturas, as pinturas, os vitrais e as tapeçarias no interior das catedrais góticas cumpriam uma função didática ao contar, através de imagens, histórias bíblicas, ao tornar mais 'concreto e palpável' crenças e valores coerentes com a visão de mundo cristã.

No final do século XIV e na primeira metade do século XV, ocorre a difusão do estilo gótico internacional em diferentes cortes europeias, que irá desembocar no desenvolvimento da pintura flamenca¹ do norte da Europa (León, 2006). Enquanto o renascimento italiano buscava inspiração na antiguidade clássica, o renascimento flamenco se inspirava na natureza (Strickland, 1999). De qualquer forma, tanto o renascimento italiano como o renascimento flamenco seguiram uma tendência que estava se delineando desde o final da Idade Média: um crescente naturalismo nas expressões plásticas, mesmo que os temas retratados continuassem sendo, em sua maioria, religiosos.

A tradição flamenca encontra sua expressão mais original nas pinturas de Hieronymus Bosch (1450-1516), artista considerado precursor do movimento surrealista no século XX (Strickland, 1999). O principal interesse de sua obra foi mostrar, com ironia, as paixões e vícios da época em que viveu (León, 2006). Subjacente à sua obra há um discurso moralizante que remete ao imaginário medieval, perpassado por imagens

¹ A pintura flamenca se desenvolveu na região de Flandres, que compreendia os territórios da Bélgica, Holanda e Luxemburgo (Leon, 2006).

misóginas que remetem ao pecado original e à punição no inferno. Em relação à sua pintura mais conhecida, O Jardim das Delícias Terrenas² (Hieronymus Bosch, 1500-1510, Museo del Prado, Madri, Espanha), há claramente um sentido narrativo: uma história é contada através de imagens, tendo como referência a doutrina cristã. Na representação do paraíso na Terra, o Criador entrega Eva a Adão. É através, então, da figura feminina de Eva que o pecado é introduzido no mundo. De acordo com Torviso e Marías (1982), Bosch “(...) não fez mais que reproduzir plasticamente o que os teólogos e poetas escreviam durante o século XV, seguindo a patrística medieval, ‘culpa de Eva’ (...)” (p. 163). ‘Lendo’ as imagens, partindo do paraíso na Terra em direção ao inferno, vemos se desenrolar diante de nossos olhos uma narrativa religiosa, com função moralizante, que alerta para as ‘consequências trágicas’ do pecado e, especialmente, do pecado da luxúria (Torviso & Marías, 1982).

Entre a Idade Média e o início do século XXI há, certamente, inúmeras diferenças, em termos econômicos, políticos, culturais, etc. Todavia, no imaginário social contemporâneo, no contexto da nossa sociedade, historicamente marcada pela tradição católica, há imagens bastante arcaicas sobre as mulheres que são cotidianamente reproduzidas, reatualizadas, reformuladas e contestadas... Na promoção da igualdade de gênero nas diversas esferas da vida social, um desafio importante é, justamente, superar este dualismo moral sobre as mulheres: Maria versus Eva. Por sinal, um desafio complexo e atual que é vinculado, como analisado neste tópico, à longa tradição iconográfica cristã que marcou, de forma profunda, o imaginário social ocidental.

Imagens como artefatos culturais: questões metodológicas e educacionais

Desde a pré-história até os nossos dias, todos os povos têm praticado a pintura. Através das cores, da luz e das formas, os artistas têm expressado a concepção de mundo que os rodeia, têm tornado mais próximo o imaterial e têm compreendido, dominado e apreciado o cotidiano (León, 2006, p. 6).

Para a psicologia sociocultural, a mediação semiótica configura-se como um princípio explicativo de suma importância no estudo das complexas interrelações entre os fenômenos culturais e psicológicos. Em última instância, como existem múltiplas

² Consultar: <http://arteuniversal.wordpress.com/2010/06/16/bosch-hieronymus/bosch-hieronymus-the-garden-ofearthly-delights-triptych/> . Acesso em 20/12/2010.

possibilidades de combinações entre ícones, índices e símbolos, os signos (verbais e visuais) apresentam uma natureza híbrida que introduz uma grande complexidade nos processos de significação (Valsiner, 2007a). Nesse sentido, é possível afirmar que o ato de contemplar uma pintura envolve todo um complexo processo de ‘educação cultural da visão’, que engloba aspectos cognitivos e afetivos, bem como aspectos relacionados aos conhecimentos ativamente internalizados pelas pessoas ao longo de suas vidas. Ou seja, a interpretação de uma pintura enquanto artefato cultural demanda todo um elaborado processo de aprendizagem que orienta o nosso olhar (Franz, 2003). Afinal, imagens são signos a serem interpretados (Lonchuk & Rosa, 2008).

As cores, as formas, o jogo de luz e sombra, a composição de uma pintura trazem em si determinadas convenções sociais situadas no tempo e no espaço. Além disso, não podemos esquecer que existe “(...) uma conexão muito estreita entre visão e poder. O ato de ver – que envolve o que selecionamos para ver e como vemos – produz efeitos sobre os sujeitos, produz relações de poder, muitas vezes, de forma sutil e sedutora (...)” (Loponte, 2002, p. 290).

No contexto desta discussão, cabe mencionarmos a ideia central da psicologia da arte proposta por Vygostky (1970/2007): “(...) o reconhecimento da superação da matéria pela forma artística ou, o que é o mesmo, o reconhecimento da arte como técnica social do sentimento (...)” (p. 160). As artes envolveriam, portanto, toda uma série de técnicas sociais do sentimento que promoveriam novos níveis de mediação cultural dos aspectos emocionais e afetivos, de forma integrada aos processos cognitivos. Ou seja, os objetos artísticos são artefatos culturais que mediam, especialmente, os sentimentos e as emoções humanas. Podemos dizer, então, que o objeto artístico é um artefato cultural produzido para a criação de experiências estéticas.

Nas pesquisas sobre processos identitários, valores e preconceitos é importante construir estratégias analíticas voltadas à interpretação dos aspectos culturais, afetivos e cognitivos envolvidos. Estamos, portanto, diante de um desafio: criar novas estratégias metodológicas que possam nos auxiliar na identificação de ‘pistas’ significativas em relação aos fenômenos investigados. Este é, certamente, um convite para a nossa imaginação, tanto em termos metodológicos como analíticos. Afinal, “(...) Um cientista sem imaginação é como um pássaro sem asas” (Alves, 1993, p. 43).

Imagens históricas, por exemplo, podem se constituir em um interessante recurso metodológico no contexto de pesquisas voltadas à compreensão dos processos identitários e suas bases afetivas. O trabalho de González (2005) é um exemplo interessante neste sentido. A autora estava interessada em analisar os aspectos afetivos envolvidos na questão da construção das identidades nacionais entre os/as participantes provenientes da Argentina, Chile e Espanha. Em sua investigação, a pesquisadora solicitou que os/as participantes – após apreciar um desenho famoso com conhecida imagem histórica³, que representava o encontro de nativos e espanhóis – respondessem com qual grupo eles/as mais simpatizavam, e com qual eles/as mais se identificavam, ou se sentiam mais próximos/as, parecidos/as, justificando o porquê da sua escolha.

Os resultados desta pesquisa (González, 2005) revelaram a grande ambiguidade presente nos processos identitários, pois mesmo se simpatizando com os nativos, era com os invasores que os/as participantes tendiam a se identificar. Em outras palavras, emoções, afetos, ambiguidades e conflitos se fazem presentes na hora de elegermos os grupos sociais com os quais simpatizamos, e com os quais nos identificamos, e também os quais rejeitamos. As estreitas conexões entre processos identitários e as relações de poder também estão claramente presentes e ocupam uma posição central quando analisamos a emergência, desenvolvimento e reprodução dos preconceitos, bem como as resistências em desconstruí-los.

No estudo de questões envolvidas na construção das identidades de gênero, é possível, por exemplo, apresentar aos/às participantes duas imagens: (a) uma imagem formada por fotos de diferentes homens (em termos de classe social, etnia, idade etc.); e (b) uma imagem formada por fotos de diferentes mulheres (em termos de classe social, etnia, idade etc.). Após a apresentação de cada imagem, podemos apresentar aos/às participantes questões como: quem você gostaria de ser? Porquê? Quem você não gostaria de ser? Porquê? Tais imagens podem ser utilizadas em pesquisas sobre as articulações entre as identidades de gênero e outras identidades sociais, bem como sobre os estereótipos e preconceitos que se fazem presentes, nas entrelinhas, dos processos de identificação.

As imagens, enquanto artefatos culturais, podem ser utilizadas também como um recurso educacional fértil no contexto da sala de aula, em diferentes níveis educacionais.

³ Desenho de Theodore de Bry (1590). Consultar: <http://www.superstock.com/stock-photos-images/1746-571> Acesso em 23/12/2010.

A apresentação de pinturas, fotografias, filmes e documentários, seguido de debates com os/as alunos/as, pode se configurar como uma estratégia pedagógica interessante no sentido de estimular a reflexão e a análise crítica sobre questões relevantes no contexto das ciências humanas, como, por exemplo: (a) os processos identitários relativos a diferentes marcadores sociais (como gênero, orientação sexual, classe social, etnia, religião, nacionalidade etc.); (b) os estereótipos utilizados no cotidiano para separar (e, frequentemente, excluir) determinados grupos sociais em relação a outros que ocupam posições hegemônicas em nossa sociedade; (c) os preconceitos ‘naturalizados’ no cotidiano (sexismo, homofobia, racismo, elitismo, fundamentalismo religioso etc.).

Considerações finais

Os significados culturais associados à masculinidade, à feminilidade e à sexualidade não são ‘átomos linguísticos’ que podem ser investigados de forma isolada. Ao contrário, devem ser investigados e problematizados de forma integrada aos amplos sistemas de significação cultural, historicamente construídos. Em última instância, o uso metodológico e educacional de imagens corresponde a um dos caminhos, dentre outros, possíveis.

As identidades de gênero são construídas a partir das crenças, valores, práticas, estereótipos e preconceitos que delimitam culturalmente as fronteiras simbólicas entre a masculinidade e a feminilidade. Neste processo, imagens que circulam no cotidiano cumprem um papel relevante. Considerando que: (a) a visão é um sentido de suma importância na espécie *Homo Sapiens*; (b) as sociedades ocidentais apresentam uma extensa e rica tradição iconográfica; (c) estamos vivendo na contemporaneidade uma verdadeira ‘invasão de imagens’ no cotidiano; (d) através da visão, as pessoas classificam outras pessoas em grupos sociais distintos, sendo que os estereótipos cumprem um papel importante nesta tarefa cotidiana; podemos concluir que o uso de imagens em termos analíticos, metodológicos e educacionais – corresponde a um terreno fértil, mas ainda pouco explorado pela psicologia.

Referências

- Alves, R. (1993). *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Bruner, J. S. (1997). *Atos de Significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cole, M. (1992). Culture in development. Em M.H. Bornstein & M.E. Lamb (Orgs.), *Developmental Psychology: An Advanced Textbook* (pp. 731-787). New Jersey: Erlbaum.
- Delumeau, J. (1990). *Sin and fear: The emergence of a Western guilt culture 13th-18th centuries*. New York: St. Martin's Press.
- Eco, U. (1983). *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, T., Salgado, J. & Cunha, C. (2006). Ambiguity and the dialogical self: In search for a dialogical self. *Estudios de Psicología*, 27 (1), 19-32.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Franz, T. S. (2003). *Educação para uma compreensão crítica da arte*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Gomes, J. N. (2009). Reflexões sobre o desejo e a ideologia na misoginia medieval. *Aedos*, 2 (2), 261-267.
- León, P. G. P. (2006). *Breve historia de la pintura*. Madrid: Editorial LIBSA.
- Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Loponte, L. G. (2002). Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. *Estudos Feministas*, 7 (2), 283-300.
- Lonchuk, M. & Rosa, A. (2008). *Graphic images as semiotic means for moral action*. Paper apresentado no 2nd ISCAR Congress, September, San Diego, United States of America.
- Madureira, A. F. A. (2000). *A construção das identidades sexuais não-hegemônicas: gênero, linguagem e constituição da subjetividade*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Madureira, A. F. A. (2007a). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Madureira, A. F. A. (2007b). The psychological basis of homophobia: cultural construction of a barrier. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, 41 (3-4), 225-247.
- Madureira, A. F. A. (2007c). Homophobia as a boundary phenomenon: The dynamic dance between different tensions. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, 41 (3-4), 326-342.
- Madureira, A. F. A. (2007d). The self-control ethos as a mechanism of social exclusion in western societies. *Culture & Psychology*, 13 (4), 419-430.
- Madureira, A. F. A. (2008). Invisible boundaries with concrete implications: Meaning-making processes and symbolic boundaries. Em S. Salvatore, J. Valsiner J., S. Strout-Yagodzynski & J. Clegg (Eds.), *Yearbook of Idiographic Science* (pp. 233-248). Rome: Giorgio Fireira.
- Madureira, A. F. A. (2009). Social identities, prejudices and symbolic boundaries: Contributions from sociocultural psychology. Em E. P. Lamont (Ed.), *Social Psychology: New research* (pp. 81-104). New York: Nova Science Publishers.

- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2004). Co-construction of gender identity in social interactions: The role of communication and metacommunication processes. Em A. U. Branco & J. Valsiner (Eds.), *Communication and metacommunication in human development* (pp. 151-189). Connecticut: Information Age Publishing.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23 (1), 81-90.
- Parker, R. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Pratas, G. M. D. L. (2009). O feminino na arte medieval. *Mandrágora*, 15 (15), 117-124.
- Rosa, A. (2007a). Acts of Psyche: Actuations as Synthesis of Semiosis and Action. Em J. Valsiner & A. Rosa (Eds), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 205-237). New York: Cambridge University Press.
- Rosa, A. (2007b). Dramaturgical Actuations and Symbolic Communication: Or How Beliefs Make Up Reality. Em J. Valsiner & A. Rosa (Eds), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 293-317). New York: Cambridge University Press.
- Schwanitz, D. (2006). *La cultura: todo lo que hay que saber*. Madrid: Punto de Lectura.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.
- Strickland, C. (1999). *Arte comentada: da pré-história ao pós-moderno*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Torviso, I. B. & Marías, F. (1982). *Bosch: realidad, símbolo y fantasía*. Madrid: Silex.
- Vainfas, R. (1992). *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática.
- Valsiner, J. (2005). Affektive Entwicklung im kulturellen Kontext [Affective Development in Cultural Context]. Em J. B. Asendorpf (Ed.), *Enzyklopädie der Psychologie*. Vol. 3. Soziale, emotionale und Persönlichkeitsentwicklung (pp. 677-728). Göttingen: Hogrefe.
- Valsiner, J. (2007a). *Culture in minds and societies: Foundations of Cultural Psychology*. New Delhi: Sage.
- Valsiner, J. (2007b). Looking across cultural boundaries. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, 41 (3-4), 219-224.
- Vygotski, L. S. (1970/2007). *La tragedia de Hamlet & Psicología del arte*. Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje.
- Vygotsky, L. S. (1978/1991). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.

3. Estudos de Gênero e Psicologia Social¹

Ana Lúcia Galinkin

Instituto de Psicologia - UnB

Mesa Redonda

Campo de Gênero: olhar interdisciplinar

Um dos primeiros trabalhos no campo da Psicologia, que pode ser considerado como um estudo sobre gênero, foi realizado por Mary Putman Jacobi em 1876 quando, em sua dissertação apresentada à Universidade de Harvard, argumentou que as mulheres e as pessoas negras eram mostradas como inferiores pela psicologia, e que as diferenças entre pessoas negras e brancas, e entre mulheres e homens eram atribuídas à natureza, ou seja, à biologia. No início dos anos de 1900, outra pesquisadora, Helen Thompson Wooley, realizou o primeiro experimento de laboratório focalizando as diferenças mentais entre os sexos e concluiu que semelhanças e diferenças entre os sexos eram determinadas pelo ambiente, e não pela natureza (Crawford & Unger, 2004).

O biólogo Alphonse de Candolle, na mesma época, também argumentava que a educação e o ambiente social eram os fatores que, de fato, contribuíam para o desenvolvimento das capacidades científicas ou intelectuais dos indivíduos, negando o fundamento hereditário da genialidade (Del Cont, 2008). Outras autoras questionaram a perspectiva naturalizante que definia as mulheres como menos criativas e inteligentes (Crawford & Unger, 2004).

Predominava naquela época uma visão essencialista, que se sustentava na teoria evolucionista de Darwin, atribuindo à natureza, ou seja, à biologia, as diferenças entre os sexos, raças e classes sociais, justificando a discriminação racial e de gênero, sendo Galton um de seus mais respeitados defensores. Galton afirmou, em seu tratado de eugenia, que deveria haver um controle reprodutivo dos indivíduos para evitar a

¹ O artigo completo do resumo aqui apresentado está publicado em Galinkin, A.L. & Santos, C. (orgs.) (2010). *Gênero e Psicologia Social: interfaces*. Brasília: Technopolitik.

degeneração humana evitando, assim, que indivíduos degenerados suplantassem, estatisticamente, os melhores membros da sociedade, o que teria como consequência o aumento da criminalidade, da insanidade e da prostituição (Del Cont, 2008). Galton acreditava na superioridade intelectual dos homens e da aristocracia em contraposição “a inferioridade intelectual dos grupos economicamente desfavorecidos e das mulheres” (Saavedra & Nogueira, 2006, p.144). É importante lembrar que Galton teve um papel importante para a Psicologia dando os fundamentos para o desenvolvimento da psicologia diferencial e da psicometria, e que deve ser visto como um homem de sua época, influenciado pelo ambiente em que vivia: aristocrático, masculino e de pessoas europeias brancas e instruídas, que detinham o poder político e econômico em sua sociedade. Ou seja, era produto de sua época e de seu meio social.

Embora o reducionismo biológico já estivesse sendo questionado em favor das postulações empiristas, que explicavam o comportamento humano como uma aquisição da experiência do indivíduo, William James, em 1890, publicou seu livro *Princípios de Psicologia* tomando a ideia do instinto como explicação do comportamento humano. McDougall, autor do primeiro manual de psicologia social, publicado em 1908, também parte desta mesma premissa para explicar o comportamento dos indivíduos (Alvaro & Garrido, 2007).

A interpretação das diferenças sociais entre os sexos como resultado das diferenças biológicas tem perdurado, podendo, ainda hoje, ser encontrada tanto nas teorias do senso comum como entre autores de diferentes subáreas das ciências humanas, como as psicologias. Sobre o determinismo biológico no desenvolvimento e nas diferenciações psicológicas entre os sexos, Doise comenta:

A idéia de que a diferença biológica entre os sexos implica diferenças psicológicas entre os gêneros foi considerada, durante muito tempo, uma evidência, mesmo nas ciências sociais e por autores tão importantes como Durheim ou Freud. Ainda hoje muitos investigadores partem deste postulado e continuam a procurar, apoiados em escalas de atitudes ou em testes psicológicos, as diferenças entre homens e mulheres. E obtêm resultados que raramente são contestados, como os que atribuem às mulheres um maior interesse pela esfera das relações e dos afectos e aos homens uma maior preocupação pela autonomia e eficiência. (Doise, 1998, p.9)

Stellman (2007, p. 55), citando Marecek (2001) e Bohan (1993), endossa esta afirmação argumentando que na maioria dos estudos que tratam do tema gênero nas psicologias, o concebem como “uma força que impele os indivíduos a agirem de forma diferente segundo sua configuração sexual”, e que a mensuração se caracteriza como o método usado para se “investigar papéis, traços de personalidade, autoconceitos, atitudes valores, comportamentos e sintomas psicológicos”, caracterizando essa abordagem como essencialista. Nesse sentido, gênero é considerado como atributo fundamental interno ao indivíduo. Comenta a autora que, mesmo com o abandono do determinismo biológico, essa visão essencialista permanece na psicologia quando se definem traços e características tidos como inerentes aos indivíduos – personalidade, julgamentos morais e sentimentos, identificando-se características tipicamente femininas e masculinas. Sobre esta questão Nogueira (2001a, p.10) comenta que, ao não serem encontradas diferenças de inteligência entre homens e mulheres, essas foram procuradas em outros níveis “como sentimentos, interesses, atitudes e comportamentos” em busca da imagem de uma mulher típica em oposição ao homem, também, típico.

A Psicologia Social e os estudos sobre gênero

Comenta Amancio (1993, p. 127) que, “assim como outras ciências sociais, a psicologia social não escapou à ‘revolução’ que o movimento feminista introduziu no meio acadêmico, nos anos 70, nem à reflexão crítica sobre os seus próprios modelos”, e que “a noção de gênero enquanto construto definidor de uma subjectivação do sexo biológico se impôs na psicologia social americana a partir dos anos 70”. Amancio observa, ainda, que os modelos teóricos da psicologia social foram criticados pelas abordagens de gênero “proporcionando o desenvolvimento de novas investigações que vieram pôr em causa alguns universais conceptuais e teóricos da psicologia social” (p.127). Para esta psicóloga social, com a introdução deste conceito os psicólogos sociais demarcavam-se da

noção de sexo enquanto característica individual dos sujeitos, noção que assentava num paralelismo entre sexo biológico e sexo psicológico e que dera origem a uma psicologia diferencial dos sexos cujos pressupostos se traduziam em resultados inconsistentes e se distinguem mal dos próprios preconceitos dos autores dos estudos (Amancio, 1992, p. 9)

Mas, nos primeiros estudos sobre gênero na psicologia social, ao conceituar sexo enquanto uma característica social, psicólogos e psicólogas sociais transformam-no em critério de categorização social, ou seja, em conteúdos descritivos e normativos centrando-se nos sistemas de crenças. Ao deslocar o nível de análise das explicações, contribuíram mais para o levantamento de novas questões e menos para seu esclarecimento (Amancio, 1992).

As tendências teóricas mais recentes na Psicologia Social têm questionado o paradigma, até então hegemônico nesta área do conhecimento, da procura da verdade universal e absoluta, a objetividade, a isenção do pesquisador, a separação entre pesquisador e pesquisado, voltando-se para a construção da realidade e não para sua “descoberta” (Nogueira, 2001a).

Sobre esta questão, Nuenberg (2008, p. 29) comenta que intelectuais feministas da psicologia social passaram a se opor à manutenção de um sujeito masculino universal e ao distanciamento do que é considerado ideológico, opondo-se, assim, ao modelo de ciência tradicional e integrando-se à vertente crítica do pós-modernismo. As proposições e formulações dessa tendência, que se caracterizam, ainda, como pós-identitárias, problematizam “as noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação” (Louro, citada por Perucchi, 2009, p. 4). Essa tendência, caracterizada como a terceira onda do feminismo, problematiza o heterocentrismo como referente teórico de produções científicas. Além disso, questiona o conceito de identidade e busca elucidar questões ofuscadas pelo que considera a cegueira cientificista, que adota o primado da experimentação. Um outro aspecto que é criticado é a consideração inadequada do gênero como sexo (Perucchi, 2009, p. 4).

As psicólogas sociais feministas, que se definem como pós-estruturalistas e pós-modernistas, assumem que o conhecimento é parcial, contextual e experiencial, rejeitando as propostas que qualificam como essencialistas, diferencialistas e a-políticas do empirismo feminista. Entre elas há “uma preocupação em estabelecer uma agenda desconstrucionista, politicamente orientada e enfatizar o papel da linguagem na construção do gênero e do androcentrismo” (Oliveira & Amâncio, 2006, p. 600).

Essas psicólogas sociais partem de um referencial teórico dialógico e construcionista em suas análises, e rejeitam o indivíduo como unidade básica de análise, focalizando as

interações sociais e negando a distinção entre sujeito e objeto nas pesquisas. Enfatizam a dimensão simbólica da produção de significados e a contextualização histórica do conhecimento (Oliveira & Amâncio, 2006). Nesta perspectiva, a produção do conhecimento é, necessariamente, pragmático, parcial e situado, e se dá através da linguagem e das relações sociais. O conhecedor é inerentemente social e político. Gênero é uma ideologia dentro da qual diferentes narrativas são construídas. O conhecimento científico deve ser entendido como poder social.

Assumem que o gênero é um sistema de significados e não um atributo pessoal, não se situando nos indivíduos mas nas relações sociais, conferindo sentido a essas relações (Nogueira, 2001b). Esta postura, além de ter como objetivo eliminar o caráter essencialista da psicologia social, evita os procedimentos descritivos nos estudos de gênero e trazem as questões ideológicas que atravessam a produção da psicologia, e levam a novas formas de pensar os sujeitos e suas relações (Prehn & Hüning, 2005).

No Brasil, embora os estudos relativos a gênero tenham alcançado visibilidade nos últimos anos, em diferentes áreas das ciências humanas e sociais, incluindo-se a psicologia social, Perucchi (2009) observa que

A inserção do conceito gênero na psicologia social não se processou de modo consensual e unânime, muita desconfiança e descrédito marcou sua trajetória. As psicólogas sociais feministas que introduziram o conceito nas universidades brasileiras eram comumente acusadas de estarem aderindo a um “modismo” acadêmico e criando guetos nos espaços de produção de saber. (p.1).

Mesmo sendo reconhecidos pelas agências de fomento científico, como CAPES e CNPq, estudos relativos ao gênero têm sido marginalizados nas universidades. Narvaz e Koller (2007) constatam que os estudos de gênero são marginalizados e discriminados, nas áreas científicas, pelo seu caráter político, contestatório e reivindicatório, presentes nos movimentos feministas enquanto movimentos sociais.

Referências

- Álvaro, J.L. & Garrido, A. (2007). *Psicologia Social. Perspectiva Psicológicas e Sociológicas*. São Paulo: McGraw Hill.
- Amancio, L. (1993) *Gênero – representações e identidades. Sociologia- Problemas e práticas*, nº 14, 127-140.
- Amancio, L. (1992). *As assimetrias nas representações do gênero*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 34, 9-22.
- Crawford, M. & Unger, R. (2004). *Women and Gender – a feminist psychology*. New York: McGraw-Hill.
- Doise, W. (1998). *Prefácio*. Em Lígia Amâncio, Masculino e Feminino. Porto: Edições Afrontamento.
- Del Cont, V, (2008). Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiæ Zudia*, São Paulo, v. 6, n. 2, 201-18.
- Narvaz, M.G. & Koller, S.H. (2007). A Marginalização dos Estudos Feministas e de Gênero na Psicologia Acadêmica Contemporânea. *Revista PSICO*; v. 38, n.3, 216-223.
- Nogueira, C. (2001a). Construcionismo Social, Discurso e Gênero. *Psicologia*, v. xv (11), 43-65.
- Nogueira, C. (2001b) *Feminismo e Discurso de Gênero na Psicologia Social. Psicologia e Sociedade*, v.13, n.1, 107-128.
- Nuenberg, A. H. (2008). Reflexões sobre gênero e Psicologia no Brasil. Em Lago, M.C.S., Tonelli, M.J.F., Beiras, A. Vavassori, M.B & Müller, R.C. *Gênero e Pesquisa em Psicologia Social*. Itatiba: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, J.M. & Amâncio, L. (2006). Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Rev. Estud. Fem.* [online]. vol.14, n.3, 597-615; 2006.
- Perucchi, J. (2009). Dos Estudos de Gênero às Teorias Queer: desdobramento do feminismo e do movimento LGBT na Psicologia Social. Trabalho apresentado no XV Congresso da ABRAPSO, Maceió. Disponível em : www.abrapso.org.br/siteprincipal/imagens/Anais_XVENABRAPSO/627, acesso em 4/11/2010
- Prehn, D.R. & Hüning, S.M. (2005). O Movimento Feminista e a Psicologia. *Psicologia Argumento*, v.22, nº 42, 65-71.
- Saavedra, L. & Nogueira, C. (2006). *Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras*. Memorandum, 11, 113-127. Retirado em <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a11/saavedranogueira01.htm>, março de 2008.
- Stellman, R. (2007) A Masculinidade na Clínica. *Dissertação de Mestrado*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

4. Argumentos em torno da gaveta - sobre políticas afirmativas de gênero e meritocracia no campo científico

Angela Maria Freire de Lima e Souza - NEIM/UFBa
Silvia Cristina Yannoulas - NEPeM/UnB

Mesa Redonda
Gênero, Trabalho e Organizações

O combate ao androcentrismo no mundo acadêmico

O relatório final do Primeiro Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências (2006), recomendou, no seu item 3 sobre representação nos comitês científicos, agências e sociedades científicas, que era necessário democratizar os mecanismos de decisão e controle social sobre os recursos e o acesso aos cargos de direção nos órgãos de fomento, comitês científicos (CAPES, CNPq, FINEP, FAPs, Fundos Setoriais, entre outros) e nas sociedades científicas, pelo menos respeitando a proporcionalidade de mulheres e homens existente em cada área de conhecimento (Brasil, 2010, p.173).

Esse relatório também recomendou uma ampla discussão sobre os critérios de avaliação da excelência acadêmica e os mecanismos de concessão de bolsas e recursos, considerando distribuição por sexo, raça, geração, áreas de conhecimento e regiões do país. Nesse documento de 2006 também foi aceita a ideia de propor ações afirmativas para proporcionar igualdade e equidade (recomendação número 7). Em ambos os casos, as recomendações apontavam caminhos para a construção de relações paritárias de gênero no mundo acadêmico, isto é: igual número de homens e mulheres, mesmo que ainda não estejamos pensando no tipo de participação de cada um, ou na defesa de objetivos da academia feminista.

No segundo encontro, realizado em 2009¹, reafirmou-se a representação paritária nas políticas públicas de ciência e tecnologia, em todas as comissões de seleção, avaliação e julgamento, com o objetivo de desbloquear o acesso das mulheres a todas as

¹O tema geral do Segundo Encontro, realizado em Brasília em junho de 2009, foi: “Institucionalização dos estudos feministas, de gênero e mulheres nos Sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil” (Brasil, 2010).

categorias profissionais tradicionalmente masculinas. Segundo o documento final do encontro (Brasil, 2010, p.153), o título do evento

“... materializa os objetivos gerais do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, especialmente no que diz respeito à promoção e ao fortalecimento de participação igualitária, plural e multirracial das mulheres em espaços de poder e decisão: estimular a participação das mulheres em áreas científicas e tecnológicas e a produção de conhecimentos na área dos estudos de gênero...”

Novamente, observamos uma preocupação pela paridade na participação das mulheres nos âmbitos científicos.

Entretanto, a proposta de caráter qualitativo, realizada em 2006 e reiterada em 2009 por um grupo de pesquisadoras, sobre a necessidade de criação de uma comissão assessora específica para avaliar os projetos e propostas relativos aos estudos de gênero, não foi aceita pela maioria participante e não integrou os documentos finais. A recusa foi justificada visando evitar a criação de uma nova “gaveta” ou um novo “gueto”, dando preferência aos enfoques da transversalidade de gênero compreendida como participação das mulheres nas diferentes comissões assessoras disciplinares já existentes.

No mesmo ano de 2009, em outubro, a pesquisadora e teórica feminista Dra. Evelyn Fox Keller, em palestra proferida para estudantes e pesquisadoras ligadas ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - Neim/UFBa, deixou claramente explicitado que as acadêmicas devem convencer seus colegas homens no interior dos próprios campos disciplinares, explicando que há um outro modo de fazer ciência, em que a subjetividade e as questões que as mulheres trazem são importantes contribuições ao processo de produção de conhecimento, de modo harmonioso e mais completo, porque menos parcial.

Nos mencionados eventos, foi possível observar que algumas pesquisadoras consideram que a comissão assessora multidisciplinar devia existir como ação afirmativa, e portanto transitoriamente, visando consolidação do campo de estudos de gênero. Outras pesquisadoras acham que deve existir sim, porém de maneira permanente, porque o campo dos estudos de gênero já tem se firmado, mas merece ter sua própria comissão

assessora porque seriam estudos essencialmente multidisciplinares (o que não impediria às pesquisadoras da área apresentar solicitações em comissões disciplinares, sempre que o julguem conveniente).

Instigadas pela polêmica, desenvolvemos conjuntamente com a Profa. Angela Maria Freire a pesquisa: “Argumentos em Torno da Gaveta”, que visa registrar as tensões entre o princípio meritocrático vigente no campo científico e tecnológico, e a necessidade de implementação de medidas de ação afirmativa para os grupos historicamente excluídos ou discriminados nesse campo (no caso, mulheres). Seu objetivo principal é analisar os argumentos a favor e contrários à criação de comissões assessoras multidisciplinares específicas para os Estudos de Gênero nos organismos de fomento à pesquisa, no contexto de um debate mais geral sobre políticas afirmativas de gênero e meritocracia no campo científico.

Descrição do grupo respondente

Assim, formulamos questionário específico e o aplicamos durante o VIII Congresso Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Gênero (organizado pela UFTPR, e realizado em Curitiba, em abril de 2010). O questionário versou sobre os motivos pelos quais seria conveniente ou inconveniente criar um comitê de assessoramento multidisciplinar específico para os estudos de gênero nos organismos de fomento à pesquisa (Capes, CNPq etc). Trinta e seis pesquisadoras participantes do congresso responderam, em um total de 300 participantes do evento². Trinta e três das respondentes são mulheres e apenas três homens responderam à pesquisa. Quanto à sua origem, quatro respondentes são ibero-americanas hispanofalantes, sendo as restantes brasileiras. Do ponto de vista etário, o grupo se dividiu em três categorias, situando-se sete depoentes entre 20 e 39 anos, 23 (a maioria) entre 40 e 59 anos, e três com 60 anos ou mais.

As pesquisadoras entrevistadas também foram categorizadas quanto à área de conhecimento (considerando-se as três grandes áreas do CNPq), encontrando-se a maioria (26) das entrevistadas na área das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, seis na área das Ciências da Vida, e apenas quatro na área das Engenharias,

² Considerando que a maioria das especialistas em estudos de gênero, e das respondentes também, são mulheres, adotaremos o gênero gramatical feminino para referirnos à totalidade do grupo de respondentes.

Ciências Exatas e da Terra. Em grande maioria, as pesquisadoras entrevistadas estão ligadas a instituições públicas de Ensino Superior, representando um total de 27, enquanto outras nove se localizam em outros centros de pesquisa.

Com relação à formação em doutorado e há quanto tempo o concluíram, o grau de dispersão da amostra foi grande. As respondentes se situam em seis categorias, distribuídas da seguinte maneira: dez delas não possuem nem cursam doutorado, seis o estão cursando, seis o concluíram até o ano de 1994, três delas concluíram o seu curso de doutorado entre 1995 e 1999, duas entre 2000 e 2004 e nove entre 2005 e 2009.

Quanto ao tempo de exercício profissional, registrou-se um alto grau de dispersão, e quatro classes foram estabelecidas: foram encontradas 12 pesquisadoras com até nove anos de experiência, oito pesquisadoras entre dez e 19 anos de trabalho dedicados à pesquisa, oito com experiência entre 20 e 29 anos e três com mais de 30 anos de experiência. Entre os questionários analisados, cinco não continham esta informação.

Análise preliminar das repostas obtidas

A primeira questão constante no questionário era: *Você considera que existem mecanismos que prejudicam a avaliação dos projetos na área dos estudos de gênero pelas instituições de fomento à pesquisa?* 28 das 36 respondentes afirmaram que existem mecanismos de discriminação que prejudicam a avaliação dos projetos da área.

Aquelas que afirmaram que há discriminação quanto aos estudos de gênero nas instituições de fomento à pesquisa, justificaram suas respostas das seguintes maneiras:

- Os organismos de fomento não valorizam a importância dos estudos de gênero para o desenvolvimento das potencialidades de homens e mulheres;
- Não existem protocolos de avaliação dos projetos que incluam a perspectiva de gênero;
- Pouca representatividade das mulheres nos comitês científicos e cargos de direção nas instituições de fomento, existência de uma grande maioria de homens nos organismos de fomento, e quando há algumas poucas mulheres, elas acham ser desperdício destinar recursos aos estudos de gênero.
- A falta de familiaridade do tema por alguns membros/pareceristas de Comitês

tende a uma desvalorização de projetos encaminhados às agências de fomento, inclusive em áreas como as ciências sociais e humanas;

- As instituições não contam com avaliadores formados em gênero e, portanto, a aprovação de um projeto na área de gênero requer profundo investimento da parte de seus pesquisadores para melhor e adequadamente introduzir o tema às pessoas responsáveis pela avaliação e julgamento de seus projetos de pesquisa;
- Os órgãos que fomentam a pesquisa priorizam as que nomeiam de tecnológicas, destinadas à indústria, com pouca participação de mulheres ou reflexão sobre as relações de gênero.
- Os projetos relacionados às áreas diretamente vinculadas à tecnologia (engenharias, saúde, entre outras) são sempre mais bem-vindos do que aqueles das áreas das ciências humanas e sociais, nos quais a presença dos estudos de gênero é maior. Mesmo entre as ciências humanas e sociais aplicadas, os temas de gênero são objeto de preconceito.
- Como uma área multidisciplinar e transversal, os estudos de gênero acabam ficando “sem lugar” no modelo tradicional de comitês disciplinares.
- Ausência de pesquisadores/avaliadores/pareceristas com visão Multi/Interdisciplinar, na qual a maioria dos projetos de pesquisa na área de gênero se enquadra.

O argumento mais repetido é: “O fato de não existir um comitê específico para analisar os projetos de gênero nos força a encaminhar os projetos a outros comitês, que nem sempre consideram a temática relevante ou têm as leituras necessárias à avaliação destes projetos. Este fato faz com que muitos projetos importantes e bem elaborados deixem de ser aprovados e o campo dos estudos de Ciência, Tecnologia e Gênero é prejudicado em seu desenvolvimento e consolidação”. Foram dados vários exemplos, em diferentes áreas disciplinares, de projetos bem avaliados porém não aprovados por não atingirem a prioridade necessária.

Entre as respostas coletadas, apenas uma admite que não vê mecanismos discriminatórios quanto ao gênero nos comitês científicos; sete outras respondentes declararam que não sabem sobre a ocorrência de discriminação ou não estão

suficientemente esclarecidos para opinar sobre a questão. Um exemplo: “Eu não conheço um projeto na área de gênero que tenha sido vetado pelas instituições de fomento à pesquisa. Através de uma pesquisa informal em duas ou três agências de fomento, não encontrei projetos nesta área. O que questiono é: os projetos não existiram ou não foram aprovados.”

A segunda questão constante no questionário afirmava: *Num encontro realizado em Brasília em Junho de 2009 e organizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, algumas pesquisadoras propuseram a criação de uma comissão assessora multidisciplinar de estudos de gênero nas instituições de fomento à pesquisa, destinada a avaliar os projetos específicos desse campo de estudos. Você considera que é necessário estabelecer uma comissão assessora multidisciplinar de estudos de gênero ao interior dos organismos de fomento à ciência e a tecnologia?*

De maneira conseqüente à percepção dos diversos mecanismos de discriminação no interior das agências de fomento à pesquisa, as respondentes ao questionário percebem, na sua maioria (29 de 36 respostas), a necessidade de produzir propostas de política científica que influenciem qualitativamente nesse mapa desfavorável para as mulheres cientistas, visando eliminar ou amenizar os problemas claramente visualizados. Essas propostas devem ir além da mera participação paritária de mulheres em comissões disciplinares.

Algumas respostas indicam a necessidade de comissão específica por se tratar de um campo de estudos diferenciado, que tem seus produtos e seus saberes, seus métodos e seus objetivos (acadêmicos e políticos), merecedores de especialistas/assessores competentes na área como em qualquer especialidade acadêmica. A maioria indica que é necessária por ser um campo interdisciplinar, difícil de ser enquadrado em comissão assessora disciplinar.

Há propostas bem complexas, que recolhem mais de um tipo de problemática na sua proposta, como a seguinte: “Acho importante essa comissão assessora, sobretudo na versão multidisciplinar, para poder melhor avaliar a importância dos trabalhos apresentados com o recorte analítico de gênero. Talvez fosse importante que essa comissão fosse não só de gênero, mas de Gênero e raça/etnia, ampliando o escopo da assessoria multidisciplinar. Isso, porém, somente se fosse possível não ocorrerem disputas de poder e de interesse entre as duas áreas, internamente à comissão, de tal

forma que um recorte não submetesse o outro, favorecendo estudos de gênero ou de raça/etnia”.

Umás poucas respostas, preocupadas com a operacionalização de uma tal ação afirmativa, recuperam parcialmente a opção pela transversalidade de gênero e apontam para a necessidade de inserir a temática de gênero nas comissões existentes, mesmo que seja inaugurada uma comissão específica: “As políticas que visam promover a equidade de gênero e o desenvolvimento dos estudos de gênero encontram resistência por parte de coordenadores e responsáveis pelas avaliações de algumas áreas do conhecimento. O ideal seria que pesquisadoras da temática estivessem inseridas nos diversos comitês. Como isso não ocorre, a comissão assessora se torna relevante para que a discussão de gênero perpassasse as mais variadas áreas do conhecimento. Esta comissão poderia contribuir para desconstruir a ideia de que os estudos de gênero só interessam às mulheres e que tem menor relevância do que outras áreas.”

Essa posição sobre as comissões assessoras contrasta com a rejeição à proposta acontecida durante os dois encontros nacionais, e principalmente contrapõe-se de maneira radical com pesquisa anteriormente realizada junto à liderança científica (Yannoulas, 2007). Para os entrevistados de outrora, o problema atual da universidade e da academia, como instituições sociais altamente generificadas, tem raízes no passado e será naturalmente solucionado no futuro pela incorporação “natural” das mulheres no âmbito científico, sem necessidade ou opções de intervir no presente. Isto explica a pouca quantidade de propostas concretas reveladas ou conhecidas pelos entrevistados, ao mesmo tempo que explica a grande rejeição pelas medidas afirmativas. O mérito acadêmico é o mecanismo sempre evocado como o único possível para fomentar, de maneira igualitária, a mobilidade ascendente no sistema, ainda naqueles casos em que a respondente relata experiências de discriminação sofridas por ela ou por terceiras pessoas.

Não existiria consciência consolidada na liderança acadêmico-científica sobre a necessidade de se propor medidas específicas que fomentem relações de gênero igualitárias entre os e as cientistas (ao contrário, haveria um alto grau de rejeição, principalmente às propostas de ações afirmativas), sustentada pelos seguintes pressupostos:

- ✓ os preconceitos de gênero são gerados antes da entrada dos jovens na

universidade e, portanto, caso alguma medida seja recomendada, deveria estar destinada aos primeiros momentos do sistema escolar ou ao momento da eleição do tipo de curso superior;

- ✓ os preconceitos de gênero que existiram na academia já estariam ultrapassados, e suas consequências (especialização das mulheres em determinadas disciplinas, dificuldades para ocuparem altos cargos na hierarquia acadêmica, etc.) estariam começando a ser neutralizadas como um processo natural decorrente do ingresso maciço das mulheres nos estudos universitários e nos centros de pesquisa;
- ✓ o campo da ciência e da tecnologia basearia suas premiações e recompensas materiais e simbólicas no mérito, e esse mérito seria independente do gênero, mas atrelado a uma competência e a uma produtividade assexuadas;
- ✓ não existe indício de consideração dos cientistas sob a ótica de trabalhadores assalariados, e portanto é de difícil reconhecimento a necessidade de se implementar, minimamente, as mesmas políticas de proteção ao trabalho feminino que já vigoram no mercado de trabalho extracientífico (por exemplo, licença maternidade remunerada para as bolsistas, ou construção de creches nos centros de pesquisa). Apesar de “não-dito”, pareceria existir um mito de superioridade pela utilização da razão e da mente, que deixaria os cientistas por fora do mundo material das necessidades básicas humanas.

Os entrevistados de outrora não percebiam a necessidade de produzir propostas de política científica que influenciem nesse mapa desfavorável para as mulheres cientistas, visando eliminar ou amenizar os problemas claramente visualizados, pois a situação atual se explicaria:

- pelo ingresso tardio das mulheres no sistema universitário e científico, portanto a mudança geracional alterará naturalmente essa situação – o problema da universidade atual é consequência de um passado;
- pelos condicionamentos culturais anteriores à eleição profissional das mulheres (escolha vocacional condicionada pela socialização inicial), portanto a própria universidade não teria o que fazer.

Esse tipo de argumento não foi localizado entre as respostas ao atual questionário, realizadas por especialistas em Estudos de Gênero participantes do mencionado Congresso. Entre as respostas contrárias à instauração de uma comissão específica (apenas duas), o argumento principal seria o de não criar guetos.

“Acredito que seja importante estimular o diálogo entre as comissões avaliadoras, para que essas possam ser habilitadas a julgar propostas de investigação relativas aos estudos de gênero. Não tenho certo se uma comissão especialista seja a proposta mais coerente. Os estudos de gênero caracterizam-se por serem transversais às demais disciplinas das diferentes ciências humanas, sociais, biomédicas, entre outras, assim, prefiro crer que seria criativo ter especialistas sobre os estudos de gênero nas diferentes comissões avaliadoras ao invés de criar uma comissão específica. Acredito que os estudos de gênero caracterizam-se pelo diálogo teórico e empírico, essa marca do campo de gênero deveria ser levada para as práticas e políticas acadêmicas”.

A última questão do nosso questionário perguntava: *Você considera que essa comissão assessora multidisciplinar de estudos de gênero deve ter caráter permanente?* 25 respondentes afirmaram a necessidade de que a comissão tivesse caráter permanente, seis afirmaram que deveria ser transitória, e cinco não responderam a questão. Quase todas as respostas indicaram a necessidade de colocar como princípio a rotatividade dos membros (rodízio na composição dos integrantes da comissão), para além do caráter permanente ou transitório da comissão.

A maneira de justificar o caráter permanente foi diferenciada:

- Pois tudo que é temporário é esquecido, o permanente é fortalecido.
- Pois há muito a ser feito, necessidade de alavancar pesquisas que envolvam gênero e tecnologia, o que levará bastante tempo.
- Para dar continuidade aos trabalhos.
- Leva tempo retirar o olhar “enviesado”.
- Para implementar um trabalho verdadeiramente transdisciplinar.
- Para que as dificuldades não retornem.

- Enquanto persistirem as desigualdades.
- Os estudos de gênero têm crescido quantitativa e qualitativamente, não é mais possível serem analisados pelas comissões disciplinares, pois já existem profissionais devidamente aptas a compor tais comissões, e não faz sentido passar os estudos de gênero por outras.

Entre aquelas respostas que colocam a necessidade da transitoriedade, destaca-se o argumento seguinte: “Acho que poderia ser implantada e ser avaliada periodicamente, assim teríamos parâmetros para julgar a sua permanência ou dispersão.” Ou ainda “Esta comissão deveria funcionar por uns cinco anos até se atingir o equilíbrio ou melhorar o prestígio da área”. Finalmente, algumas argumentam que o objetivo da comissão seria o de implantar uma cultura nova entre os membros das comissões disciplinares, após o qual não deveriam continuar existindo comissões específicas: “A partir do momento que a temática passe a ser contemplada nos diversos comitês e se crie a cultura de que os Estudos de Gênero são relevantes para o desenvolvimento da sociedade essa comissão poderia ser extinta”.

Conclusões preliminares

Conforme Yannoulas, Vallejos e Lenarduzzi (2003), o tema do poder e da democracia é caro às Ciências Sociais e aos feminismos. Desde suas origens, baseadas no sufragismo de final do século XIX, as feministas militantes e acadêmicas procuraram ampliar o protagonismo das mulheres na democracia contemporânea, através de diversos mecanismos, ora sucessivos, ora sobrepostos ou paralelos. Enquanto as perguntas sobre a igualdade numérica e a qualidade da participação das mulheres nos sistemas políticos de governo já obtiveram relativo consenso cultural, perguntas semelhantes colocadas no âmbito acadêmico geralmente produzem uma profunda irritação ou são ridicularizadas. O resultado final é a falta de debate em torno da distribuição e tipo de poder acadêmico manifesto de mulheres e homens nas universidades, academias, centros de pesquisa, órgãos científicos do Estado, entre outros espaços públicos de produção, circulação e apropriação de saberes.

O desmonte deste tipo de respostas e resultados resulta muito difícil, por diversas

causas. Aqui faremos referência às duas mais relevantes. Em primeiro lugar, nos dizem que já somos muitas, as alunas e docentes nas universidades em todo o mundo, e se é assim, que mais queremos? Em segundo lugar, nos dizem que o setor acadêmico seria supostamente regido por uma meritocracia neutra quanto ao gênero, baseada nas realizações objetivas das pessoas sem se importar com o sexo.

Mas o que queremos ressaltar com nossa pesquisa, é outra questão: a necessidade de reafirmação do campo dos estudos de gênero como um campo com dinâmica e características próprias, que exige *expertise* específica, o que envolveria o domínio de certas capacidades como a perspectiva multidisciplinar, a capacidade de pensar os problemas desde o ponto de vista de sua transformação no tempo e no espaço, a politicidade de suas colocações, o conhecimento de uma vasta produção bibliográfica, a competência para realizar leituras que envolvam ao menos três tipos de discriminações: de gênero, de raça/etnia e de classe. Essas são as razões que nos levam a afirmar, pessoalmente, a necessidade de instituir comissões assessoras multidisciplinares de gênero nos organismos de fomento à pesquisa.

Referências

- Bandeira, L. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. Em *Revista Estudos Feministas*, Vol. 16, N. 1, p. 207-228.
- Brasil, SPM, (2010) Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2009. Brasília: SPM.
- Cabral, C. G. (2006). Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. *Cadernos Pagu*. n.27, pp. 63-97.
- Citeli, M.T. (2001). Fazendo diferença, *Revista Estudos Feministas*, 9, 1: 135-145.
- Costa, A. A. & Sardenberg, C. (2002) (orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador/BA: Redor e NEIM.
- Giffin, K. M. (2006). Produção do conhecimento em um mundo "problemático": contribuições de um feminismo dialético e relacional. *Revista Estudos Feministas*. vol.14, n.3, pp. 635-653.
- Haraway, D.J. (1995). *Ciencia, cyborgs y mujeres*, Cátedra, Madrid.

- Harding, S. (1996). *Ciencia y feminismo*, Morata, Madrid.
- Keller, E. F., (1001). *Reflexiones sobre género y ciencia*. Valencia: Alfons el Mágnum.
- León, M. A. G. (1994). *Elites Discriminadas*, Anthropós, Barcelona/Bogotá, 1994.
- Lima e Souza, A. M. F. (2008). Ensino das Ciências: Onde está o Gênero?, *Revista Faced*, Salvador, n.13, p.149-160, jan./jun.
- Lopes, M. M. & Piscitelli, A. (2004). Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as 'margens'. *Revista Estudos Feministas*. vol.12, n.spe, pp. 115-12.
- Lopez, C. M. (de.), (1995). *Feminismo, ciencia y transformación social*. Granada: Universidad de Granada.
- Pairó, N. S. I, (1997). *Mujeres científicas de todos los tiempos*. Madrid: Talasa,.
- Rago, M. (1998). Aventureiras nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil. *Cadernos Pagu* (10).
- Tabak, F., (2002). *O Laboratório de Pandora – Estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Yannoulas, S. C., Vallejos & A., Lenarduzzi, Z. (2003). Feminismo e Academia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v.81, p.425 – 451.
- Yannoulas, S. C. (2007). Mulheres e Ciência. *Série Anis*, N. 47: 1-08, março.
- Yannoulas, S. C. (2008). Mulheres e Poder nas Universidades. *Série Anis*, v. VIII, N. 61:1 - 12, novembro.

5. Os limites discursivos do dimorfismo

Berenice Bento

Departamento de Ciências Sociais/UFRN

Mesa Redonda

Reconstruindo corpos, reinventando gênero

O que compreendemos quando falamos de “seres humanos”? Discursivamente, apreendemos esta categoria a partir de um pressuposto igualitário. Nestes marcos, a pergunta Quem é um ser humano? soa esquisita, sem sentido. A proposta dessa comunicação é problematizar a noção de humanidade. A imagem que temos de um ser humano é localizada histórica, cultural e socialmente. Nestes termos, vinculamos atributos corporais e sexuais, amarrados a um gênero, como as necessárias e suficientes para se definir se um corpo com aparência humana é humano. Para alguém se tornar gente, tornar-se inteligível, deverá passar por um conjunto de operações simbólicas determinadas pela cultura em que está inserido. Ninguém nasce humano, torna-se, a partir de atributos definidos socialmente. E o gênero dimórfico e genital, tornou um desses qualificativos.

Do humano à “aberração da natureza”

Um cara chegou para mim e falou assim: "Deixe eu te perguntar: você é travesti?" Eu falei: "Não, eu não sou um travesti". "Você é mulher então?" Eu fiquei pensando: "O que eu sou?!" (Carla)¹

Esse depoimento revela as dificuldades para significar os sentimentos. Diante dele, apresentam-se os limites das categorias homem/mulher referenciadas no corpo-sexuado. Nesse momento, as convenções linguísticas que produzem seres com gênero

¹ Depoimento recuperado do livro A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual, Bento (2006)

inteligíveis (homem/mulher) esbarram nos próprios limites do sistema binário diante de seres como Carla, porque provocam uma quebra na continuidade causal entre sexo/gênero/desejo. Na falta de um léxico para compreender esta descontinuidade, emerge a “coisa esquisita”, “aberração da natureza”.

O que é o gênero? Como ele se articula com o corpo? Existe um nível pré-discursivo, compreendido como pré-social, fora das relações de poder-saber? O gênero seria os discursos formulados a partir de uma realidade corpórea, marcada pela diferença? O gênero seria a formulação cultural dessas diferenças? Existe sexo sem gênero? Como separar o corpo/estrutura do corpo/resultado? Como separar a parte do corpo que não foi construída desde sempre por expectativas e suposições do corpo original que não está maculado pela cultura? Onde está a origem?

Pensar as relações entre gênero e corpo, apontando os processos que se articulam para dar uma aparência a-histórica e destituída de seu conteúdo político, parece-me ser uma das preocupações centrais da obra de Judith Butler e de outras/os teóricas/os feministas *queer*. Para Butler, o gênero não está passivamente inscrito sobre o corpo como um recipiente sem vida.

A visão que define gênero como algo que as sociedades criam para significar as diferenças dos corpos sexualizados assenta-se em uma dicotomia entre sexo (natureza) versus gênero (cultura)². Segundo essa visão, a cultura moldaria, imprimiria nesse corpo inerte e diferenciado sexualmente pela natureza, as marcas de cada cultura. Ao contrário, seguindo Butler, podemos analisar gênero como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa³, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas,

2. O livro de Donna Haraway, *Simians, Cyborgs and women: the reinvention of nature* marca uma virada no feminismo, ou, como sugere Preciado (2001), inicia um giro pós-feminista. Para Haraway, as tecnologias do corpo que produzem o sujeito moderno, assentadas nos dualismos (mente x corpo, natureza x cultura, humano x animal), estão sendo dissolvidas, dando novos e sofisticados significados para a relação entre sexo (natureza) e gênero (cultura).

³ Uma das autoras que trabalha com a tese de “contrato heterossexual” é Monique Wittig. No seu livro *La pensée straight* (2001), publicado inicialmente em inglês, com o título *The straight mind*, Wittig faz um jogo com a palavra *straight* (direito, reto, direto, ereto, honesto, honrado), que no jargão *gay* significa heterossexual ou “aquele de mente reta”. A mente cor(reta), segundo Wittig, universaliza todas as suas ideias e é incapaz de conceber uma cultura que não ordene todos os seus conceitos sobre a base da heterossexualidade. Ainda segundo Wittig, a matriz do poder ou da dominação não é a dominação de classes, nem mesmo as raças, mas a heterossexualidade. Ou seja, o contrato sexual é o da heterossexualidade. Para Butler, no entanto, a separação radical que Wittig propõe entre heterossexual (reto) e *gay* é uma resposta do tipo de binarismo que Wittig define como o gesto filosófico divisório do pensamento reto. Desta forma, a separação radical proposta por Wittig entre heterossexualidade e homossexualidade não é certa, uma vez que há estruturas de homossexualidade psíquica nas relações heterossexuais e estruturas de heterossexualidade psíquica nas relações e na sexualidade *gay* e lésbica. O

escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres. Uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais” e disposições heterossexuais naturais. A heterossexualidade constitui-se em uma matriz que conferirá sentido às diferenças entre os sexos.

Através das reiterações contínuas, realizadas mediante interpretações em atos das normas de gênero, os corpos adquirem sua aparência de gênero, assumindo-o em uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados no tempo. É isso que Butler chamará de performatividades de gênero.

Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado. Ainda quando se é uma “promessa”, um devir, há um conjunto de expectativas estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa.

A história do corpo não pode ser separada ou deslocada dos dispositivos de construção de um bio-poder. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual. Neste processo, certos códigos naturalizam-se, outros são ofuscados ou/e sistematicamente eliminados, postos às margens do humanamente aceitável. A heterossexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente através de operações constantes de repetição e de re-citação dos códigos socialmente investidos como naturais.

O corpo-sexuado e a suposta ideia da complementaridade natural, que ganha inteligibilidade através da heterossexualidade, é uma materialidade saturada de significado, não sendo uma matéria fixa, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades, intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas.

Quando o médico diz: “é um/a menino/a”, produz-se uma invocação performativa e, nesse momento, instala-se um conjunto de expectativas e suposições em torno desse

ideal de uma heterossexualidade coerente – que Wittig descreve como a norma e o usual do contrato heterossexual – configura-se como um ideal inatingível. Para uma interlocução da concepção de Butler sobre “heterossexualidade obrigatória” e a posição de Wittig, ver Butler (1999).

corpo. É em torno dessas suposições e expectativas que se estruturam as performances de gênero. As suposições tentam antecipar o que seria o mais natural, o mais apropriado para o corpo que se tem. Enquanto o aparelho da ecografia passeia pela barriga da mãe, ela espera ansiosa as palavras mágicas que irão desencadear essas expectativas, mágicas no sentido de criarem realidades. Logo depois, o médico dirá o sexo da criança e as expectativas serão materializadas em brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos para o/a futuro/a filho/a antes mesmo de esse corpo vir ao mundo.

A ecografia é uma tecnologia prescritiva e não descritiva. Quando o médico diz: “parabéns, mamãe, você terá um/a menino/a”, está pondo em discurso uma evocação performativa que amarra todos a um ato fundacional. Conforme sugeriu Beatriz Preciado (2002), a interpelação “é uma menina”, não é só performativa, no sentido de criar expectativas e gerar suposições sobre o futuro daquele corpo que ganha visibilidade através dessa tecnologia, seus efeitos são protéticos: faz corpos.

Analisar os corpos enquanto próteses significa desfazer-se da relação dicotômica corpo-natureza para apontar o corpo como resultado de tecnologias, e o gênero como resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos sexuais.

Não há corpos livres, anteriores aos investimentos discursivos. A materialidade do corpo deve ser analisada como efeito de um poder e o sexo não é aquilo que alguém tem ou uma descrição estática. O sexo é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade. Há uma amarração, uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, pois são analisadas como identidades “transtornadas” pelo saber médico.

Os corpos já nascem operados. Como sugeriu Preciado, todos estamos já mais ou menos operados/as por tecnologias sociais precisas. Todos somos pós-operados. Não existe corpo livre de investimentos discursivos, *in natura*. O corpo já nasce maculado pela cultura.

A experiência transexual nos diz que a primeira cirurgia não foi bem sucedida, que o corpo-sexuado que lhe foi atribuído não serve para lhe conferir sentido. No entanto, este processo de reconstrução do corpo é marcado por conflitos que põem às claras as

ideologias de gênero, fundada no dimorfismo, e os/as colocam em posição de permanente negociadores com as normas de gênero. Essas negociações podem reproduzir as normas de gênero, assim como desestabilizá-las ao longo dos processos de reiterações.

Após o nascimento da criança, os investimentos discursivos dirigem-se para a preparação do corpo para que desempenhe com êxito os papéis de gênero: bonecas, saias e vestidos para as meninas; bolas, calças, revólveres para os meninos. Parece que nada escapa à “panóptica dos gêneros”⁴. O mundo infantil se constrói sobre proibições e afirmações. Essa pedagogia dos gêneros tem como objetivo preparar aquele sujeito para a vida referenciada na heterossexualidade, construída a partir da ideologia da complementaridade dos sexos. É como se as “confusões” nos papéis provocassem, direta e imediatamente, “perturbações” na orientação sexual.

A infância é o momento em que os enunciados performativos são interiorizados e se produz a estilização dos gêneros: “homem não chora”, “sente-se como uma menina!”, “isto não é coisa de uma menina!”. Esses enunciados performativos têm a função de criar corpos que reproduzam as performances de gênero hegemônicas. Conforme sugeriu Butler, são evocações ritualizadas da lei heterossexual.

Citações contextualizadas e descontextualizadas

O sistema binário dos gêneros produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói as sexualidades e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais. No entanto, como aponta Butler (1999), quando a condição de gênero se formula como algo radicalmente independente do sexo, o gênero mesmo se torna vago e, talvez, neste momento, se tenha de pensar que não existe uma história anterior à própria prática cotidiana das reiterações.

Reiterar significa que é através das práticas, de uma interpretação em ato das normas de gênero, que o gênero existe. O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como

⁴ A concepção de “poder disciplinar” de Foucault (1993) nos auxilia a compreender os processos de construção dos corpos-sexuados e da incorporação de uma estilística corporal, uma vez que são produzidas a partir de um conjunto de estratégias discursivas e não discursivas fundamentadas na vigilância das condutas apropriadas. Daí a referência à “panóptica dos gêneros”, em uma alusão a uma das características do poder disciplinar foucautiano.

apropriada. São estes sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Essas infindáveis repetições funcionam como citações e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza.

Butler apóia-se na tese da citacionalidade de Derrida (1991) para afirmar que a repetição possibilita a eficácia dos atos performativos que sustentam e reforçam as identidades hegemônicas, mas também são as repetições descontextualizadas do “contexto natural” dos sexos, principalmente as que a autora considera enquanto “performatividades *queer*” (Butler, 1998^a; 1999; 2002), que possibilitam a emergência de práticas que interrompam a reprodução das normas de gênero.

As *performances* de gênero seriam ficções sociais impositivas, sedimentadas ao longo do tempo e que gerariam um conjunto de estilos corporais que aparecem como uma organização natural (e daí deriva seu carácter ficcional) dos corpos em sexos. Dessa forma, a performatividade não é um “ato” único, singular: são as reiteraões das normas ou conjunto de normas. O fato de adquirir o *status* de um ato no presente gera o ocultamento das convenções das quais ela deriva. Além disso, esse ato não é originalmente teatral: sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade não pode ser a todo tempo revelada.

Essa repetição estilizada formará o cimento das identidades dos gêneros. Mas as repetições em atos não são originalmente inventadas pelo indivíduo. Nas diferentes maneiras possíveis de repetição, na ruptura ou na repetição subversiva desse estilo, é que se encontrarão possibilidades para transformar o gênero.

A sociedade tenta materializar nos corpos as verdades para os gêneros através das reiteraões nas instituições sociais (a família, a igreja, a escola, as ciências). A necessidade permanente do sistema em afirmar e reafirmar, por exemplo, que mulheres e homens são diferentes por sua natureza, indica que o sucesso e a concretização desses ideais não ocorrem como se deseja. O que nos leva a pensar que o sistema não é um todo coerente e, conforme apontou Butler (1999), são as possibilidades de rematerialização, abertas pelas reiteraões, que podem potencialmente gerar instabilidades, fazendo com que o poder da lei regulatória volte-se contra ela mesma, gerando rearticulaões que apontem os limites da eficácia desse mesma lei regulatória.

Os discursos das/os transexuais revelam, entre outros aspectos, a eficácia do processo de interiorização de um discurso assumido enquanto verdade, o que lhes

provoca sofrimentos uma vez que interpretam suas dores como problema individual. No entanto, e contraditoriamente, esses sentimentos também revelam os limites discursivos do modelo dimórfico. Para os/as transexuais, estes conflitos são inexplicáveis e muitos/as dizem que alimentam a esperança de que algum dia se descobrirá uma causa biológica para explicar suas condutas. Quais as práticas que levam o sujeito a se perceber e a se pensar como um “anormal”, uma “aberração”, não tendo o direito à existência?

O corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher) que dá inteligibilidade aos gêneros, encontra na experiência transexual os seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo assim um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal inversão, depara-se com uma outra “revelação”: a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não existe uma essência interior e anterior aos gêneros. Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade também se liberam para comporem arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos.

Os corpos dos transexuais e dos não-transexuais são fabricados por tecnologias precisas e sofisticadas que têm como um dos mais poderosos resultados, nas subjetividades, a crença de que a determinação das identidades está inscrita em alguma parte dos corpos. A experiência transexual realça que a primeira cirurgia que nos constituiu em corpos-sexuados não conseguiu garantir sentidos identitários, apontando os limites discursivos dessas tecnologias e a possibilidade rizomática de se criar fissuras nas normas de gênero.

Referências

- Bento, B. (2006). *A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense,
- Butler, J. (1993) *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York/London: Routledge.
- Butler, J. (1998b). Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. Em *Revista Debate Feminista*. México, a.9, v.18, outubro.

- Butler, J. (1999). *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York/London: Routledge.
- Butler, J. (2001a). La cuestión de la transformación social. Em Beck-Gernsheim, E., Butler, J., Puigvert, L. (2001b) (orgs.) *Mujeres y transformaciones sociales*. Barcelona: Colección Apertura.
- Derrida, J. (1991) *Limited Inc*. Campinas: Papirus.
- Haraway, D. (1991). *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge.
- Rich, A. (1981). La conite à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne. Em *Nouvelles questions féministes*, N° 1. Paris: Tierce.
- Preciado, B. (2002). *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid: Pensamiento Opera Prima.
- Wittig, M. (2001). *La pensée straight*. Paris: Éditions Balland.

6. O cuidado aos idosos e às idosas: novos desafios para as cuidadoras informais

Berlindes Astrid Küchemann
Departamento de Sociologia – UnB

Mesa Redonda
Gênero, Trabalho e Organizações

Introdução

O Brasil é um país que envelhece a passos largos. As alterações na dinâmica populacional são claras, inequívocas e irreversíveis. Na virada do século, em 2000, a população brasileira de idosos/as apresentou crescimento oito vezes maior quando comparada às taxas de crescimento da população jovem. Para se ter uma ideia do quão acelerada tem sido a transição demográfica, basta observarmos que, num intervalo de 25 anos (1980 a 2005), o crescimento total da população idosa foi de 126,3%, ao passo que o crescimento da população total foi de apenas 55,3%. Neste mesmo intervalo, a faixa de idade acima de 80 anos apresentou um crescimento de 246,0% (Inouke, Pedrazzani & Pavarani 2008, p. 12). Caso seja mantida a atual dinâmica demográfica, a partir de 2030 a população brasileira começará a encolher e o total de idosos/as ultrapassará o número de jovens entre 15 e 29 anos (Ipea, apud Brasil, 2010, p. 51).

Em 2008, de acordo com os dados da Pesquisa por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), a população brasileira era de 189,9 milhões de pessoas, sendo que 51,3%, o equivalente a 97 milhões, era composto de mulheres e 48,7%, o equivalente a 92,8 milhões, de homens. Nesse mesmo ano, o contingente de pessoas com mais de 60 anos perfazia um total de 21 milhões, ou seja, o equivalente a 11,1% da população total, dos quais 56,2% eram mulheres e 43,8% eram homens (IBGE apud Brasil, 2010, p. 55). Segundo Inouke e cols. (2008, p. 15), em 2025, teremos aproximadamente 34 milhões de idosos/as, chegando à marca de 15% da população total, ocupando então, o sexto lugar na classificação mundial.

Os dados da atual transição demográfica brasileira revelam que, quanto mais a população envelhece, mais feminina ela fica. Essa sobrerrepresentação feminina resulta de uma série de fatores, dentre os quais vale destacar a maior expectativa de vida para as mulheres (em média vivem 8 anos mais que os homens), o acompanhamento médico mais contínuo ao longo de suas vidas e a maior mortalidade masculina por causas violentas (Bandeira, Melo & Pinheiro, 2010).

O aumento da expectativa de vida apresenta duas facetas. Por um lado, reflete mudanças culturais e avanços obtidos em relação à saúde e às condições de vida tais como: redução da taxa de fecundidade, queda da mortalidade infantil, hábitos alimentares

mais saudáveis e maior cuidado com o corpo. Por outro, aponta para a possibilidade do/a idoso/a ser acometido por doenças degenerativas e crônicas que o/a torna frágil e sem autonomia, ou seja, dependente de cuidado de terceiros. Estudos feitos na área da saúde (Karsch, 1998 e 2003; Moreira & Caldas (2007); Fernandes & Garcia, 2009) indicam que na virada do século, cerca de 40% dos indivíduos com 65 anos ou mais precisavam de algum tipo de ajuda para realizar tarefas como fazer compras, cuidar das finanças, preparar refeições e limpar a casa. Uma parcela menor (10%) foi considerada frágil, ou seja, com falta de autonomia para realizar tarefas básicas, como tomar banho, vestir-se, ir ao banheiro, alimentar-se, sentar e levantar de cadeiras e camas. Passados nem dez anos a proporção dos idosos/as considerados/as frágeis aumentou em aproximadamente 5%, perfazendo um total de 15% (3,2 milhões) da população idosa atual (21 milhões), sendo que desses 3,2 milhões, 2 milhões (63%) são mulheres (Ipea, 2010). Esses dados indicam que o trabalho do cuidador está ganhando cada vez mais demanda em nossa sociedade.

O trabalho do cuidado e o destacado papel das cuidadoras familiares informais

Cuidar ou ser cuidado constitui uma questão central na vida de todos nós. Em momentos os mais diversos todos nós cuidamos ou necessitamos do cuidado de alguém. Cuidar implica algum tipo de responsabilidade e compromisso, e quando uma pessoa ou um grupo cuida de alguém é porque está “disposto a trabalhar, a se sacrificar, a gastar dinheiro, a mostrar envolvimento emocional e despende energia em relação ao objeto de cuidados” (Tronto, 1997, p. 188). Cuidar também significa aproximar-se, estar presente e valorizar o/a outro/a com a devida atenção à sua individualidade. Cuidar é, pois, uma atividade que possibilita um encontro dialógico entre o ser que cuida e aquele que é cuidado, daí porque quando se fala de cuidado é preciso que se considere tanto aquele/a que é cuidado/a quanto aquele/a que cuida. As graduais perdas cognitivas, as mudanças comportamentais, emocionais e até de personalidade do/a idoso/a exigem do/a cuidador/a não somente preparo para o exercício dessa atividade e boas condições de saúde, senão também possibilidades para o estabelecimento de um convívio satisfatório.

Historicamente, diferentes países do mundo têm desenvolvido diversas formas de apoio e cuidados aos seus idosos e suas idosas dependentes. Na maioria dos países as responsabilidades, em graduações variadas, são divididas entre o setor público e o privado. Inclui políticas e serviços previdenciários, benefícios de organizações sindicais, de agências e unidades sanitárias estatais, assim como de organizações particulares de seguro-saúde (Karsch, 2003).

No Brasil, a Constituição de 1988 considera que o suporte ao/à idosos/a seja da responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Desde 1988, novas leis e medidas foram elaboradas pelo Estado com o objetivo de proteger o/a idoso/a, de fornecer subsídios que garantam sua participação na comunidade, de defender sua dignidade, de zelar pelo seu bem-estar e de garantir o direito à vida, tais como: a Política Nacional do Idoso (1994), a Política Nacional de Saúde do Idoso, elaborada pelo Ministério de Saúde

(1999), o Conselho Nacional do Idoso (2002) e o Estatuto do Idoso, de 2003. No entanto, apesar de o Estado prover alguns serviços básicos de saúde para a população da terceira idade, a cobertura dos serviços é deveras insuficiente, sobretudo em se tratando de serviços e alojamentos para cuidados de longa duração, e para necessidades não cobertas pelos planos de saúde. Serviços de atenção integral como, por exemplo, residências ou centros de recreação, são poucos e restritos a setores de nível socioeconômico mais alto, capazes de custear tais serviços.

O que se observa é que a participação do Estado brasileiro é apenas pontual e com reduzidas responsabilidades quando comparadas às responsabilidades das famílias. Por falta de recursos de ordem financeira que permitam a contratação de cuidadores/as especializados/as no ambiente familiar, os cuidados aos/às idosos/as geralmente são realizados por um membro da família, em sua grande maioria uma mulher que reside no mesmo domicílio ou próximo a ele/a.

Em países mais desenvolvidos, nos quais o envelhecimento populacional tem sido mais lento e tem recebido a devida atenção durante décadas, construiu-se uma rede de organizações que se define como *community care*, cujo objetivo é manter o/a idoso/a em sua casa oferecendo suportes para a família e o/a cuidador/a. Entre as diferentes modalidades de assistência ao/à cuidador/a familiar, estão, por exemplo, o serviço de um profissional para alternar os cuidados com o/a cuidador/a familiar, a redução da jornada de trabalho do cuidador/a familiar e o recebimento de uma ajuda, em dinheiro, para suprir os gastos com a assistência prestada ao seu idoso, à sua idosa. Um programa largamente divulgado é o da "comida sobre rodas", que produz e distribui refeições programadas para os doentes e incapacitados, poupando o/a cuidador/a da tarefa de cozinhar todos os dias. Na Alemanha, por exemplo, este serviço também é frequentemente utilizado por idosos/as que moram sozinhos/as.

No Brasil, serviços de apoio dessa natureza ainda são raros. É que em nosso país não há uma política referente aos papéis atribuídos às famílias e aos apoios que cabem a uma rede de serviços oferecer ao/à idoso/a dependente e aos seus familiares (Karsch, 2003). No entanto, se queremos que nossos idosos e nossas idosas permaneçam no convívio familiar com um atendimento de qualidade, os/as cuidadores/as familiares de idosos/as dependentes deveriam ser alvo de orientação, capacitação e supervisão. Deveriam receber em casa visitas periódicas de médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas e demais profissionais afins. Ademais, ao serem propostos os cuidados familiares, caberia examinar a estrutura familiar na qual o/a idoso/a se insere, haja vista que nem sempre a família está em condições de prestar os devidos cuidados.

Desta feita, o trabalho do cuidado aos/às idosos/as deve ser encarado tanto do ponto de vista da pessoa que recebe cuidados como da pessoa que cuida. Deve contemplar não somente a qualidade dos serviços oferecidos aos/às idosos/as por seus familiares como também o impacto que as tarefas do cuidado têm na qualidade de vida do/as cuidadores/as familiares (Inouke e cols., 2008).

Estudos feitos na área da saúde têm mostrado um quadro nada alentador a respeito dos/as familiares que cuidam de idosos/as. Além de nem sempre estarem preparados/as para prestarem um trabalho à altura do necessário para que os/as idosos/as sejam bem assistidos/as, os/as próprios/as cuidadores/as nem sempre apresentam boa saúde, como muito bem nos mostra um estudo realizado no município de São Paulo (Karsch, 1998), com 102 pessoas acima de 50 anos, que sofreram o primeiro episódio de acidente vascular cerebral (AVC). Esse estudo revelou que em 98% dos casos pesquisados, o/a cuidador/a era alguém da família. Dentre os/as cuidadores/as, 92,9% eram mulheres, e dentre elas, 44,1% eram esposas e 31,3% eram filhas, cabendo ressaltar que as noras e as irmãs eram bem menos representadas. Apesar de serem as principais atrizes na dinâmica dos cuidados pessoais diários dos portadores de AVC a seu encargo, 67,9% prestavam estes cuidados sem nenhum tipo de ajuda. Além do mais, 59% dessas cuidadoras tinham acima de 50 anos e 41% entre 60 e 80 anos, o que indica que pessoas idosas estão cuidando de idosos/as. Quanto às condições físicas dessas cuidadoras, o estudo revelou que elas são doentes em potencial e que sua capacidade funcional está constantemente em risco: 40,7% tinham dores lombares, 39,0% depressão, 37,3% sofriam de pressão alta, 37,3% tinham artrite e reumatismo, 10,2% problemas cardíacos e 5,1%, diabetes.

De um único estudo apenas não podemos inferir como anda a saúde dos/as cuidadores/as no Brasil. No entanto, os dados acima nos remetem à importante questão dos impactos causados em pessoas que cuidam, durante 24 horas, de um indivíduo idoso incapacitado. Recordando que ser cuidador/a familiar demanda trabalho, tempo, energia, dinheiro, carinho, esforço, boa vontade e paciência, podemos concluir que cuidar de um/a idoso/a dependente e fragilizado/a não pode ser tarefa para uma pessoa apenas e, muito menos, para uma cuidadora familiar, idosa ou não, que não dispõe de serviços de apoio e de uma política de proteção para o desempenho desta sua atividade. Ou seja, o trabalho do cuidado necessita ser repensado e reestruturado com vistas a atender adequadamente às necessidades e às expectativas tanto daqueles e daquelas que necessitam de cuidados, quanto daqueles e daquelas que prestam cuidados.

As principais, contudo pouco visíveis atrizes da dinâmica do cuidado aos idosos e idosas

Apesar dos avanços observados na esfera do comportamento, sobretudo devido à crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, aos inúmeros arranjos familiares, ao crescente número de mulheres que contribuem, na condição de chefe ou de cônjuge, com a provisão dos recursos para a família, ao intensivo questionamento das feministas acerca dos papéis tradicionais de gênero, continua sendo hegemônica a compreensão de que o trabalho doméstico, a socialização das crianças e o cuidado aos/às idosos/as e doentes são de responsabilidade quase que exclusiva das mulheres.

Segundo dados da PNAD de 2008, 87,9% das mulheres e 46,1% dos homens inseridos no mercado de trabalho declararam que executam afazeres domésticos e

tarefas relacionadas aos cuidados com os membros familiares do domicílio. Quanto à intensidade com que homens e mulheres se dedicam aos afazeres reprodutivos, as mulheres estimaram dedicar 20,9 horas semanais às atividades domésticas e ao cuidado de seus familiares, e os homens 9,2 horas semanais (Brasil, 2010, p. 57). Observa-se, pois, que tanto o contingente de mulheres que se dedicam ao trabalho reprodutivo quanto o número de horas que gastam é bem maior, quando comparados à população masculina. Há, pois, uma clara sobrecarga nas mulheres e essa sobrecarga influenciará decisivamente sobre o trabalho que elas realizam, ou desejam realizar no mercado de trabalho. Não nos surpreende, portanto, que devido aos intensivos afazeres domésticos, as mulheres encontrem como alternativa o emprego em jornadas de trabalho menores que, por conseguinte, remuneram menos. Em 2007, 41% das mulheres trabalhavam habitualmente menos de 40 horas, para apenas 18,6% dos homens (Brasil, 2009, p. 16).

Esses dados revelam que, apesar dos esforços empreendidos para desnaturalizar os papéis socialmente construídos, o cuidado ainda é compreendido como um valor predominantemente feminino, realizado gratuitamente no âmbito familiar. Mas o cuidado também é exercido profissionalmente, tendo significativa expressão no campo da saúde, em especial na medicina e na enfermagem, e no serviço social (Santos, 2003). Importante ressaltar que, quando exercido por profissionais dos serviços de cuidado, ou por trabalhadoras domésticas remuneradas, as atividades vinculadas ao trabalho reprodutivo passam a ser contabilizadas no sistema de Contas Nacionais no valor equivalente ao de sua remuneração. Mas, se exercidas gratuitamente por alguém da própria família, deixam de ser mensuradas e, portanto, tornam-se invisíveis oficialmente. Se o trabalho reprodutivo exercido majoritariamente pelas mulheres fosse contabilizado, o PIB brasileiro, de 2008, aumentaria 10,3%, segundo cálculos feitos a partir da PNAD/IBGE (Bandeira e cols., p. 112).¹

Não é por mero acaso ou natural que cuidar e cuidados encontram na família um importante espaço onde se expressam. Também não é por acaso, ou natural, que a pessoa cuidadora, geralmente, se materializa na figura da mulher. É que o cuidado é um trabalho e, portanto, não está alheio à divisão sexual do trabalho que, por sua vez, norteia a organização social e econômica da sociedade. Como já apontamos anteriormente, o entendimento de que cabe às mulheres a responsabilidade das tarefas que compõem o trabalho reprodutivo deriva de uma divisão sexual do trabalho, dicotômica e pouco flexível, que atua como poderoso princípio norteador nas bases da organização social e econômica da sociedade. Como muito bem lembra Vasconcelos (2009, p. 37) a divisão do trabalho se manifesta em uma forma específica de relação entre trabalho produtivo remunerado e reprodutivo não-remunerado, na qual as noções de homem-provedor (força de trabalho principal) e mulher-cuidadora (força de trabalho secundária), são reforçadas. Manifesta-se, igualmente, na organização do mercado de trabalho, a partir da

¹ A metodologia utilizada partiu do pressuposto de que a remuneração média das/os trabalhadoras/os domésticas/os é o valor de mercado que a sociedade atribui aos prestadores deste serviço. Sendo assim, ao trabalho doméstico não remunerado aplicou-se a mesma valoração. Sobre essa metodologia ver Melo, Considera & Sabatto, 2007.

hierarquização estabelecida entre ocupações mais bem remuneradas e de maior prestígio social, entendidas como tipicamente masculinas e ocupações mal remuneradas e menos valorizadas socialmente, em grande parte associadas às tarefas de cuidado, tidas como tipicamente femininas. Esses entendimentos, além de contribuírem para que as mulheres enfrentem maiores dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho e nos demais âmbitos da vida pública, “possuem aspectos socioeconômicos e simbólicos que impactam na distribuição de recursos, bens e serviços e no poder de decisão sobre os mesmos, desempenhando papel central na reprodução das desigualdades sociais” (Vasconcelos, 2009, p. 37).

Além do mais, esses entendimentos contribuem para alimentar a compreensão de que a reprodução social é uma responsabilidade das mulheres e não da sociedade. Vasconcelos (2009, p. 37) argumenta que tal compreensão, além de minar uma divisão equitativa de responsabilidades sobre as tarefas de cuidado entre homens e mulheres, afeta a definição de temas e prioridades das políticas públicas, resultando em uma não-abordagem das questões do cuidado por parte do Estado e no consequente déficit dos serviços públicos endereçados à cobertura dessas tarefas. Ademais, a não consideração do trabalho reprodutivo como uma questão pública “promove o aprofundamento das desigualdades e alimenta o ciclo de reprodução da pobreza, na medida em que o acesso a serviços de cuidado fica disponível apenas para grupos sociais, cujos rendimentos permitem sua contratação” (Vasconcelos, 2009, p. 37).

Hoje, cabe quase que exclusivamente às mulheres a tarefa de conciliar trabalho produtivo e reprodutivo. Como contam com pouco apoio por parte do Estado, elas acabam por desenvolver uma série de ativos sociais para redistribuir algumas tarefas e, assim, resolver suas necessidades práticas decorrentes da sua condição de cuidadora e promotora do bem-estar familiar (Küchemann, 2001). Todo o esforço que despendem as torna mais eficientes no cumprimento do seu *dever moral* de cuidar de toda a família, mas nem por isso as torna menos sobrecarregadas.

Cuidadoras familiares informais frente a novos desafios

Aos velhos desafios já apontados, tais como a sobrecarga de trabalho das mulheres e as dificuldades para conciliar o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo, a falta de infraestrutura familiar adequada para acomodar os/às idosos/as dependentes, e o despreparo para atender os/às idosos/as, há uma série de novos desafios, não apenas para as cuidadoras familiares informais, mas para a sociedade como um todo, incluindo Estado e mercado de trabalho. Dentre esses desafios destacamos dois:

a) A saída de cena da família tradicional e o surgimento de novos arranjos familiares

Até agora temos falado reiteradas vezes sobre a importância da família brasileira, sobretudo das cuidadoras familiares informais na dinâmica dos cuidados diários prestados

aos/às idosas da sociedade brasileira, sobretudo aqueles e àquelas que não possuem autonomia para realizarem as mais triviais tarefas do cotidiano. Mas a qual família referem-se os profissionais de saúde e outros especialistas quando indicam cuidados em casa a idosos/as dependentes? Referem-se à família tradicional ou às inúmeras famílias reais de hoje?

Até pouco tempo atrás, a família era entendida como o conjunto de pessoas residentes sob o mesmo teto, e que, entre si, apresentam laços de parentesco e de afinidade. A ideia de família era associada a um modelo no qual o núcleo era composto por um casal heterossexual, cabendo ao homem o lugar de chefe e provedor da família, e à mulher a atenção aos/às filhos/as, o gerenciamento do lar, o cuidado aos/às idosos/as e doentes. Acontece que este modelo tradicional de família está desaparecendo, dando lugar a novos arranjos familiares, nem sempre favoráveis à acomodação de idosos e idosas. Separações, divórcios e novas uniões, participação crescente da mulher no mercado de trabalho, movimentos migratórios nacionais e internacionais em busca de oportunidades de trabalho, aumento de famílias chefiadas pela mulher, idosos/as exercendo chefias de família e o aumento de famílias do tipo monoparental e unipessoal, são apenas alguns dos aspectos geradores de novas estruturas familiares.

De fato, o tipo de arranjo familiar tradicional (homem-provedor, mulher-cuidadora) vem diminuindo significativamente ao longo dos anos: se em 1992 representava quase 63% das famílias, em 2008, caiu para 50,5% do total. Por outro lado, observa-se que nesse mesmo período houve um aumento expressivo da chefia feminina. A proporção de famílias tendo uma mulher, sem cônjuge, como chefe aumentou de 25,9% (1992) para 34,9% (2008) e de 2,4% para 9,1% a proporção de famílias chefiadas por mulheres com cônjuge (Ipea, apud Bandeira e cols., 2010, p. 110). Também tem aumentado o número de famílias constituídas por casais sem filhos² Esse arranjo familiar passou de 11,7% para 15,7%, entre 1998 e 2008, e é pertinente observar que nesse arranjo familiar tem crescido o número de casais em que ambos auferem rendimentos. Em 1998 esses casais representavam 3,2%, e, em 2008, 5,3% do total de casais sem filhos, o equivalente a 2,1 milhões de famílias (Bandeira e cols., 2010, p. 111).

Ao leque de arranjos já apontados cabe ressaltar, ainda, o aumento de arranjos unipessoais, ou seja, de pessoas vivendo sozinhas. Se em 1998, 8,4% dos brasileiros não dividiam o teto com ninguém, esse índice aumentou para 11,6%, em 2008. Entre esses moradores solitários, cabe destacar a alta proporção de pessoas acima de 60 anos, sobretudo mulheres (Bandeira e cols, 2010, p. 111)³.

² "A opção por ter filhos tende a ser postergada, especialmente em função da decisão feminina de investir na vida acadêmica ou na carreira profissional, como uma etapa anterior a de ter filhos" (Bandeira e cols., p.111).

³ O aumento de arranjos unipessoais é uma tendência mundial e vale tanto para homens como para mulheres. Na Inglaterra, o índice de domicílios habitados por uma única pessoa é de 30%. Nos Estados Unidos, alcança os 25%. Em Nova York, a Meca dos/as solteiros/as, mais da metade da população (50,6%) vive só (Bandeira e cols., 2010, p. 111).

Como esses diversos novos arranjos familiares interferem na dinâmica do cuidado aos/às idosos/as? Se hoje aproximadamente 40% dos/as idosos acima de 60 anos vivem sozinhos/as, a quem recorrem quando necessitam de apoio? Estão sendo geradas novas formas de apoio aos idosos? Faltam dados a esse respeito, contudo sabemos que já se foi o tempo em que se podia contar com um familiar para cuidar dos/as idosos/as, no tempo e na intensidade requeridos. Precisamos, pois, conhecer com urgência, como esses novos arranjos familiares interferem na dinâmica do cuidado e precisamos desenhar e implementar novas formas de assistência e novos enfoques por parte das políticas públicas de saúde e de bem-estar social.

b) A possibilidade de se abandonar o modelo que elege as mulheres como únicas responsáveis pelo cuidado.

Tudo indica que o velho dilema do feminismo ainda persiste. Portanto, é preciso que o feminismo se debruce no desenho de políticas de abandono desse modelo que elege as mulheres como únicas responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Poderia iniciar, por exemplo, repensando as políticas relativas à maternidade e às responsabilidades familiares centradas nas mulheres que acabam reforçando a imagem de única cuidadora e de força de trabalho secundária, fonte da discriminação e de desvantagens que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho. Por que não estender a ambos os cônjuges as medidas e benefícios que não estão ligados à função exclusivamente biológica das mulheres (gravidez, parto, recuperação e amamentação) e incorporar os homens nas funções de cuidado aos/às filhos/as e aos/às idosos/as? Não seria essa uma política mais adequada do que aquela que, simplesmente, apela moralmente a uma distribuição mais equitativa de tarefas entre os sexos no espaço doméstico? O privado é político, diz um velho *slogan* do movimento feminista. A partir desse mote, porque não pensar em corresponsabilizar outros atores sociais no enfrentamento das tensões geradas na tentativa de conciliar trabalho produtivo e reprodutivo? Em vez de continuar insistindo em soluções a partir do trabalho reprodutivo, por que não pensar em soluções advindas do trabalho produtivo, do mundo do trabalho como, por exemplo, da reorganização do trabalho produtivo a partir de um enfoque integrado de políticas públicas de conciliação, dirigidas tanto a trabalhadores como a trabalhadoras?

Há anos, preocupados com a elaboração de políticas a favor do *trabalho decente*, a OIT e o PNUD publicaram recentemente um relatório intitulado *Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social* (OIT, 2009), no qual as duas organizações desenvolvem uma ampla proposta nesse sentido.

Dentre as inúmeras sugestões e recomendações apresentadas neste relatório destacaremos, a título de reflexão, algumas diretamente relacionadas ao trabalho do cuidado:

- 1) Reconhecer e visualizar o valor do trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres, particularmente sua capacidade de cuidadoras de crianças, pessoas com deficiência e idosos, e também avaliar sua contribuição social e econômica (OIT, 2009, p.107);
- 2) Superar “a concepção de que o cuidado é uma responsabilidade privada, da esfera do lar e das mulheres” e para tanto faz-se, “necessário redistribuir as responsabilidades entre os domicílios, o mercado e o Estado, ou seja, é necessário garantir uma maior participação da sociedade no processo de reprodução da força de trabalho” (*id.*, *ib.*);
- 3) Redistribuir as tarefas reprodutivas entre homens e mulheres, tal como já ocorreu com o trabalho produtivo (*id.*, *ib.*);
- 4) “Abandonar a ideia de que apenas as mulheres devam se preocupar com a conciliação entre trabalho produtivo e responsabilidades familiares” e, para isso, “é central a promoção de modelos alternativos de maternidade, paternidade e masculinidade como pré-requisito para o êxito das políticas de conciliação” (*id.*, *ib.*). Isso requer dar ao papel dos pais na família o significado de pessoas afetivas, interessadas e capazes de assumir responsabilidades familiares como a criação dos filhos e das filhas, o cuidado aos/às idosos/as e familiares enfermos e realização de tarefas domésticas (*id.*, *ib.*);
- 5) “Transformar a noção de maternidade: caso permaneça a sua associação ao sacrifício e à onipresença com os filhos, dificilmente será possível alcançar uma redistribuição de tarefas de cuidado, bem como aliviar a sobrecarga que recai sobre as mães trabalhadoras” (*id.*, *ib.*);
- 6) Reconstruir amplamente o conceito de maternidade no mundo do trabalho, a partir da revalorização das tarefas associadas às funções de cuidado e da criação de novas formas de organização do trabalho e do tempo social (*id.*, *ib.*);
- 7) “Em lugar de buscar a equidade promovendo, simplesmente a incorporação das mulheres a um mercado de trabalho estruturado por gênero, o fundamental é desconstruir o modelo do *trabalhador ideal*: homem, sem responsabilidades domésticas com sua família” (*id.*, *ib.*);
- 8) Modificar “a relação entre mercado e trabalho doméstico de forma que todos os adultos, homens e mulheres, possam alcançar seus ideais familiares e profissionais. Isso passa pela revalorização do trabalho das mulheres e uma desconstrução da percepção de que são força de trabalho secundária” (*id.*, p.108);
- 9) “Promover que os marcos legais proíbam a discriminação associada às responsabilidades familiares” e observar que “nem as licenças parentais nem outras ausências temporárias associadas às responsabilidades familiares devem constituir

obstáculos para a manutenção do emprego e para o progresso nas carreiras profissionais“ (*id.*, p.110).

Em relação ao recorrente questionamento se as políticas devam ser específicas ou universais, o estudo da OIT, acima referido, propõe que “além da elaboração e implementação de políticas específicas, devem ser considerados os impactos indiretos de todas as políticas públicas sobre as tensões entre o âmbito familiar e profissional” (*id.*, p.108). Para tanto, “é necessário transformar toda ação de política pública em uma ferramenta que contribua para a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero e para a incorporação da questão do cuidado” (*id.*, *ib.*). O estudo lembra, ademais, que “a integração de distintas políticas com efeitos conciliatórios pode potencializar os resultados das políticas setoriais e neutralizar efeitos não desejados de iniciativas isoladas”, sendo que para tanto “é necessário combinar estratégias bem definidas e de amplo alcance” e “é fundamental promover estratégias dirigidas a grupos com necessidades especiais, juntamente com outras que fortaleçam políticas universais em matéria de cuidado, de ampla cobertura e sustentadas por amplos pactos sociais e políticos (*id.*, *ib.*). Ainda segundo esse relatório, “as políticas devem ser desenhadas de acordo com o contexto nacional, buscando as margens de ação que podem ser aproveitadas para avançar na promoção da conciliação e de uma socialização do trabalho de cuidado“ e, para tanto, “o caráter conciliatório das políticas sociais setoriais existentes pode ser acentuado, por exemplo, nos programas focalizados destinados à população mais pobre” (*id.*, p.110).

Do acima exposto, podemos observar que OIT e PNUD entendem que a conciliação entre trabalho produtivo e as responsabilidades familiares requer mudanças não apenas nas condições de emprego para mulheres senão, também, nas exigências e nos requisitos de desempenho profissional impostos a homens e mulheres no mundo do trabalho e mudanças nas condições do mercado de trabalho. Podemos concluir, igualmente, que a proposta apresentada pela OIT e pelo PNUD não nos remete apenas a uma mudança de foco. Trata-se de um novo paradigma.

Para concluir

Devido ao acelerado crescimento da população idosa, a infraestrutura de cuidados os/às idosos/as de nossa sociedade exige equipamentos sociais e serviços cada vez mais eficientes e complexos. Por motivos vários, entre eles a redução de custo da assistência hospitalar e institucional aos/às idosos/as considerados/as frágeis e dependentes, a tendência, hoje, é a de indicar a permanência dos/as mesmos/as em suas casas, sob os cuidados de sua família. No entanto, essa recomendação não leva em consideração as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, sobretudo em relação à configuração da estrutura familiar. Parte de um modelo estável de família nuclear e do pressuposto de que qualquer família pode, sempre, contar com a disponibilidade de um de seus membros para assistir às necessidades dos/as idosos/as dependentes.

No entanto, delegar à família a função de cuidar de idosos/as requer conhecimento sobre a estrutura familiar, o tipo de cuidado a ser executado, o tempo necessário, as

características da fragilidade, o acompanhamento profissional requerido e exige, sobretudo, apoio institucional. Acontece que as famílias, sobretudo as mulheres, estão sobrecarregadas e não estão podendo oferecer condições favoráveis para que os/às idosos/as tenham uma assistência à altura do merecido. E, provavelmente, essa situação tende a piorar enquanto o cuidado aos/às idosos/as não for considerado uma questão pública, de responsabilidade não apenas das famílias, mas também do Estado e da Sociedade, como um todo.

Assim sendo, tanto os cuidados quanto os/as cuidadores/as familiares deverão ser objeto de políticas e programas de saúde pública em parceria com inúmeras outras políticas públicas. É fundamental que o Estado brasileiro garanta uma infraestrutura de serviços em vários âmbitos de atuação das políticas públicas, favorecendo a todo um conjunto de medidas que possam garantir o bem estar dos/as idosos/as.

Enfim, é preciso encontrar um modelo que desonere as mulheres da responsabilidade de serem as responsáveis pela conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo, corresponsabilizando outros atores sociais no enfrentamento das tensões geradas, buscando soluções advindas do trabalho produtivo em vez de continuar insistindo em soluções a partir do trabalho reprodutivo. Ou seja, pensar em políticas de conciliação entre trabalho e família, que partam de uma reformulação da divisão sexual do trabalho envolvendo os mais diversos atores sociais.

Referências

- Agurre, R. (2007). Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas. Em: Arriagaga. I. (Coord.) *Família y políticas públicas em América Latina: uma história de desencuentros* (pp. 187-198). Santiago de Chile: Cepal.
- Araujo, T. C. N. & Alaves, M. I. C. (2000). Perfil da população idosa no Brasil. Em: *UNATI - Textos sobre envelhecimento*, Vol. 3. nº 3, Rio de Janeiro.
- Bandeira.L., Melo, H. P. & Pinheiro, L. S.(2010). Mulheres em dados: o que informa a PNAD/IBGE, 2008. Em: *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, julho 2010, pp. 107- 119.
- Brasil. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2010). *Com todas as mulheres por todos os seus direitos*. Brasília: SPM.
- Brasil. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2009). Impactos da crise sobre a vida das mulheres. Em: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. 1ª impressão. Brasília: SPM, pp. 17-22.
- Chamowicz, F. (1997). A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. Em: *Revista de Saúde Pública*, Vol. 31, nº 2, pp. 184-200.

- Cisne, M. & Gurgel, T. (2008). Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. Em: *SER Social*, v. 10, nº 22, janeiro a junho, pp. 69- 96.
- Fernandes, M.G.M. & Garcia, T.R. (2009). Atributos da tensão do cuidador familiar de idosos dependentes. Em: *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, vol. 43, nº 4, dez.
- Inouke, K., Pedrazzani, E.S. & Pavarani, S.C.I.(2008). Octogenários e cuidadores: perfil sócio-demográfico e correlação da variável qualidade de vida. Em: *Texto contexto – Enfermagem*, v.17 nº 2, Florianópolis, abr/jun.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2001). *Dados sobre População do Brasil, PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)*, Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010). *Cuidados com idosos foram discutidos em seminário*, acesso em www.ipea.gov.br. no dia 27/07/2010
- Kalache, A., Veras, R. P. & Ramos, L.R. (1987) O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo. Em: *Revista Saúde Pública*, 21 (3), pp. 200-210.
- Karsch, U. M. (1998) (org.). *Envelhecimento com Dependência: Revelando Cuidadores*. São Paulo: Educ.
- Karsch, U. M. (2003) Idosos dependentes: famílias e cuidadores. Em: *Cadernos de Saúde Pública*, v.19, nº 3, Rio de Janeiro.
- Küchemann, B.A. (2001). Estratégias de Sobrevivência de Mulheres no Setor Informal Urbano. Em: Kohlhep, G. (Coord.) *Brasil: Modernização e Globalização* (pp.155-174). Madrid: Iberamericana/ Frankfurt am Main: Vervuert Verlag.
- Medeiros, M., Brito, T. & Soares, F. (2007) Transferência de renda no Brasil. Em: *Novos Estudos*, nº 79, pp. 5-21.
- Medina, C., Shirassu, M. & Goldfeder, M. (1998). Das incapacidades e do acidente cerebrovascular. Em: Karsch, U. (org.). *Envelhecimento com Dependência: Revelando Cuidadores* (pp. 199-214). São Paulo: Educ.
- Melo, H., Considera, C. M. & Sabato, A. (2007). Os afazeres domésticos contam! Em: *Economia e Sociedade*, Campinas, dezembro.
- Moreira, M, D. & Caldas, C.P. (2007). A importância do cuidador no contexto da saúde do idoso. Em: *Escola Anna Nery*, vol.11. nº 3, Rio de Janeiro.
- Neri, A. L. (1993). *Qualidade de Vida e Idade Madura*. Campinas: Papyrus.
- Organização Internacional do Trabalho – OIT (2009). *Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social*. Brasília: OIT.

- Rodrigues, G. (2010). A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social: o papel das políticas públicas. Em: *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, julho 2010, pp. 31-40.
- Santos, T. S. (2008). Gênero e políticas sociais: novos relacionamentos sobre a estrutura familiar. Em: *SER Social*, v. 10, nº 22, janeiro a junho de 2008, pp. 97-128.
- Tronto, J. (1997). Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a oralidade a partir disso? Em: Jaggar, A. & Bordo, S. (eds.) *Gênero, corpo, conhecimento* (pp. 186-203). Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos.
- Vasconcelos, M. (2009). Responsabilidades familiares. Em: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero* (pp. 36-43). Primeira Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

7. Elementos para um debate sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil

**Fernanda B. Vieira,
Ana Maria Mesquita**
Secretaria de Políticas para as Mulheres

Mesa Redonda

Violência de gênero

O presente texto tem o objetivo de apresentar alguns elementos para se debater as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Passando pelas primeiras iniciativas do poder público no país, que tiveram início ainda nos anos 1980, discutem-se as políticas públicas brasileiras na área, à luz dos avanços trazidos pela criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, e pela promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006.

A questão da violência contra as mulheres tem adquirido visibilidade em todo o mundo. Ao abordarmos a questão da “violência contra as mulheres”, também por vezes denominada como “violência doméstica” ou “violência conjugal”, nos referimos, primordialmente, àquela estabelecida nas relações privadas, íntimas e de afeto. Trata-se da violência que ocorre no interior das residências e/ou nas relações amorosas, afetivas, de namoro e casamento, entre outras. Não é mais nenhuma novidade, hoje, que os homens correm mais risco de sofrer violência no mundo público (ruas, bares, trânsito, etc) e em situações envolvendo pessoas desconhecidas, enquanto as mulheres, ao contrário, estão mais sujeitas à violência em suas próprias casas e em situações que envolvem pessoas conhecidas.

A violência contra as mulheres configura-se como um problema persistente tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, atingindo as mulheres de forma ampla, independentemente da raça, classe social e idade. A persistência da violência contra as mulheres é reconhecida, no século XXI, como um problema de saúde

pública, um desafio ao sistema judicial, ao Código Penal e às instituições de defesa de direitos, graças à mobilização mundial de mulheres e feministas.

Os movimentos feministas foram bem sucedidos, a nível global, em estabelecer parâmetros legais para estimular políticas de proteção e prevenção à violência. Assim, a questão do enfrentamento à violência contra as mulheres tornou-se parte da agenda pública nacional, regional e internacional. Como ponto central dessa agenda, destaca-se a criação ou a consolidação de instituições responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas para as mulheres, assim como de enfrentamento à violência que atinge especificamente a parcela feminina da população.

A emergência de estruturas institucionais de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres expressa a compreensão de que o privado deve ser considerado na esfera política e, em consequência, de que o privado e o público não podem ser vistos como esferas separadas. Mas, principalmente, esta nova percepção fortalece o princípio de que *a violência doméstica e familiar é uma violação dos direitos humanos das mulheres*.

O tema da violência contra as mulheres foi um marco do feminismo brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, representando a ruptura com a visão corrente de que a vida privada não seria regulada pelo poder público. Teve início, na década de 1970, amplo movimento pela defesa da vida das mulheres e pela punição dos assassinos, em face do assassinato de Angela Diniz por Doca Street, em 1976. A morte de Angela e a libertação de seu assassino levantaram o clamor das mulheres, que se organizaram em torno do lema “quem ama não mata”. Assim, chamaram atenção para o fato de que milhares de mulheres morriam todos os anos nas mãos de maridos, namorados ou ex-parceiros, nos denominados “crimes passionais”. Outras tantas sofriam inaceitáveis agressões cotidianas físicas e psicológicas nos seus lares. A cultura da violência contra as mulheres passou a ser publicamente confrontada (Blay, 2008). Como afirmou Machado,

foi a denúncia do caso extremado do poder de vida e de morte dos homens sobre suas mulheres, e não a crítica à violência cotidiana e crônica contra as mulheres, a tônica capaz de repercutir na opinião pública e nas elites da época (2010, p.17).

Neste período, mulheres envolvidas em espaços pioneiros de resistência da sociedade civil organizada reivindicaram a tomada de consciência do Estado acerca da violência por parte de companheiros, maridos e amantes em nome da “honra” e do “amor”. Um dos principais desdobramentos dessa luta foi a demanda por políticas públicas que visassem coibir a violência contra as mulheres e promover a igualdade entre homens e mulheres na sociedade (Bandeira, 2009).

Em 1985, destacou-se a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) na cidade de São Paulo, a partir da qual se instituíram várias outras em cidades e capitais do país. A política de criação das DEAMs teve como uma de suas principais motivações responder à demanda do movimento feminista e de mulheres por uma ação mais vigorosa por parte do Estado, e representou um ganho político significativo, na medida em que tornou o Estado responsável pela coibição da violência contra as mulheres.

Segundo Machado, houve grande expectativa dos movimentos de mulheres sobre os resultados da intervenção das DEAMs, uma vez que, esperava-se, contribuíssem para “erradicar o valor da violência contra a mulher, combinando ações de repressão e punição dos agentes de atos violentos, a cuidados com as vítimas e a uma ampla prevenção” (2010, p.17). A estrutura criada para oferecer atenção às mulheres em situação de violência, entretanto, ao longo das últimas décadas, ainda deixa a desejar, tanto no que concerne à quantidade como em relação à qualidade dos serviços ofertados. Evidenciou-se, ainda, que o atendimento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, e encaminhamento às casas-abrigo em caso de ameaça à integridade física, não esgotaram as demandas de atendimento, prevenção e punição à violência contra as mulheres.

Em face dos desafios apresentados, identificou-se a necessidade cada vez maior de se fortalecer os mecanismos existentes, envolvendo os órgãos do judiciário, e articular políticas públicas para as mulheres em situação de violência. Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, as ações governamentais voltadas para as mulheres ganharam um novo foco, buscando uma atuação coordenada do poder público, nas três esferas de governo. Tais pressupostos também

foram essenciais para a consolidação de uma nova forma de se integrar as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Vale ressaltar a importância da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), criada especificamente para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, também uma conquista do movimento feminista no país e da própria Secretaria de Mulheres (Romeiro, 2009). O conceito de violência disposto na Lei, nos termos da Convenção de Belém do Pará (1994), define a violência familiar e doméstica contra a mulher como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher” (Art.1º).

Não são poucas as mudanças que a Lei Maria da Penha introduziu, tanto na tipificação dos crimes de violência contra a mulher quanto nos procedimentos judiciais e da autoridade policial: definiu a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos; alterou o Código Penal e possibilitou que agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada quando ameaçarem a integridade física das mulheres. Previu, ainda, inéditas medidas de proteção para aquelas em situação de agressão, como o afastamento do agressor do domicílio, a proibição de sua aproximação física tanto da mulher quanto dos filhos e o direito de reaver seus bens e cancelar procurações ou demais documentos em nome do agressor. Além disso, estabeleceu mais rigor na punição às agressões acabando com as penas alternativas que, no passado, condenavam o agressor apenas a pagar cestas básicas ou multas (penas pecuniárias). Também modificou a Lei de Execuções Penais, permitindo que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e de re-educação.

É importante lembrar que essa Lei previu, em seu Artigo 9º, que

a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente, quando for o caso.

Estabelece ainda, no seu artigo 35º que

a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar; II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar; III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar; IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar e V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Assim, o dispositivo legal formalizou e reforçou a responsabilidade dos governos – em especial as esferas estaduais e municipais – na implementação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e na articulação de uma rede intersetorial de atendimento às mulheres em situação de violência.

Por fim, vale ressaltar o impacto que a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 1º de janeiro de 2003, teve nesse processo. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres deu início a um processo de integração das políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, tanto a nível nacional – com a articulação intersetorial e transversal das políticas – quanto a nível estadual e local, tendo por base as diretrizes propostas pelo Governo Federal (Bandeira e Bittencourt, 2005).

Em 2004, foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que deu origem ao I Plano Nacional de Políticas para Mulheres, cuja vigência compreendeu os anos de 2004 a 2007. O I PNPM tem como um de seus eixos estratégicos o *Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, a partir do qual se consolidaram as bases da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Vale notar que a questão do enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher foi mantida como um eixo temático na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007, assim como no eixo estratégico do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que compreende os períodos de 2007 a 2011.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi instituída com a finalidade de estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e

combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional.

Dentre os principais objetivos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres estão: o fortalecimento de uma rede integrada de serviços de assistência à mulher; a capacitação dos profissionais que atuam em toda a Rede de Atendimento; a promoção de alterações legislativas e o estímulo para mudanças na prática do Judiciário, além de ações que visam a inserção das mulheres no mundo do trabalho e o fortalecimento da sua autonomia. Outra dimensão fundamental da política refere-se às intervenções no campo da educação e da cultura que propiciam a mudança de atitude da sociedade frente à violência contra as mulheres.

Em agosto de 2007, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte da Agenda Social do Governo Federal. Tal pacto consiste em um acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros, para o planejamento de ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional. Tem por finalidade atuar na prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos das mulheres em situação de violência, tendo sido estruturado em quatro grandes áreas: i) consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; ii) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; iii) combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e iv) promoção dos direitos humanos das mulheres em situação prisional.

Houve adesão, de 2007 até o momento (2010), de 23 estados de todas as regiões do país, a saber: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Apesar de o governo do Estado Rio Grande do Sul não ter assinado, 102 municípios o fizeram. Afora esses, os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul fizeram o Projeto Integral Básico, que representa um planejamento de ações de enfrentamento à violência contra a mulher, e deve conter um diagnóstico do fenômeno no

estado – tanto no que se refere às ocorrências de violência como no que diz respeito aos serviços existentes, definição dos municípios-polo (visando garantir a capilaridade da rede) e as ações a serem executadas em cada eixo do Pacto¹.

O Pacto Nacional inclui ações de responsabilidade da União, dos estados e dos municípios. As ações de competência União são a realização de campanhas nacionais, tais como a Campanha de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta e a Campanha Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres; a responsabilidade sobre o funcionamento da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)², a Ouvidoria/SPM e os seminários e capacitações nacionais.

As ações de competência estadual referem-se à criação/reaparelhamento de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias Especializadas, Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Mutirão de Assistência Jurídica Integral às Mulheres em Situação de Prisão; capacitação e campanhas estaduais. Por fim, cabe à esfera municipal a responsabilidade pela criação/reaparelhamento de serviços especializados (Centros de Referência da Mulher e Casas-Abrigo), serviços de saúde, assistência social e campanhas locais e temáticas.

A construção do Pacto partiu da concepção de que o enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher só será possível com a implementação de ações integradas, organizadas em áreas estruturantes e pautadas na intersectorialidade e na atuação em rede.

A constituição da rede de atendimento (Leocádio, 2006) busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, cujo enfrentamento perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, cultura, entre outros. Os serviços especializados – ou seja, aqueles que atendem exclusivamente mulheres e possuem *expertise* na questão da violência contra as mulheres – são os seguintes: Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Centros

¹ Posteriormente à realização deste seminário, em dezembro de 2010, o Distrito Federal assinou o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, somando-se às 23 adesões estaduais.

² A Central de Atendimento à Mulher Ligue 180 é um serviço oferecido pela SPM com o objetivo de receber denúncias ou relatos de violência, reclamações sobre os serviços da rede e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para os serviços quando necessário.

Especializados de Assistência Social, serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Vale ressaltar que a Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres refere-se à atuação articulada entre as instituições e serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento. Assim, inclui agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimentos de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.); serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura); e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência).

Neste sentido, evidencia-se a estratégia da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que vem fomentando a criação de novos órgãos (secretarias locais de políticas para as mulheres), serviços (como Centros de Referência, as Defensorias da Mulher) e a articulação de Redes para a assistência às mulheres em situação de violência. Assim, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres deixaram de se restringir às áreas da segurança e assistência social, buscando envolver diferentes setores do Estado e da sociedade.

Embora possamos identificar avanços, relacionados à ampliação da intervenção pública para o atendimento e prevenção da violência contra as mulheres, essa ainda permanece como imenso desafio às políticas públicas nacionais. As estruturas institucionais requerem investimentos técnicos e humanos consideráveis, incluindo aqueles que envolvem capacitação e aparelhamento. As Redes, por sua vez, representam um número cada vez maior e mais diverso de atores e atrizes governamentais e não governamentais atuando no enfrentamento à violência contra as mulheres, mas tais iniciativas que devem ser cada vez mais consolidadas, para não correrem o risco de se esvaziar.

Por fim, cabe lembrar que a sociedade civil não pode abrir mão do seu papel de monitorar o cumprimento da Lei Maria da Penha e demais dispositivos legais avançados que o país dispõe. As Universidades, por exemplo, são atores-chave nesse movimento de mudança de mentalidade e de comprometimento com a igualdade entre homens e mulheres, os direitos humanos e a não-violência. É isso que esperamos desse debate.

Referências

- Bandeira, L. (2009) Três Décadas de Resistência Feminista contra o Sexismo e a Violência Feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n 2, p 401-438, maio/ago. Brasília: Ed UnB.
- Bandeira, L. Almeida, T. M. C de & Campelo, E. (2006), orgs. Brasília, AGENDE, 2006. (Cadernos Agende, v.6) Bandeira, Lourdes e cols.. *Políticas Públicas e Violência contra as Mulheres: metodologia de capacitação de agentes públicos*. Brasília: Agende.
- Bandeira, L.& Bittencourt, F. (2005). Desafios da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas Brasileiras. Em Swain, T. N. & Muniz, D. do C. (orgs.). *Mulheres em Ação: Práticas Discursivas, Práticas Políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres (p. 360). Belo Horizonte: PUC Minas,.
- Blay, E. (2008) *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*. São Paulo:USP. Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Ed. 34.
- Brasil (2009). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA. Avanços e Desafios da Transversalidade nas Políticas Públicas Federais voltadas para Minorias. Em *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas* v. 03 (pp. 779-796). Brasília: Ipea.
- Brasil. *Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
- Brasil (2007a). Presidência da República. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Mimeografado.
- Brasil (2007b). Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). *Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher – Agenda Social – 15 de agosto de 2007*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Mimeografado.
- Brasil (2007). Presidência da República. *Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Balanço das Ações do Pacto 2006-2007*. Brasília.
- Brasil (2008). Presidência da República. *Portaria SPM nº 34, de 17 de junho de 2008*. Institui a Câmara Técnica do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Brasília.

- Brasil (2009a). Presidência da República. *Portaria SPM nº 23, de 31 de março de 2009*. Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para a implementação e execução das ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no exercício de 2009. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Brasil (2009b). Presidência da República. I PNPM 2005-2007: Relatório Final de Implementação. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Brasil (2010). Presidência da República. *Com Todas as Mulheres, Por Todos os seus Direitos*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Leocádio, E. & Libardoni, M. (2006) (orgs.). *O Desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência* (p.186). Brasília, Agende.
- Machado, L. Z. (2010). *Feminismo em movimento*. São Paulo: Francis.
- Romeiro, J. (2009). A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da “violência conjugal” no Brasil. Em Moraes, A. e Sorj, B.. *Gênero, Violência e Direitos na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

8. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero

Jaqueline Gomes de Jesus

Universidade de Brasília

Mesa Redonda

Reconstruindo corpos, reinventando gênero

Este texto foi escrito a partir da palestra ministrada na mesa redonda “Reconstruindo Corpos, Reinventando o Gênero”, na qual foram tratados os temas da transexualidade como fenômeno identitário, dos limites discursivos do dimorfismo e dos desafios clínicos e investigativos da intersexualidade. Na ocasião, fui convidada para integrar a referida mesa e abordar a questão transexual, como pesquisadora de movimentos político-identitários como os de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (doravante denominados LGBT). Essa abordagem, apesar de acadêmica, foi permeada por uma perspectiva ético-política particular.

Inicialmente, apresentarei algumas reflexões sobre a categoria gênero e a busca pela adequação do corpo ao gênero identificado. Por quê? A compreensão das diferenças entre sexo e gênero ainda são demasiadamente acadêmicas, significando essa colocação que ainda não foram apropriadamente absorvidas e adaptadas, pela sociedade, nos seus instrumentos legais e burocráticos.

Identifico essa lacuna em detalhes que são expressivos para quaisquer cidadãos, como o de que o sexo ainda é uma obrigação nas carteiras de identidade, crachás, frequências, contracheques, entre outros documentos oficiais, já o gênero é uma variável inutilizada, senão confundida com o próprio conceito de sexo. No caso prático e para o cotidiano dos homens e mulheres travestis e transexuais, isso incorre em sofrimento e negação de direitos.

Assim, nessa circunstância encontram-se, por exemplo, pessoas com aparência feminina e que se reconhecem como do gênero feminino obrigadas, por razões estritamente legais, a serem identificadas em organizações públicas e privadas por sexos que não coadunam com a sua identidade pessoal e social, com sua vivência cotidiana,

com o tipo de relacionamento social que vivem e sequer com sua aparência. Nesse ponto, a Lei, por meio de seus executores, nega direitos fundamentais a homens e mulheres que vivenciam a transexualidade, tais como o direito à dignidade, mas principalmente o direito à identidade, uma identidade que não é provisória ou lúdica, apesar dos estereótipos e pré-juízos em contrário.

Sexo não é Gênero

A sociedade¹ costuma generalizar suas concepções de mundo a partir da crença de que o sexo seja algo universal, binário (macho e fêmea) e globalizante das identidades e papéis sociais, essa não é uma verdade. Consideremos a posição da ciência biológica, para a qual somente algumas espécies (sexo não é universal) dividem-se em duas ou mais categorias (sexo não é necessariamente binário) complementares que podem combinar o seu material genético para reprodução, denominadas “sexos”, e ser fêmea ou macho em uma espécie pode significar papéis totalmente inversos em outras (Roughgarden, 2005).

Apesar de erroneamente ser confundida e amplamente utilizada como sinônimo de sexo, conforme crítica de Dawkins (2007), o gênero é uma categoria que se refere ao conjunto de características que definem diferenças sociais entre homens e mulheres (Money, 1955).

Sendo assim, conforme entendem Louro (1998, 2000), Oliveira (1998), Scott (1995; 1998) e Segato (1997), o conceito de gênero é relacional e político, pois independe das bases biológicas, como o sexo, e determina, entre os seres humanos, papéis que eles exercem na sociedade, o que, ressalte-se, de forma alguma se restringe à sexualidade.

Nesse aspecto, a famosa frase de Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo* (Beauvoir, 2009), de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (v. 2, p. 9), apesar do contexto sociológico particular em que foi concebida, bem caracteriza a questão do gênero e pode ser utilizada para nos introduzir à discussão sobre as pessoas transexuais, que tal como os ditos homens e mulheres biológicos, vivem a construção de suas identidades masculinas ou femininas no dia-a-dia.

Ainda hoje há quem diga ou escreva, desavisadamente, que pessoas transexuais “nasceram homens/mulheres e viraram mulheres/homens”... Ora, todos os seres humanos nascem com um sexo e se tornam alguém de um gênero igual ou diferente

1 Refere-se constantemente, neste texto, à sociedade ocidental de tradição cultural judaico-cristã.

desse sexo, não apenas as pessoas transexuais. O raciocínio acima criticado é fruto, portanto, de um estereótipo. É preciso estar ciente de que não é especificidade das mulheres e homens transexuais adequarem os seus corpos para serem, externamente, o que são internamente.

O posicionamento teórico a que orienta esta discussão, é o de que as pessoas transexuais adéquam o corpo ao gênero de forma autônoma e disassociada com o sexo. As identidades pessoais e sociais de mulheres e homens transexuais, diferentemente das de mulheres e homens biológicos, não estão de acordo com o que socialmente se esperaria de seus sexos, ou mais especificamente, de seus órgãos genitais.

Prefere-se aqui utilizar-se o termo “transexualidade” ao comum “transexualismo”, porque esse, definido pela 10ª edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10)² como um “transtorno de identidade sexual” (F.64.0³), reitera uma perspectiva patologizante da vivência particular de homens e mulheres transexuais, enquanto aquele termo (transexualidade), apesar de remeter a sexo, não se refere a práticas sexuais ou a sexualidade, mas à vivências identitárias de gênero.

Na presente reflexão são compreendidas como transexuais, em consonância com a definição de Bento (2008), quaisquer pessoas que buscam reconhecimento social e legal para o gênero com o qual se identificam. Nesse sentido, são conceituadas como “cisgêneros” as pessoas cuja identidade de gênero está de acordo com o seu sexo biológico (Jesus, 2010).

O termo “transexual”, apesar de ter sido concebido pelo médico Magnus Hirschfeld (1868 – 1935), pioneiro na luta pelos direitos de pessoas LGBT em geral, dentro de sua noção de “travesti”, que incluía toda a variedade de pessoas transgênero atualmente reconhecidas (travestis⁴, transexuais, *crossdressers*⁵), foi cunhado e internacionalmente reconhecido a partir do trabalho do sexólogo Harry Benjamin (1966), que entendia a origem dessa questão a partir de desordens endocrinológicas e hormonais.

2 Publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

3 Definição literal do CID-10: “Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado” (OMS, 2008).

4 Travestis são aqui entendidas como pessoas que vivenciam papéis de gênero diferentes de seu sexo, mas que não necessariamente se reconhecem como pessoas do gênero vivenciado.

5 *Crossdressers* são aqui definidas com pessoas, em geral homens heterossexuais cisgêneros casados, que eventualmente vivenciam papéis de gênero diferentes de seu sexo, mas que não necessariamente se reconhecem como pessoas do gênero vivenciado ou como travestis.

Onde o gênero se coloca no contexto da transexualidade? Ele é central, quando se compartilha com Judith Butler (1993; 2003) a noção de que o primado do sexo biológico não se impõe sobre o gênero que se produz discursivamente, o reconhecimento de que o ideal normativo do sexo é incapaz de explicar a pluralidade de identidades de gênero identificadas ao longo da História da humanidade.

Ao contrário do senso comum e do pensamento científico ortodoxo, estritamente biológico e reducionista, entende-se que não é o fato de ter nascido com um órgão genital masculino que define uma pessoa como masculina e, portanto, como homem. Tampouco o oposto.

No paradigma de que se está tratando, pode-se aceitar a existência, por exemplo, de um elenco de seres humanos outrora inimagináveis ou inaceitáveis: 1) mulheres com pênis; 2) homens com vagina; 3) homens femininos; 4) mulheres masculinas; 5) pessoas assexuadas; 6) pessoas intersexuais não cirurgiadas; etc.. E compreende-se que eles, na sua diversidade, podem ser felizes como são, porque a fisiologia não os restringe, apenas os particulariza.

Políticas de Exclusão, Demandas de Inclusão

A partir das concepções científicas acima expostas, de cunho biopsicossocial, conclui-se que as demandas das pessoas transexuais pelo reconhecimento social e legal de suas identidades não é, conforme vulgarmente se considera, “invenção”, “loucura” ou “bobagem”.

São, isso sim, reivindicações dignas de uma população que, mais além do aspecto político que se possa atribuir, são psicológica e socialmente tão mulheres e tão homens quanto aqueles que, respectivamente, possuem ovários ou testículos, vaginas ou pênis, porque tanto essas pessoas quanto aquelas tiveram suas identidades como homens e mulheres construídas independentemente do tipo de gametas que produzem (óvulos ou espermatozoides).

Entretanto, apesar dos ideais de igualdade, fraternidade e liberdade herdados da Revolução Francesa, nem todas as pessoas são tratadas igualmente, como seres humanos. Pode-se, aqui, elencar a gama de dimensões da diversidade apontadas por Loden e Rosener (1991), constituintes da identidade social primária dos indivíduos, a qual, porém, não é valorizada em sua variedade, a exemplo dos estereótipos, do

preconceito e da discriminação com enfoque em raça/etnia, gênero, orientação sexual, geracional e habilidade física, entre outras.

Com relação especificamente ao gênero, vivencia-se o reducionismo dessa dimensão ao sexo biológico, cada vez mais questionado pela prática cotidiana e pela reflexão de alguns grupos sociais, entre os quais, além das mulheres biológicas, o das pessoas transexuais que lutam pelo reconhecimento sociolegal do gênero com o qual se identificam.

O que se testemunha nos tempos atuais é o auge de uma concepção restrita da transexualidade, a qual restringe essa condição a uma patologia e essas pessoas a seres abjetos, para os quais procedimentos cirúrgicos trarão a “cura”, conforme critica Bento (2006; 2008).

Observa-se que mesmo alguns laudos médicos ou psicológicos são guiados por protocolos que excluem do “diagnóstico” transexual pessoas que, apesar de adequarem o seu corpo (prefere-se esse termo ao simplista “modificarem”, como já se explicou anteriormente) ao seu gênero, por meio de hormônios ou de roupas, não desejam passar por cirurgias de redesignação sexual, também denominadas “de transgenitalização”.

Ao contrário do que possa parecer, tal prática não condiz *ipsis literis* com o pensamento original do desenvolvedor dos procedimentos clínicos para identificação e atendimento a pessoas transexuais, Harry Benjamim, porque, sobre o procedimento cirúrgico em pessoas transexuais, ele considerou que

não significa que se deva fazer a cirurgia em qualquer caso, pois há casos em que tal cirurgia mais tarde causa arrependimento, algumas vezes muitos anos depois. Muitos transexuais podem também viver bem sem cirurgia enquanto estão sendo tratados com hormônios e podem se vestir conforme o sexo desejado (mais precisamente: verdadeiramente sentido). Ao mesmo tempo, alguma psicoterapia deveria ser providenciada. Como eu disse, isso pode ser, ocasionalmente, uma solução tolerável⁶ (Haeberle, 1985).

Como efeito imediato da concepção excludente acima exposta, diferente da apresentada no parágrafo anterior, reconhece-se na legislação e nos procedimentos de saúde que

6 Tradução livre a partir deste trecho literal: “It does not follow that one should perform surgery in every case, because there are cases in which such surgery is later regretted, sometimes many years later. Many transsexuals may also manage without surgery as long as they are being treated with hormones and can wear the clothing of the desired (more precisely: truly felt) sex. At the same time, some psychotherapy should be provided. As I said, this can occasionally be a tolerable solution”.

eventualmente se voltam para as pessoas transexuais um profundo desrespeito à sua autopercepção e uma tentativa de domínio sobre suas identidades, por meio do controle sobre o direito ao reconhecimento legal de seu gênero e sobre o próprio processo de intervenção corporal, considerando-se a hormonioterapia e procedimentos plásticos ocasionalmente necessários, dependendo do indivíduo, tais como lipoaspiração, eletrólise ou depilação a laser, raspagem do pomo-de-adão e a própria cirurgia de transgenitalização, entre outros.

O Código Civil Brasileiro⁷, que vigora desde 11 de janeiro de 2003, é explícito ao afirmar, em seu artigo 13º, que, “salvo por exigência médica, é defeso⁸ o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes”. Esse posicionamento, aparentemente cauteloso, pode ser utilizado como obstáculo à plena vivência da identidade de gênero por parte de homens e mulheres transexuais, e precisa ser refletido em relação às demandas dessa população e à possibilidade de contribuição de diferentes profissionais de saúde, não apenas médicos (assistentes sociais, fonoaudiólogos, psicólogos, entre outros)⁹, para o enfrentamento às diferentes dificuldades de uma sociedade como a nossa.

Um dos aspectos da exclusão estrutural de pessoas travestis e transexuais é o não atendimento delas, em suas particularidades, pelas políticas de Estado. Isso pode ser especialmente notado no caso das mulheres transexuais, e mesmo das travestis, excluídas de apoio oficial junto a Delegacias da Mulher, e sem amparo garantido pela Lei Maria da Penha¹⁰, o que redundava em casos de violência cometidos por parceiros, os quais se vêem livres para agredir, dados as raras chances daquelas mulheres serem plenamente atendidas pelas delegacias especializadas¹¹ e o horror de serem ridicularizadas ou mesmo novamente agredidas em outras delegacias.

Essa é uma realidade denunciada ao longo de décadas pelo antropólogo Luiz Mott (1996; 1999; 2000; 2001; Mott, Cerqueira & Almeida, 2002; Mott & Cerqueira, 2003), e se relaciona dramaticamente a atos discriminatórios como estes:

7 Lei 10.406/2002.

8 Proibido.

9 Um relato aprofundado da heterogeneidade de serviços no Brasil que atendem às demandas de mulheres e homens transexuais, e sua limitação ou mesmo precariedade, dependendo da localização, pode ser encontrado no artigo do professor Guilherme Almeida (2010).

10 Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

11 Na prática, as Delegacias da Mulher que não atendem mulheres transexuais ou travestis defendem, implicitamente, que as mulheres biológicas têm mais direito à vida e à dignidade do que as outras mulheres. Essa prática contraria o sentimento mais elementar de humanidade.

Me inscrevi (sic) numa agência de empregos pela internet. Formada em Processamento de Dados e com três anos de jornalismo, fui bem recebida e não tive problemas para que meu currículo fosse aceito. Na mesma semana me ligaram porque uma empresa estava necessitando com urgência de uma profissional com meu perfil e experiência. A encarregada disse que a vaga era minha. Mas quando eu contei que era transexual, a encarregada mudou o tom e disse que talvez a empresa não me quisesse porque eu estava há mais de um ano sem registro na carteira. Apesar de ter registro na carteira com mais de quatro anos e ter uma carta de apresentação propícia para o cargo, a atendente disse que a empresa não ia me aceitar e que não poderia mais falar comigo porque a ligação do celular era muito cara. E desligou! (Wonder, 2008, p. 22).

Fui convidada pela novíssima escola de samba Acadêmicos de São Paulo para ser destaque (...), numa referência explícita à compositora Chiquinha Gonzaga. E convidaram-me para representá-la (...). Ao chegar à concentração, o presidente da escola, Denis Albert, me levou diante da escola e comunicou-me que eu não sairia mais como destaque (...). Fui chamada para dar entrevista para um canal de televisão e o jornalista me recebeu eufórico, elogiando meu sucesso. Eu agradeci, mas, quando ele ouviu minha voz e percebeu que eu era uma trans, esfriou como uma pedra de gelo. Na mesma hora me deu as costas e começou a entrevistar as outras pessoas. Falou com todo mundo, menos comigo (...), o fato de eu ser trans desmereceu todo o meu desempenho (Wonder, 2008, p. 101-102).

...no Paraná, os homens têm que tirar foto de terno e gravata (para retirada de carteira de identidade), e como as travestis têm nome masculino na identidade, os funcionários têm exigido o uso de terno e gravata (Mott & Cerqueira, 2003, p. 165).

28-06-2001 – Sarita relatou que estava sendo ameaçada por um rapaz do seu bairro, Itinga, que prometeu dar-lhe uma surra (Mott, Cerqueira & Almeida, 2002, p. 134).

Situações desumanizadoras consideradas menores, que poderiam ser dispensáveis, como o não atendimento ou o desrespeito ao gênero identificado, são em geral decorrentes de uma atitude alienada ante a documentações que se restringem ao nome civil e ao sexo, tornando-se condição *sine qua non* do cotidiano de pessoas transexuais, que são violentadas psicológica, moral e fisicamente. Esses homens e mulheres não querem apenas o direito a cirurgias, ou somente a corrigirem seus registros civis, querem respeito e cidadania.

Considerações Finais sobre Protagonistas e não Objetos

Dignidade. Essa palavra é um direito continuamente negado a mulheres e homens transexuais pelo poder público, um dos vários representantes de uma sociedade excludente, na qual não se espera que as pessoas sejam o que são, mas sejam o que se espera delas.

Apesar dos óbices, as pessoas às quais se refere esta discussão lutam dignamente, no seu cotidiano e na pluralidade de realidades que vivenciam, para serem tratadas com o mínimo de respeito por serem como são, apesar de toda a adversidade psicossocial ou física, que esse posicionamento corajoso possa acarretar.

Entre as demandas que se podem considerar mais urgentes para, ao menos, estimular alguma modificação do comportamento social corrente frente às pessoas travestis e transexuais, e responsabilizar o Estado atualmente ausente, listam-se a necessidade de garantir:

1. Direito ao uso do nome social e do tratamento pelo gênero identificado mesmo quando não há mudança do registro civil;
2. Direito à adequação do registro civil ao nome social e ao gênero identificado;
3. Direito às mulheres transexuais e travestis ao atendimento nas Delegacias da Mulher;
4. Direito de pleno acesso a sanitários femininos, sem restrições ou criação de espaços guetificados como banheiros “específicos”;
5. Direito a acompanhamento completo, psicológico, endocrinológico, psiquiátrico, entre outros, quando atendidas em serviços públicos voltados à transgenitalização;
6. Direito à aparência e ao uso de vestimentas adequadas ao seu gênero nos diferentes ambientes de trabalho;
7. Direito a uma escola que, mesmo tendo preconceitos, respeite e busque entender e valorizar a diversidade.

São, aí, ao menos sete direitos elementares a que as pessoas transexuais não têm acesso. Eis, objetivamente, alguns dos desafios a serem enfrentados. Enfim, identifica-se uma lacuna, nesta discussão, que futuramente poderia ser preenchida, quanto a uma reflexão, a partir de uma perspectiva acadêmica para além dos modelos meramente biologizantes, dos novíssimos movimentos político-identitários das pessoas Intersexuais e das Assexuadas.

Referências

Almeida, G. S. (2010). Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento. Em M. Arilha, T. S. Lapa e T. C.

Pisaneschi (Orgs). *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: Oficina Editorial.

- Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Benjamim, H. (1966). *The transsexual phenomenon*. New York: Julian Press.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limit of sex*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dawkins, R. (2007). *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Haeberle, E. J. (1985). The transatlantic commuter. *Sexualmedizin*, 14. Acessado em 15 dez. 10. Disponível em http://www2.hu-berlin.de/sexology/GESUND/ARCHIV/TRANS_B5.HTM.
- Jesus, J. G. (2010). *O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho LGBT*. Tese de Doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Loden, M. & Rosener, J. (1991). *Workforce America!: managing employee diversity as a vital resource*. Homewood: Business One Irwin.
- Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado – pedagogias da sexualidade* (pp. 7-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Money, J. (1955). Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: Psychologic findings. *Bulletin of the Johns Hopkins Hospital*, 96, 253–264.
- Mott, L. & Cerqueira, M. (2003). *Matei porque odeio gay*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.
- Mott, L. (1996). *Epidemic of hate: violation of human rights of gay men, lesbians and transvestites in Brazil*. San Francisco: IGLRHC.
- Mott, L. (1999). *Homossexuais da Bahia: dicionário biográfico*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.
- Mott, L. (2000). *Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil, 1999*. Salvador, Editora Grupo Gay da Bahia.
- Mott, L. (2001). *Causa mortis: homofobia*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.
- Mott, L., Cerqueira, M. & Almeida, C. (2002). *O crime anti-homossexual no Brasil*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.
- Oliveira, P. P. (1998). Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, 6(1), 91-111.
- OMS. (2008). *Código Internacional de Doenças – CID 10*. Acessado em 15 de abril de 2010, em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm>.
- Roughgarden, J. (2005). *Evolução do gênero e da sexualidade*. Londrina: Planta.

- Scott, J. W. (1995). Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Scott, J. W. (1998). Ponto de vista: entrevista com Joan Wallach Scott. *Estudos Feministas*, 6(1), 114-124.
- Segato, R. L. (1997). Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Sociedade e Estado*, 12(2), 235-262.
- Wonder, C. (2008). *Olhares de Cláudia Wonder: crônicas e outras histórias*. São Paulo: Summus Editorial.

9. Mulheres, eleições e políticas sociais

Lúcia Avelar

Departamento de Ciências Políticas - UnB

Mesa Redonda

Relações de Gênero: a política, o direito e a história

Introdução

Na campanha eleitoral de 2010 para o cargo de presidente da República, duas candidatas conquistaram, no primeiro turno, mais de 60% dos votos. O resultado do pleito mostrou a preferência dos eleitores por uma candidata à Presidência. O número de mulheres eleitas para os cargos de deputadas estaduais e federais foi o mesmo das eleições de 2006, em um claro descompasso entre as preferências para a Presidência e para os legislativos federal e estaduais. A nosso ver, o descompasso não é casual, e é também um desafio isolar os fatores que concorrem para que, mesmo em uma eleição com muito maior visibilidade das mulheres para cargos políticos de alta competitividade, isso não seja suficiente para alterar a já conhecida subrepresentação das mulheres na política formal.

Este texto explora ideias sobre o referido descompasso e levanta algumas evidências sobre *mulheres e eleições* e *mulheres e partidos*, e argumenta que, apesar da disparidade no campo eleitoral e da quase invisibilidade das mulheres nos partidos, é indiscutível seu avanço no campo dos direitos nos últimos 20 anos, na legislação relacionada com família, saúde, trabalho e previdência (Htun, 2002).¹ Apesar dos obstáculos, as gestões no campo das políticas sociais para que a sua implementação leve em conta a problemática do gênero já aparecem como uma nova frente do trabalho político das mulheres. Uma frente já discutida em publicações recentes, apontando como

¹ Ver também texto de Jacqueline Pitanguy disponível em: www.eclac.org/mujer/proyectos/governabilidad/documentos/pitanguy.pdf

as políticas sociais podem reafirmar os papéis tradicionais das mulheres na sociedade ou podem influenciar na conquista de sua autonomia e independência (Orloff, 2009).

Mulheres, gênero e eleições

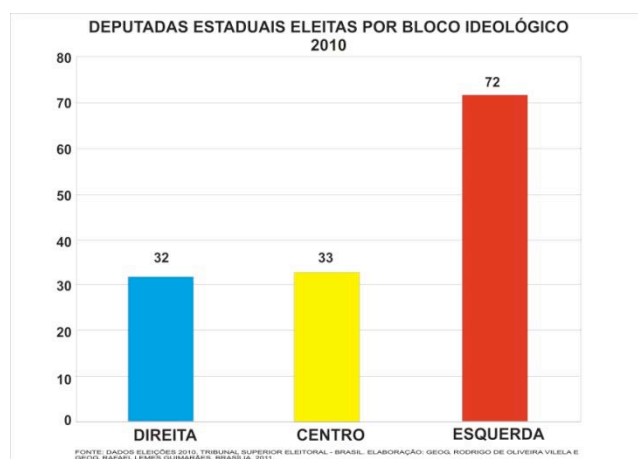
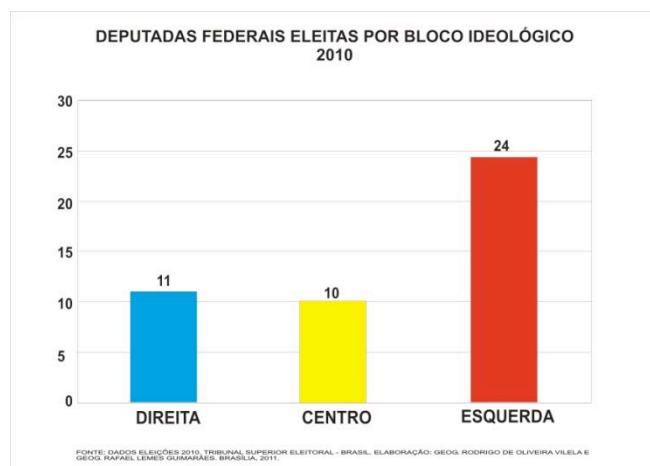
“A opinião pública não se confunde com o eleitorado...”,
afirmava o político mineiro Milton Campos.

No início da década de 1980, com base nos dados eleitorais da Pesquisa sobre as Eleições Municipais Brasileiras (Idesp/SP, 1982), lançávamos duas questões sobre o comportamento eleitoral das mulheres: a) as mulheres participam menos na política, têm menos interesse, se comparadas com os homens? b) as mulheres são politicamente mais conservadoras do que os homens? (Avelar, 1989).

As perguntas sobre a baixa participação política das mulheres e o seu menor interesse foram retiradas da bibliografia norte-americana (Almond & Verba, 1963, entre outros), e, sobre o conservadorismo político feminino, utilizamos o clássico estudo de Maurice Duverger (1955).

Questões semelhantes continuam sendo objeto de pesquisa em muitos países, como mostra o estudo recente de Inglehart e Norris (2010). Ainda presente o *modern gender gap*, expressão usada para analisar a relação entre gerações e preferências políticas. Encontrou-se que as mulheres mais velhas votam mais à direita, ao passo que as mais jovens, ligadas aos movimentos feministas e ao pós-materialismo, são mais progressistas. Dada a natureza das variáveis envolvidas na pesquisa, concluíamos que as mulheres mais jovens, com mais alta escolaridade e que trabalhavam fora de casa, constituíam o segmento progressista e mais à esquerda do quadro político. Quase trinta anos depois, muitas dessas mulheres fazem política em movimentos e associações da sociedade civil, socializando as mais jovens, o que, por hipótese, influencia os resultados eleitorais dos últimos anos, claramente mais favoráveis aos partidos de esquerda. Não temos em mãos um teste de hipótese da relação entre associativismo e número de votos para este ou aquele partido, mas é plausível atribuir o crescimento dos partidos de esquerda ao crescimento do associativismo político (Avritzer, 2004). Os movimentos, de

modo geral, e os movimentos de mulheres formam uma base corporativa com influência no processo eleitoral, ao darem suporte para este ou aquele candidato ou partido.



A maior presença de mulheres nos partidos de esquerda não é acaso². Mesmo que nem todas as candidatas e eleitas por tais partidos sejam ativistas feministas radicais, ou da chamada 'social-democracia do sul', a maioria transita em um ambiente de esquerda nos movimentos da sociedade civil. Os partidos de esquerda não são especialmente sensíveis às demandas feministas, mas o são em maior medida do que os partidos de

² Um estudo realizado por Simone Bohn mostrou que nas eleições municipais as mulheres se candidatam e se elegem por partidos de todas as tendências, sejam eles de direita, centro ou esquerda. Ver: www.seer.fclar.unesp.br

centro ou de direita, que simplesmente as desconhecem e, sem sombra de dúvida, acabam confinando-as nas seções ‘mulheres’. Os partidos de esquerda congregam mais mulheres, até mesmo com alas de mulheres feministas bem estruturadas – é o caso do PPS. Nos demais, a situação é de invisibilidade, de competitividade desigual de gênero, e a expectativa dessas mulheres é que se abram outros canais na relação entre Estado e sociedade, além dos partidos, para que elas conquistem reconhecimento na política. Em entrevista à autora, uma das mais expressivas militantes feministas do Brasil avaliou a situação das mulheres no seu partido: “temos de repetir mil vezes para nossos companheiros que nós estamos presentes e que temos uma história de articulação de interesses muito antiga, jamais agregada nos partidos” (Rodrigues, 2007).

Alguns governos mais à esquerda têm permitido o acesso de mulheres em seus quadros, como diz Hildete Pereira de Melo, editora da revista *Gênero*, da Universidade Federal Fluminense: “em 121 anos de República, o Brasil teve apenas dezoito mulheres ocupando cargos ministeriais, onze delas nos dois mandatos de Lula”. Assim, também, esses partidos têm implementado alguns direitos sociais, até então pouco tratados pelos governos de corte conservador ou liberal. Mas as mulheres ainda não alcançaram nessa área a influência desejada, de modo que a implementação de tais direitos leve em conta a abordagem de gênero, como discutiremos adiante.

Esta é uma discussão instigante: como, historicamente, os partidos de esquerda estiveram lado a lado com os movimentos de mulheres sem nunca terem abraçado as reivindicações de suas companheiras políticas? Além disso, foi ali, onde houve alguma abertura – entre os trabalhadores, intelectuais, militantes da Igreja católica progressista, entre as várias correntes do socialismo –, que as mulheres encontraram alguma receptividade³. Um debate pertinente é a conexão entre as correntes de pensamento e os projetos políticos dos partidos da direita, do centro e da esquerda. É o que trataremos de argumentar brevemente.

Conservadores, liberais e progressistas.

Com a ressalva de que os partidos políticos brasileiros são, em sua maioria, clientelísticos e não programáticos, é possível identificar, em linhas gerais, orientações que diferenciam as agremiações partidárias e seus líderes como conservadores, liberais e

³ A discussão histórica pode ser lida em Elley, 2010.

progressistas ou ‘de esquerda’. Às agremiações partidárias correspondem eleitores cujas posições são identificadas como conservadoras (Pierucci, 2008; Nishimura, 2009), radicais, outros que cabem na designação de ‘liberal’, e ainda outros, os progressistas ou de esquerda, em um arco amplo que abriga as mais variadas tendências ideológicas (Elley, 2005).

Os trabalhos de Nisbet (1987) e Mannheim (1986) são fartamente citados como referências para o estudo do pensamento conservador e do conservadorismo. Para o conservador, a terra, a hierarquia social, a autoridade forte, a ordem, a história e a tradição são traços de uma sociedade estável. A desigualdade social é importante para garantir a existência de elites – econômicas, políticas e culturais –, que têm função estabilizadora na sociedade. A proteção social deve ser de caráter privado e informada pela caridade cristã ou pela filantropia. “As direitas” – assim chamadas as posições que se identificam com o conservadorismo –, alinhadas em numerosos partidos, no geral apresentam tendências políticas anti-igualitárias pelo temor de que os valores universalistas de ‘igualação’ ameacem o respeito a autoridade, propriedade privada, família e tradição (Deutsch, 2005).

As mulheres conservadoras, como eleitoras, votam nos partidos ‘das direitas’; como candidatas, defendem as práticas da política tradicional brasileira; como representantes, não se aliam aos movimentos sociais de mulheres nem aos movimentos feministas, e dão suporte a movimentos como “Tradição, Família e Propriedade” e *Opus Dei*. Um exemplo na história política brasileira é o da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, para depor João Goulart, um político ‘esquerdista’.

Os partidos de orientação liberal, um rótulo único para uma diversidade de correntes de pensamento, vêm merecendo a atenção de pesquisadores, particularmente na América Latina (Morresi, 2008; Deutsch, 2005). Há relativo consenso quanto a um conjunto de posicionamentos que cabem na designação de ‘liberal’, a igualdade entendida como a igualdade formal; a economia do *laissez-faire* com uma autoridade estatal que intervenha na economia para equilibrar o bom funcionamento das atividades do mercado, a privatização de empresas estatais, a focalização dos gastos públicos em saúde, educação e infraestrutura; a desregulamentação da legislação trabalhista e os investimentos diretos do estrangeiro.

O feminismo liberal se apoia nas correntes do liberalismo e nele encontra a solução para as desigualdades de gênero. Pode ser entendido como uma corrente de pensamento

fundada na promoção dos valores individuais, como a autonomia e a igualdade. Grande parte dos debates teóricos ocorre entre acadêmicos norte-americanos e europeus, e reverbera sobre os estudiosos brasileiros e latino-americanos. Entre muitas referências, destacamos o debate entre Carole Pateman, apoiando-se no liberalismo de Locke (Cyfer, 2010), e Marta Nussbaum, estudiosa de Kant e Mill (Torres, 2000; Cyfer, 2010). Elas exemplificam aqui a diversidade das correntes teóricas do liberalismo político influenciando as teorias feministas contemporâneas. Alvarez (2010), marcando as diferenças para a América Latina, insiste na necessidade dos estudos de caso que explorem nossas singularidades, sem as influências imperialistas norte-americanas e europeias.

O *feminismo de esquerda* nasceu com os movimentos que se organizaram à luz das revoluções políticas na Europa dos séculos XIX e XX. É também dali que já se observava o descaso com os interesses das mulheres nos movimentos e partidos de esquerda. Eley (2005) explora o distanciamento entre o discurso e a prática: as mulheres socialistas eram aquelas que cuidavam da casa e criavam filhos socialistas. A pressão sobre as mulheres não era diferente nas famílias burguesas. Apenas nos períodos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial as mulheres recebiam auxílios dos Estados enquanto seus maridos lutavam. Em 1916, uma senhora inglesa afirmava que “é bom demais para ser verdade, uma libra por semana e meu marido longe...”, exultando por sua autonomia temporária.

Desde o início o feminismo esteve nos partidos e movimentos de esquerda, mas a esquerda não esteve no feminismo (Delphy, 2010). *Je t’aime... moi non plus*. Segundo o depoimento de uma feminista das décadas de 1970 e 1980 e membro de uma ONG feminista desde os anos 90, “foram os movimentos e as ONGs que viabilizaram o trabalho político das feministas, pois, para um grande número de mulheres, não havia nenhuma possibilidade de introduzir nossas preocupações nos partidos políticos” (Rodrigues, 2007).

Além da defesa dos valores individuais, o feminismo de esquerda luta pela expansão dos direitos sociais, pela instituição de políticas sociais que atuem contra a reprodução social da hierarquia de gênero (Orloff, 2010). Um argumento é o de que as políticas de Estado tendem a responder diferentemente às demandas por direitos sociais: os homens são vistos como trabalhadores, e as mulheres, como esposas ou mães, gerando, desse modo, programas sociais ‘masculinos’ e ‘femininos’. Como veremos

adiante, os avanços no campo das análises de políticas sociais sob a perspectiva de gênero acumulam, hoje, um amplo conjunto de pesquisas e se abrem como um novo campo de estudo (Béland, 2009; Orloff & Palier, 2009).

As redes de mulheres se multiplicaram focadas em temas, com bons resultados alcançados (Htun, 2002). É por isso que importa a origem ideológica das mulheres eleitas. Temos exemplos de eleitas pela origem familiar e oligárquica – nunca pertenceram a movimentos sociais. Outras, ancoradas nos movimentos e ONGs feministas, vêm constituindo bancadas femininas de ação transformadora. Realizam a intermediação de interesses para que cheguem ao sistema político as preocupações das mulheres. Abrem caminho para feministas acadêmicas terem acesso ao parlamento e à burocracia, para a coleta de informações depois divulgadas nos seus trabalhos. Realizam seminários e audiências públicas com a presença de parlamentares, homens e mulheres, associações da sociedade civil e estudantes, por exemplo. Mesmo que os *lobbies* feministas ajam suprapartidariamente no Parlamento, seu trabalho seria mais promissor caso aumentasse a bancada feminina, com representantes ligadas aos movimentos.

Mulheres, gênero e os partidos

Estudos recentes têm trabalhado com a hipótese de que as mulheres têm mais oportunidade nos partidos programáticos e relativamente burocratizados, o que corresponde a dizer que, nos partidos clientelísticos e pouco estruturados, é mais difícil a entrada das mulheres (Caul, 2010). Os achados de pesquisas realizadas em democracias industriais avançadas mostram que os partidos centralizados preferem lançar candidatos com alto grau de capital político baseado em *status* pessoal ou com suporte de grupos exteriores aos partidos. Porém, os partidos de esquerda, ao abraçarem ideologias igualitárias, são mais sensíveis à fiança de candidaturas femininas. Há que diferenciar a velha esquerda e a nova esquerda. Esta é mais ligada aos movimentos de mulheres e, assim, apresenta maior número de mulheres ativistas e candidatas. O sistema eleitoral também influencia, porque as listas pré-nominadas permitem a eleição de maior número de mulheres (Caul, 2010, p.159). Finalmente, o crescimento no número de mulheres trabalhando nas seções internas dos partidos e a presença de regras formais para aumentar a presença feminina são condições que contribuem para que os partidos ampliem a participação das mulheres.

No caso brasileiro, com uma história de partidos regionais e oligárquicos, algumas

mulheres ascenderam à política pela via das relações familiares. Basta dizer que nossa primeira prefeita, Alzira Soriano, eleita em 1929, antes da conquista do voto pelas mulheres, foi a candidata apontada por um parente próximo. Com todos os obstáculos encontrados pelas mulheres lideranças de movimentos, é em um partido como o Partido dos Trabalhadores –PT, burocratizado e programático, que se encontra o maior número de candidaturas femininas e de mulheres eleitas.

Mulheres, gênero e políticas sociais

Os direitos das mulheres são uma coleção de temas, cada um dos quais é tratado diferentemente pelo Estado e por outras instituições interessadas em dar suporte a eles ou em recusar sua promoção (Htun, 2010). Alguns dos direitos reprodutivos – o aborto, por exemplo – apresentam uma dinâmica muito mais conflitiva. O divórcio, um direito de outra natureza, teve amplo suporte dos homens na fase de negociação da lei. Já os direitos que podem modificar o *status* da mulher na sociedade – educação de jovens, salários, aposentadorias, profissionalização das mulheres, transferência de renda, serviços de proteção às pessoas dependentes –, direitos que correspondem às políticas do Estado de bem-estar, encontram-se precariamente implementados e, quando o são, não incorporam a perspectiva de gênero (Orloff, 2005), podendo, em alguns casos, reafirmar a hierarquia dos papéis sociais de homens e mulheres.

Os debates sobre o tema tomam como referência os modelos históricos conhecidos, como os variados tipos de *welfare state* dos países da Europa Ocidental. Ali, diversos modelos foram adotados, como os de natureza universalista e igualitária (países escandinavos) ou os de natureza assistencial (Grã-Bretanha): neste caso, os direitos são dirigidos para as pessoas inseridas formalmente no mercado de trabalho. Tais realidades vêm sendo estudadas particularmente nesta primeira década do século XXI, quando os estudos de políticas sociais, sob a perspectiva de gênero, vêm oferecendo abordagens teóricas e metodológicas alternativas aos modelos analíticos tradicionais. Com a lente do gênero, as análises podem influenciar os implementadores das políticas, os políticos e a burocracia pública, com impacto positivo contra as desigualdades entre homens e mulheres. É grande o número de cientistas sociais que destacam a importância de os estudiosos do *mainstream* dialogarem com os que trabalham sob a perspectiva do gênero (Béland, 2009; Orloff, 2010; Orloff & Pallier, 2009; Htun, 2005).

No Brasil, nos últimos 20 anos, foram muitos os avanços no campo dos direitos por força da ação de *lobbies* feministas no Legislativo federal, nas áreas da Previdência Social (como aposentadorias e salários-maternidade das mulheres trabalhadoras urbanas e rurais, licença-gestante, férias anuais remuneradas), no campo do Trabalho (sendo o Estado obrigado a proteger a mulher no mercado de trabalho), na Saúde e no planejamento familiar (com destaque para os sucessivos movimentos e lutas para a descriminalização do aborto) e na Família (obrigações e direitos iguais para homens e mulheres na família, e proteção contra a violência doméstica). Para uma lista das conquistas das mulheres após a Constituinte de 1988, ver o Relatório do Cfemea sobre as atividades dos últimos 20 anos⁴.

Já no campo dos direitos sociais que têm impacto sobre a condição da mulher na sociedade, os avanços obtidos são menores. Para Guacira (2010), há 20 anos trabalhando e institucionalizando os trabalhos de *lobbies* de gênero, “para enfrentar as desigualdades de gênero, seria fundamental adotar medidas que repercutissem sobre a divisão sexual do trabalho e a dupla jornada, obstáculos concretos à autonomia econômica das mulheres. Para tanto, a universalização da educação infantil é peça essencial. Se as ações governamentais não incorporam a perspectiva de gênero, nem de raça, acabam reproduzindo as desigualdades geradas pelos sistemas patriarcais e escravocratas”.

A política do Bolsa Família, implementada no governo Lula (2003-2010), fulcro de numerosas análises,⁵ recebeu pouca atenção de pesquisadores que utilizam a abordagem de gênero nas políticas sociais. Uma dessas, de Mariano e Carloto (2009), conclui que “o modo como o Bolsa Família atua em Londrina cria mecanismos que minimizam a responsabilidade dos homens e produzem a responsabilização das mulheres com o cuidado de crianças e adolescentes. Ao fazê-lo, contribui para a cristalização dos papéis de gênero”.

Uma pesquisa de Lavinias e Cobo com mulheres beneficiárias do Bolsa Família, na cidade de Recife, conclui afirmando a aspiração da maioria das entrevistadas em

4 Publicado em www.cfemea.org.br

5 O Bolsa Família faz parte dos estudos sobre Renda Básica. O último congresso internacional foi realizado em São Paulo, em junho de 2010, na FEA/USP. Consultar o programa, os temas e os participantes em www.bien2010brasil.com.

31 Ver www.bienbrasil2010.com

conseguir a inserção no mercado de trabalho e conquistar sua autonomia. A transferência direta de renda é importante, mas não garante a sua independência.

O esforço agora é apresentar algumas palavras de conclusão. Por que não pensarmos juntos uma agenda de pesquisa? Um tema importante é a relação das mulheres com os partidos, procurando mais explicações sobre os fatores que concorrem para a *não* aceitação das mulheres em condições de igualdade.

Diante da evidência de que são os partidos de esquerda que mais aceitam candidaturas femininas, redundando em maior número de eleitas, é preciso identificar as características de lideranças que mantêm contato com os movimentos de mulheres.

O desafio que salta aos olhos, após esta breve discussão, é como chegar às instâncias da burocracia pública, naqueles Ministérios que tratam de orçamentos e da implementação de direitos sociais, de modo que se estabeleça um vínculo entre os políticos, os gestores e os *lobbies* feministas, para que a perspectiva de gênero seja adotada nas políticas sociais. Os estudos que começam a brotar na área de 'gênero e o Estado', poderão ajudar na implementação de políticas sociais que levem em conta a realidade das mulheres, um caminho estimulante e promissor, pessoal e institucionalmente, e importante para as nossas áreas disciplinares.

Referências

- Almond, G. & Verba, S. (1963). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.
- Alvarez, S. (2010). Translating the global: effects of transnational organizing on local feminist discourses and practices in Latin America. Em M. L. Krook & S. Childs (orgs). *Women, gender, and politics: a reader* (pp.63-70). Oxford: Oxford University Press.
- Avelar, L. (1989). *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas (SP): Ed. Unicamp.
- Avritzer, L. (2004). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Béland, D. (2009). Gender, ideational analysis, and social policy. *Social Politics: international studies in gender, state and society*, v.16, n.4, pp. 558-581, Winter.
- Caul, M. (2010). Women's representation in Parliament: the role of political parties. Em M. L. Krook & S. Childs (orgs). *Women, gender, and politics: A reader* (pp.159-166). Oxford: Oxford University Press.
- Cyfer, I. (2010). Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero, em Carol Pateman & Martha Nussbaum. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.18, n.36, jun.

- Delphy, C. (2010). *O conceito de gênero*. Em Dicionário Crítico Feminista. São Paulo: Ed. Unesp.
- Deutsch, S. (2005). *Las derechas: la extrema derecha en la Argentina, el Brasil y Chile*. Quilmes: Ed. Universidad Nacional de Quilmes,.
- Duverger, M. (1995). *La participation des femmes à la vie politique*. Paris: ONU.
- Elley, G. (2005). *Forjando a democracia*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Guacira. (Entrevista). Disponível em: [www.Entrevista_Guacira_CFEMEA_\(Eleições\)](http://www.Entrevista_Guacira_CFEMEA_(Eleições)).
- Htun, M. (2001). Puzzles of Women's in Brazil. *Social Research*, v.69, n.3.
- Htun, M. (2005). What it means to study Gender and the State. *Politics & Gender*, v.1, n.1, Fall.
- Htun, M. (2010). Sex and the State in Latin America. Em M. L. Krook, & S. Childs, (orgs.). *Women, gender, and politics: A reader* (pp. 267-276). Oxford: Oxford University Press.
- Inglehart, R. & Norris, P. (2010). The developmental theory of the gender gap: women's and men's voting behavior in global perspective. Em M. L. Krook & S. Childs (orgs.), *Women, gender, and politics: A reader* (pp.127-134). Oxford: Oxford University Press.
- Mannheim, K. (1986). O pensamento conservador. Em Martins, J. de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. 2.ed. São Paulo: Hucitec.
- Mariano, S. A. & Carloto, C. M. (2010). *As mulheres nos Programas de Transferência de Renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdade de gênero*. Disponível em: www.sinteseeventos.con.br/BIEN/pt/index.htm
- Mariano S. A. & Carloto, C. M. (2009). Gênero e combate à pobreza: programa Bolsa Família. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.17, n.13, set.-dez..
- Morresi, S. (2008) *La nueva derecha argentina* (La democracia sin política). Buenos Aires: Ed. Biblioteca Nacional; Universidad Nacional General Sarmiento.
- Nisbet, R. (1987). *O conservadorismo*. Lisboa: Estampa,.
- Nishimura, K. (2009). *Paradoxos da experiência democrática brasileira: conservadorismo na sociedade e apoio à democracia*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas (SP).
- Orloff, A. (2009). Gendering the comparative analysis of welfare states: an unfinished agenda. *Sociological Theory*, v.27, p.317-343, Sept.
- Orloff, A. (2010). Gender in the Welfare State. Em M. L. Krook & S. Childs (orgs.). *Women, gender, and politics: A reader* (pp. 305-312). Oxford: Oxford University Press..
- Orloff, A & Adams, J. (2005). Defending modernity? High politics, feminist anti-modernism, and the place of gender. *Politics & Gender*, v.1, n.1, Fall.
- Orloff, A; & Palier, B. (2009). The power of gender perspectives: feminist influence on policy paradigms, social science and social politics. Project MUSE. *Social politics: international studies in gender and society*, v.16, n.4, Winter.

Pierucci, A.F. (2008). *Ciladas da diferença*. São Paulo: Ed. 34.

Pitanguy, J. (1996). Movimento de mujeres y políticas públicas en Brasil. Em Lycklama, G., Vargas, V. & Wieringa, S. (orgs). *Triângulo de Poder*. Bogotá: Tercer Mundo.

Rodrigues, A. Entrevista a Lúcia Avelar, 2007 (mimeo).

Torres, M. S. El liberalismo de M. Nussbaum: comentário al libro *Sex and social justice*, de Martha Nussbaum. *Ius et Praxis*, Santiago de Chile, v.6, n.1.

10. A transversalidade da categoria Gênero nas Ciências Sociais e Humanas

Tânia Mara Campos de Almeida
Departamento de Sociologia – UnB

Mesa Redonda

Campo de Gênero: olhar interdisciplinar

Com o advento das Ciências Sociais e Humanas, a ideia sobre o ser humano deixou de se centrar na noção de indivíduo determinado pela biologia, passando à noção do ser humano constituído pela posição que ocupa num quadro de relações sociais estabelecidas a partir da cultura e da história. Contudo, um aspecto que não sofreu alteração até pouco tempo foi o de que este ser humano, enquanto conceito universal de indivíduo, seria o do sexo masculino gerado na Modernidade. Os/as cientistas sociais voltaram sua atenção para diversas categorias sociais, como aquelas resultadas da experiência social realizada na produção econômica, na vinculação à classe social, na inserção religiosa, na nacionalidade, dentre outras, mas não se ocuparam das definidas pela experiência social pautada pela diferença sexual – seja como construção organizadora de modos de ser e modelos de e para comportamentos, seja como variável de pertencimento dos sujeitos, uma vez que as reflexões acerca dos indivíduos do sexo masculino em idade produtiva, brancos, burgueses e heterossexuais, eram generalizadas a todas as pessoas (Hurtig & Pichevin, 1985).

“Gênero”, então, emergiu na academia como uma categoria para se falar sobre essa dimensão da vivência humana não reconhecida e problematizada nas Ciências Sociais e Humanas, após diversas conquistas e pressões dos movimentos feministas e de mulheres em diferentes sociedades. Várias foram as abordagens e os entendimentos a ela associados, tantos que Louis (2006) chega a um número incontável de significados que lhe são atualmente atribuídos e afirma, portanto, não se tratar de um conceito único.

Sua inteligibilidade e uso estão associados a campos teóricos e políticos específicos, o que permitirá determinadas análises e aplicações do termo ao se eleger uma perspectiva, e não outra. Na verdade, a própria categoria insere-se num jogo de forças entre tradições acadêmicas e políticas que visam legitimar, cada uma, suas respectivas definições.

Grosso modo, emprego “gênero” nesta exposição para me referir a relações de poder que, inicialmente, foram focadas entre homens e mulheres e que, agora, se estendem a distintos grupos sociais. Refere-se a relações sociais que estruturam toda cena social, enquanto se apresenta como uma grande metáfora das formas de subordinação, das disposições hierárquicas, das situações de dominação e sujeição, estando elas baseadas nas diferenças sexuais, étnico-raciais, regionais ou em qualquer outra. Afinal, “gênero” perpassa e funda originariamente toda a gama de estruturas, identidades sociais e de subjetividades individuais.

Breve Histórico da Categoria Gênero

Foi preciso a mobilização dos movimentos feministas e de mulheres, no final dos anos 60 e início dos 70 do século passado, para se explicitar que sexo é fator estruturante dos processos de percepção, ação e explicação da realidade social, bem como da identidade social e da discriminação inter e intragrupos. O peso da história das relações entre homens e mulheres, das construções que definem o masculino e o feminino, e a maneira como elas interferem na vida cotidiana e na organização social, são algumas das razões que conferem ao gênero um estatuto empírico e analítico que ultrapassa os quadros dos modelos estabelecidos e as fronteiras disciplinares.

As proposições teóricas produzidas pelas Ciências Sociais e Humanas contribuíram decisivamente para a disseminação da importância que a categoria “gênero” adquiriu ao longo do tempo, e em diversos nichos de saber. No entanto, há que se levar em conta o fato de tais proposições terem sido respostas à demanda dos movimentos feministas e de mulheres de se fazer a crítica ao essencialismo, isto é, de desnaturalizar a condição feminina com intenção prática e política. Logo, essa marca originária deve estar sempre presente nas perspectivas acadêmicas ora adotadas para que, de fato, se esteja utilizando gênero em sua concepção mais produtiva.

Do século XIX até aproximadamente meados do século XX, teria dominado a teoria da igualdade, por meio da qual se defendia a noção de um sujeito universal, onde os pensamentos contestadores se preocupavam em superar distinções de classe social, mas

não de sexo. A partir dos anos 60, com a revitalização do(s) feminismo(s), associado(s) entre outras, a mudanças cruciais do comportamento reprodutivo humano, percebe-se uma tentativa de busca e afirmação de uma identidade própria à mulher. Naquele momento, as distinções entre “sexo e gênero” começavam a fazer sentido, passando a serem consideradas justapostas ao binômio “natureza e cultura”. Sexo, então, tornou-se o plano da natureza, sendo-lhe atribuídas as características tidas como inatas dos seres humanos (fatos congênitos, constantes, imutáveis, por exemplo: ser fêmea ou macho). Já gênero associou-se ao plano da cultura, equivalendo-se aos fatos construídos, adquiridos, mutáveis. A denominação de mulheres e homens, portanto, corresponderia à dimensão cultural, plural, apreendida e variável de cada um/a de nós.

Essa foi uma fase de afirmação do(s) feminismo(s), que tentou elucidar, compreender e construir o que seria uma “identidade feminina” oposta à outra “masculina”, considerando a categoria “Mulher” no singular e no maiúsculo. A ideia de “diferença” adotada na época possuía um caráter binário e produtor de dicotomias. Mulheres foram consideradas diferentes dos homens e, mesmo, seus opostos – não mais como outros excluídos. Elas tornaram-se indivíduos diferenciados, que deviam ser incorporados ao modelo analítico das teorias sociais a partir da(s) sua(s) diferença(s) em si, e não a partir das suas semelhanças aos homens.

Ao longo dos últimos 40 anos, a palavra gênero vem sendo utilizada com o propósito de desfazer a ligação entre as mulheres e a dita natureza e, assim, viabilizar, simbólica e praticamente, a equidade entre elas e os homens. Gênero é, principalmente, uma palavra politizada, um instrumento para produzir efeitos na sociedade, como afirma Mireya Suárez (2000). Porém, gênero também é um termo de grande utilidade para delimitar objetos de pesquisa e analisar as diversas situações sociais, em especial aquelas de opressão entre os grupos sociais e no seu interior. Além de ser um instrumento desconstrutivo, gênero é uma categoria que serve para distinguir, classificar e descrever as dinâmicas e cenas sociais (sua utilização empírica), bem como é útil para explicar as relações que se estabelecem intra e intergrupos (seu emprego analítico).

Nos anos 70, publicaram-se vários trabalhos, nas Ciências Sociais e Humanas, que examinavam a ligação existente entre a naturalização das mulheres e seu baixo prestígio social em relação aos homens. Um dos expoentes foi o de Sherry Ortner (1979) que, em razão do maior envolvimento do corpo feminino com a função reprodutiva, as mulheres

A transversalidade da categoria Gênero nas Ciências Sociais e Humanas 104

Tânia Mara Campos de Almeida

seriam percebidas como sujeitos menos culturais que os homens e, portanto, com reduzida capacidade de transcender suas restrições biológicas. Ou seja, na dicotomia “natureza X cultura” e, evidentemente, aos significados atribuídos aos dois polos, se encontrou o modelo para tornar inteligíveis as diferenças sexuais e legitimar as desigualdades entre homens e mulheres (Suárez, 2000).

Se o problema encontrava-se nos significados atribuídos aos sexos, seria necessário criar uma palavra que expressasse o fato das pessoas não possuírem apenas genitálias de macho e fêmea, mas significados socioculturais. Como subversão, então, a esse modelo dicotômico, matriz do pensamento dominante no senso comum e nos meios científicos, propôs-se o sistema sexo/gênero, que passou a designar a construção social da feminilidade e da masculinidade, do ser mulheres e homens.

A partir da segunda metade da década de 70, o termo gênero surge com Gayle Rubin (1975) como a contrapartida cultural do sexo biológico, só que ainda se baseia no par “cultura X natureza”. Então, sexo passa a ser usado apenas para falar de diferenças biológicas entre machos e fêmeas, enquanto gênero faz referência às estruturas e representações sociais, culturais e psicológicas que se impõem a tais diferenças.

Revisando Criticamente a Categoria Gênero

A desconstrução do determinismo biológico para se compreender e legitimar a vida social teve efeitos substanciais em diversas áreas de conhecimento, na medida em que estimulou a reflexão e fez aparecer problemas nas teorias clássicas. Esse exercício constante de se revisar o próprio pensamento, levando-o às suas limitações, também fez da matriz sexo/gênero seu alvo de críticas. Seu ponto mais inconsistente encontra-se na argumentação de que a distinção entre a natureza e a cultura não é dada e, portanto, não é universal. Tal dicotomia tem funções cognitivas de enormes benefícios, juntamente com as funções de domínio, tornando-se um modo de classificar e explicar a realidade, bem como oferecendo inteligibilidade e indicando as intervenções sobre suas propriedades e possibilidades. De acordo com Suárez (2000), suas funções de domínio se ligam a essas propriedades e possibilidades porque, dependendo do campo em que algo ou alguém seja situado, é-lhe concedida autonomia e mudança ou, ao contrário, subordinação e imutabilidade. Desse modo, corpo e sexualidade passam a ser naturalizados, assim como mulher era emoldurada na matriz precedente. Corpo e sexualidade continuam sendo

vistos sem história, movimento, pluralidade entre mulheres e homens, em suas diferenças étnico-raciais, geracionais, de classe etc..

Ao escolher analisar apenas o aspecto de gênero, ignorando outros participantes da formação da identidade, se congelava e isolava o sujeito dos contextos em que se insere. Cada contexto deve ser analisado de forma integrada, por atuar simultânea e correlacionadamente com outros aspectos da identidade das pessoas. Ao não se considerar marcadores como os de raça e classe, por exemplo, eram apagadas diferenças fundamentais de identidade. A exclusão desses recortes permitiu sustentar o falso pressuposto de que existiria algo que “caracterizasse” a totalidade das mulheres. Isso conduziu a velhas ciladas: à nova tendência a essencializar, que é tão debatida pela literatura feminista. Ainda se estava operando no modelo da teoria tradicional de sujeito universal: agora não o humano geral, mas o feminino e o masculino.

Em suma, os primeiros estudos de gênero, inseridos no modelo de influência cultural, partiam da premissa de que o corpo anátomo-fisiológico seria uma espécie de substrato vazio ao qual a cultura se superpõe, modelando e conformando o impulso ou pulsão sexual à sua maneira, uma vez que a sexualidade de machos e fêmeas seria universal e biologicamente determinada. Já nos estudos feitos a partir de teorias e epistemologias construtivistas e/ou *queer* (por exemplo, Butler, 1993 e 1997), o campo do sexual, do erótico ou das sensações do corpo é efeito de elaborações socioculturais. Nesse sentido, é importante identificar as mediações, os vínculos que, em cada momento histórico e em cada grupo, definem o que seja sexual e de que modo tal significado se articula com as classificações de gênero. Não há, portanto, algo inerente à fisiologia ou psiquê humana que seja substrato universal sobre o qual a socialização opera, privilegiando-se o pressuposto da radical arbitrariedade do que venha a ser sexual.

Desse modo, há diferentes e interrelacionados níveis na constituição da pessoa, que constroem, qualificam, e tornam perceptível o seu gênero. O fundamental nesse enfoque é seu caráter não essencializador, desnaturalizador, dessubstancializador. Isto quer dizer que o horizonte da natureza não é considerado como determinante do que se entende – em uma tradição sociocultural – por homem e mulher, masculino e feminino, assim como as expectativas de comportamento relativas à orientação sexual, à atitude erótica e aos papéis sociais desempenhados não estão presas a um plano biológico, mas

se erigem das interações da cultura, da socialização e dos desejos individuais (Segato, 2003).

Por isso há a possibilidade de se apreender gênero como uma tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições de saúde, linguísticas, domésticas, dentre outras, que produzem permanentemente corpos-homens e corpos-mulheres, bem como sentidos identitários (Lauretis, 1987). Uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade como matriz, que conferirá sentido e realidade às diferenças genitais, consiste em cultivar a ideia e as práticas de que os corpos estão classificados em dois sexos diferentes, complementares, hierarquizados entre si, com disposições heterossexuais “naturais”. Por meio das reiterações contínuas das normas, os gêneros são incorporados performaticamente aos corpos. O gênero adquire vida nos sinais, nos textos, nos gestos, nos sentimentos, nas roupas, enfim, numa estilística definida como apropriada, dando a falsa ideia de naturalidade ao corpo. Nesse processo, certos códigos ganham a força da naturalização por referendarem o binarismo; outros são sistematicamente rechaçados.

É significativo, portanto, que a perspectiva inter e transdisciplinar dos estudos de gênero, que tratam sobre a subalternidade no mundo contemporâneo, a partir dos anos 90, tomam a hierarquia de gênero, a subordinação feminina, enquanto um protótipo a partir do qual se pode compreender melhor o fenômeno do poder e da sujeição nas sociedades. É uma marca atual o fato de que linhas das Ciências Sociais, Filosofia, Análise do Discurso, Literatura Comparada, Psicanálise e Ciências Políticas, por exemplo, passaram a ver no gênero uma abertura para se entender e formular os processos inerentes a todo tipo de subordinação.

Referências

- Butler, J. (1993). *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. London: Routledge.
- Butler, J. (1997). *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection*. London: Stanford University Press.
- Hurtig, M-C. & Pichevin, M.-F. (1986). *La différence des sexes: questions de Psychologie*. Paris: Tierce, Science, 1986.
- Lauretis, T. (1987). *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction. (Theories of Representation and Difference)*. Indiana University Press.

- Louis, M.V. (2006). “Diga-me: o que significa gênero?” Em *Sociedade e Estado*, BSB, v. 21, n. 3, p. 711-724.
- Ortner S. (1979). Está a mulher à natureza assim como o homem para a cultura? Em Rosaldo, M. & Lamphere, L. (1979). *A Mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rubin, G. (1975). The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. Em Reiter, R. (ed), *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press.
- Segato, R.L. (2003). *Las estructuras elementales de la violencia – ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Universidad Nacional de Quilmes.
- Suarez, M. (2000). Gênero: uma palavra para desconstruir idéias e um conceito empírico e analítico. Em Silvia, K. (org.). *Gênero no mundo do trabalho: I Encontro de Intercâmbio de Experiências do fundo de Gênero no Brasil*. Brasília: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional.

11. Intersexualidade: desafios clínicos e investigativos

Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo

Instituto de Psicologia
Universidade de Brasília

Mesa Redonda

Reconstruindo Corpos, reinventando gênero

Ao longo das duas últimas décadas, pesquisadores do Laboratório de Saúde e Desenvolvimento Humano (Labsaudes) da Universidade de Brasília vêm investigando questões do contexto da saúde – associadas a gênero – cujos parâmetros conceituais, metodológicos e éticos impõem desafios no plano clínico e no plano investigativo (Araujo, 2007; Araujo, Oliveira & Arrais, 2007).

Inicialmente, os trabalhos desenvolveram-se na esfera assistencial, com o acompanhamento psicológico de pacientes internados na enfermaria do Serviço de Cirurgia Pediátrica do Hospital Universitário de Brasília (HUB), os quais eram submetidos a múltiplos exames laboratoriais e cirúrgicos para definição mais precisa do diagnóstico e da conduta terapêutica a ser adotada. Cabe ressaltar que, em alguns casos, crianças e adolescentes eram admitidos após uma longa história de internações e dificuldades assistenciais.

Tendo em vista as necessidades de atendimento integral identificadas naquela época, algumas intervenções também passaram a ser realizadas no espaço físico do Ambulatório de Pediatria, organizando-se os cuidados em três eixos principais: a) avaliação psicológica do paciente; b) entrevistas com os pais/responsáveis; e c) reuniões de discussão com o restante da equipe de saúde (Araujo, Tamayo & Lima, 1996; Lima, 1994).

Naqueles casos em que os dilemas terapêuticos apontavam a importância de um atendimento ainda mais abrangente e extenso (por exemplo, pacientes em fase de puberdade e adolescentes), providenciava-se o encaminhamento para o Centro de Atendimento Ensino e Pesquisa (Caep) do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Paralelamente a essas atividades assistenciais, foram empreendidas pesquisas sobre o tema, notadamente acerca da aquisição de identidade de gênero e desempenho de papel de gênero, tomada de decisão terapêutica, manejo clínico, percepção e participação do paciente e dos pais, formação e treinamento de equipe.

Segue-se uma breve revisão destas investigações, sendo que a maior parte foi divulgada em Monografias de Estágio Bacharel (Gay, 1997; Lima, 1994; Tamayo, 1996), Dissertação de Mestrado (Santos, 2000) e Tese de Doutorado (Santos, 2006).

Assim, em um estudo de caso de um paciente com seis anos de idade e diagnóstico de pseudo-hermafroditismo masculino, realizaram-se entrevistas com os familiares, aplicação do teste projetivo da figura humana com a criança e observação em situação lúdica semiestruturada. Constatou-se que a percepção parental em relação ao sujeito não era negativa. Entretanto, de modo geral, a criança mostrou-se confusa em relação a sua identidade de gênero, apresentando preferências por brinquedos e/ou brincadeiras com estereótipos femininos, sem deixar de empenhar-se em atividades socialmente determinadas para o sexo masculino (Araujo & Santos, 1999a).

Uma análise ampliada de casos estudados, a partir de um enfoque metodológico semelhante, indicou que, apesar da percepção parental não ser desfavorável, as queixas se concentravam em comportamentos avaliados como agressivos para pessoas do gênero feminino, segundo os pais (Araujo & Santos, 1999b).

Um levantamento em duas instituições hospitalares do Distrito Federal identificou 24 pacientes com diagnóstico de hermafroditismo verdadeiro, pseudo-hermafroditismo masculino ou feminino, porém apenas sete foram localizados. O estudo envolveu entrevistas com as mães, em esquema de visita domiciliar. Os resultados revelaram uma concepção parcial e fragmentada da condição intersexual vinculada a problemas hormonais, genéticos, gonadais e físicos. As dúvidas referiam-se ao temor de uma ‘mudança’ de gênero no futuro. Na maioria dos casos, a decisão quanto à designação sexual foi tomada somente pela equipe médica. Os pais manifestaram ansiedade em relação à fertilidade dos filhos, bem como culpabilidade pela ‘transmissão’ da condição de intersexualidade. Vale destacar, que a demanda de atendimento focalizava-se em aspectos orgânicos, sendo necessário, portanto, uma sensibilização para a abordagem de questões de ordem afetiva, inclusive em prol de uma melhor tomada de decisão cirúrgica (Araujo & Santos, 2000; Santos & Araujo, 2000a).

Visando aprofundar a compreensão da intervenção psicológica junto a esta clientela específica, conduziu-se um estudo com quatro profissionais de diferentes instituições de saúde, localizadas nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do país. Também foram entrevistados três psicólogos, pioneiros nesta modalidade de atendimento, com o intuito de retratar historicamente a evolução da conduta clínica no Brasil. Constatou-se que, apesar dos avanços alcançados desde as primeiras intervenções sistemáticas, ainda hoje persistem importantes limitações no atendimento: dificuldades relacionadas à inserção do psicólogo na equipe de saúde; despreparo técnico dos profissionais e atitudes preconceituosas por parte de membros do corpo clínico (Santos & Araujo, 2006b).

Tomando por base a experiência dos pesquisadores e profissionais vinculados ao Labsaudes, empreendeu-se uma revisão crítica dos estudos nacionais e internacionais publicados nos últimos 20 anos. O panorama traçado evidenciou que as pesquisas reúnem amostras heterogêneas em termos de período de desenvolvimento, sexo designado e quadros clínicos, o que dificulta, por exemplo, a realização de estudos de metanálise sobre a temática (Santos & Araujo, 2008a).

Em outro trabalho, discutiu-se a necessidade de um acompanhamento terapêutico que favoreça as condições necessárias para que o grupo familiar, ao vivenciar a intersexualidade, se organize como modelo de competência, transpondo o modelo de culpa.

Vale explicitar que mais trabalhos do Labsaudes estão disponíveis para consulta em publicações periódicas (Santos & Araujo, 2001; 2003; 2004).

A título de conclusão, reiteram-se as considerações finais de uma de nossas publicações:

Mais especificamente em relação às contribuições da Psicologia, destaca-se a necessidade de incorporar e atualizar os estudos de gênero à luz dos avanços das suas diferentes subáreas. Nessa ótica, cabe insistir que a compreensão de fenômenos complexos, como o desenvolvimento de identidade de gênero e sexual exige uma visão pluralista – teórica e metodologicamente – que leve em conta o ciclo de vida, em particular seus momentos de transição. [...] Em suma, apesar do interesse permanentemente renovado pela temática, ao longo de várias décadas,

ainda persiste a invisibilidade das pessoas que vivenciam tal condição em nossa sociedade [...] Certamente, estudos e práticas que as reconheçam como indivíduos com experiências singulares e generalizáveis poderão fornecer subsídios para questões que extrapolam a intersexualidade (Santos & Araujo, 2008a, p. 272).

Referências

- Araujo, T. C. C. F. & Santos, M. M. R. (1999a). Desenvolvimento psicológico e intersexo: Um estudo de caso de pseudo-hermafroditismo masculino [Resumo]. Em VIII Encontro Nacional dos Psicólogos da Área Hospitalar (Org.). *Temas Livres do VIII Encontro Nacional dos Psicólogos da Área Hospitalar* (p. 35). Curitiba: VIII ENPAH.
- Araujo, T. C. C. F. & Santos, M. M. R. (1999b). Health and gender: Psychological development in cases of intersex in the Brazilian context [Resumo]. In First International Conference on Critical and Qualitative Approaches to Health Psychology (Org.) *Book of Abstracts Reconstructing Health Psychology. First International Conference on Critical and Qualitative Approaches to Health Psychology* (p.35). St. John's, Newfoundland: Memorial University of Newfoundland.
- Araujo, T. C. C. F. & Santos, M. M. R. (2000). Identidade de gênero e intersexo [Resumo]. Em III Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento (Org.). *Anais do III Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento* (p. 113). Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Araujo, T. C. C. F. (2007). Abordagem multimetodológica em saúde e gênero [Resumo]. Em Associação Latinoamericana de Psicologia da Saúde e Hospitalar (Org.), *Anais do IV Congresso Latinoamericano de Psicología de la Salud/ XI Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar*. São Paulo: Alapsa.
- Araujo, T. C. C. F., Oliveira, R. M. & Arrais, A. R. (2007). Saúde e gênero: Desafios conceituais, metodológicos e éticos [Resumo]. Em Associação Latinoamericana de Psicologia da Saúde e Hospitalar (Org.), *Anais do IV Congresso Latinoamericano de Psicología de la Salud/ XI Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar*. São Paulo: Alapsa.
- Araujo, T. C. C. F., Tamayo, N. & Lima, A. A. M. (1996). Assistência psicológica a portadores de anomalia da diferenciação sexual [Resumo]. Em: Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *Resumos de comunicações científicas, XXVI Reunião Anual de Psicologia* (p. 169). Ribeirão Preto: SBP.
- Gay, S. R. (1997). *A anomalia da diferenciação sexual sob perspectiva psicológica: Uma revisão da literatura*. Monografia de Estágio Bacharel em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Lima, A. A. M. (1994). *Anomalia da diferenciação sexual: Um estudo exploratório*. Monografia de Estágio Bacharel em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

- Santos, M. M. R. (2000). *Desenvolvimento da identidade de gênero em crianças com diagnóstico de intersexo: Casos específicos de hermafroditismo verdadeiro, pseudo-hermafroditismo masculino e feminino*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Santos, M. M. R. (2006). *Desenvolvimento da identidade de gênero em casos de intersexualidade: Contribuições da psicologia*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Santos, M. M. R. & Araujo, T. C. C. F. (2000a). A participação parental no processo de tomada de decisão quanto à cirurgia para designação sexual em casos de intersexo [Resumo]. Em Sociedade Brasileira para o Congresso da Ciência (Org.), *Anais da 52ª Reunião Anual da SBPC*, Brasília: SBPC.
- Santos, M. M. R. & Araujo, T. C. C. F. (2001). Identidade de gênero em crianças com diagnóstico de intersexo. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, 13, 101-116.
- Santos, M. M. R. & Araujo, T. C. C. F. (2003). A clínica da intersexualidade e seus desafios para os profissionais de saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23, 26-33.
- Santos, M. M. R. & Araujo, T. C. C. F. (2004). Intersexo: Desafio da construção da identidade de gênero. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, 7, 17-28.
- Santos, M. M. R. & Araujo, T. C. C. F. (2006b). Intervenção psicológica em casos de intersexualidade: Relato de algumas experiências no contexto nacional [Resumo]. Em II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, *Anais do II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão*. São Paulo: II CBP.
- Santos, M. M. R. & Araujo, T. C. C. F. (2008a). Estudos e pesquisas sobre a intersexualidade: Uma análise sistemática da literatura especializada. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, 267-274.
- Santos, M. M. R. & Araujo, T. C. C. F. (2008b). Family perceptions and coping strategies in cases of intersexuality: Understanding their significance. *Spanish Journal of Psychology*, 11, 573-580.
- Tamayo, N. (1996). *Percepção parental da anomalia da diferenciação sexual*. Monografia de Estágio Bacharel em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Sobre as autoras e autor

Ana Flávia do Amaral Madureira

Pós-doutorado na Universidad Autónoma de Madrid. Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília/Clark University. Mestre e Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília.

Ana Lúcia Galinkin

Pós-doutorado em Psicologia Social na Universidade René Descartes, Paris. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Bacharel em Psicologia e Psicóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é Professora Associada II no Departamento de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PSTO) da Universidade de Brasília. Coordena o Laboratório de Diversidade e Cultura nas Organizações (LADCO) e é vice-coordenadora o Programa de Pós-Graduação do PSTO.

Ana Maria Gomes Mesquita

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental/ Secretária de Políticas para as Mulheres. Cientista Social pela Universidade de Brasília.

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Possui graduação em Ciências Biológicas Licenciatura pela Universidade Federal da Bahia (1978), mestrado em Biologia (Botânica) pela Universidade Federal da Bahia (1983) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2003). É Pesquisadora Permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismos e do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA.

Berenice Bento

Pós-doutorado pelo CEAM (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares) da UnB. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília/Universidade de Barcelona. Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordena o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Diversidade Sexual, Gêneros e Direitos Humanos – TIRÉSIAS/UFRN.

Berlindes Astrid Küchemann

Pós-doutorado pela Johann Wolfgang Goethe Universität Frankfurt. Doutora em Sociologia pela Universität Bielefeld. Mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialização em Sociologia da Organização e do Desenvolvimento pela Universität Bielefeld. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora Adjunta no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e membro de corpo editorial da Sociedade em Estudos.

Fernanda Bittencourt Vieira

Doutora e Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Trabalhou como Gestora de carreira na Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir/Presidência da República, e no Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Atualmente é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, na Secretaria de Políticas para as Mulheres -SPM.

Jaqueline Gomes de Jesus

Doutora, Mestre e Bacharel em Psicologia pela Universidade de Brasília. Atualmente é Assessora Técnica no SENAD/Presidência da República.

Lúcia Mercês de Avelar

Pós-doutorado na Yale University. Doutora e Mestre em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista Fernand Braudel no European University Institute/Fiesole/Itália. Graduada em Sociologia e Política pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Ex-professora assistente doutor da UNICAMP e Professora Titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Pesquisadora e membro do Comitê Acadêmico do CNPq. Membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

Silvia Cristina Yannoulas

Doutora em Estudos Comparados sobre América Latina e o Caribe – Programa de Doutorado Conjunto Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais -FLACSO/Brasil – Universidade de Brasília. Mestre em Ciências Sociais, com ênfase na Educação – Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – Sede Acadêmica Argentina. Graduada em Ciências da Educação – Universidade de Buenos Aires. Atualmente é Professora Adjunta II no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília-Brasil (SER/UnB).

Tânia Mara Campos de Almeida

Pós-doutorado em Representações Sociais pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília/Université de Provence/EHESS (França). Doutora e Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é Professora Adjunta no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Teresa Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo

Pós-doutorado em editoração científica em Psicologia (UNESCO, França). Doutora e Mestre em Psicologia pela Université de Paris X – Nanterre. Especialização em Psicologia Hospitalar e Infantil e Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília. Professora Associada II da Universidade de Brasília.

Willem Doise

Doutor em Psicologia Social. É professor honorário da Universidade de Genebra, na Suíça. Foi investigador do *Centre Nationale de Recherche Scientifique* (França) e Presidente da *European Association of Experimental Social Psychology*. Dedicou-se ao estudo do desenvolvimento sociocognitivo e das representações sociais, áreas em que publicou trabalhos tão importantes como *L'Explication en psychologie sociale* (1982), *Représentations sociales et analyses de données* (1992), *Dissensions et consensus*, com

Serge Moscovici (1992), *Logiques sociales dans le raisonnement* (1993), *La construction sociale de la personne*, com Gabriel Mugny (1997), *Psicologia Social e Desenvolvimento Cognitivo* (Divisão Editorial do Instituto Piaget, 2002), *Psychologie sociale des relations à autrui*, com Serge Moscovici, Michael Argyle, Jean-Léon Beauvois (2005). Nos últimos anos tem dedicado especial atenção aos direitos humanos e ações humanitárias, tema sobre o qual publicou *Droits de l'homme et force des idées* (2001) e *Discriminations sociales et droits universels: Itinéraires en psychologie sociale* (2009) e diversos artigos.